

PUCRS

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

ALEXANDER CHAGAS LEITÃO

ECONOMIA SOLIDÁRIA:

IDEOLOGIA NO COTIDIANO DO TRABALHO ASSOCIADO

Porto Alegre
2018

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

ALEXANDER CHAGAS LEITÃO

ECONOMIA SOLIDÁRIA:
IDEOLOGIA NO COTIDIANO DO TRABALHO ASSOCIADO

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Dra. Gleny Terezinha Duro Guimarães.

Porto Alegre
2018

Ficha Catalográfica

L533e Leitão, Alexander Chagas

Economia Solidária : Ideologia no Cotidiano do Trabalho
Associado / Alexander Chagas Leitão . – 2018.

124 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em
Serviço Social, PUCRS.

Orientadora: Profa. Dra. Gleny Terezinha Duro Guimarães.

1. Economia Solidária. 2. Ideologia. 3. Cotidiano. 4. Trabalho
associado. I. Guimarães, Gleny Terezinha Duro. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecário responsável: Marcelo Votto Teixeira CRB-10/1974

ALEXANDER CHAGAS LEITÃO

ECONOMIA SOLIDÁRIA:

IDEOLOGIA NO COTIDIANO DO TRABALHO ASSOCIADO

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovado em: _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Ana Lúcia Suarez Maciel – PUCRS

Prof. Dr. Paulo Peixoto de Albuquerque - UFRGS

Porto Alegre
2018

RESUMO

A urgência do capitalismo em crescer e se retroalimentar tem na exploração do trabalho um dos seus principais pilares. Sufocada pelo “ter” e não pelo “ser”, a sociedade contemporânea busca se enquadrar em um padrão através do consumo alienado, acirrando a Questão Social. No processo de fortalecimento da contra-hegemonia do capital, existem ações que buscam formas alternativas de geração de emprego e renda, visando a justiça social, a cooperação e a isonomia no trabalho através da política da Economia Solidária. Operacionalizada por processos de trabalho associativo e cooperativo, existem duas características fundamentais na sua estrutura de ação: o processo de formação e o autoconhecimento do sujeito. Esses componentes são fundamentais para o estabelecimento da consciência crítica do trabalhador associado, além de constituir o referencial ideológico no seu cotidiano. Assim, esta pesquisa buscou compreender como se desenvolvem os processos de trabalho associado por meio dos referenciais ideológicos que emergem no cotidiano da Economia Solidária. Para isso, o estudo contou com categorias norteadoras, como a história e trajetória do sujeito, sua participação, processos de formação e os impactos do cotidiano no trabalho associado. A fundamentação teórica foi estabelecida para a compreensão da Ideologia, através da teoria social crítica de John B. Thompson (1995), do Cotidiano, pela Teoria do Cotidiano de Agnes Heller (2008), contando ainda com referenciais teóricos sobre Educação, Trabalho e Economia Solidária. Foi uma pesquisa qualitativa, por meio de estudos de caso, com a utilização do método materialismo histórico e dialético. Como instrumentos de investigação, foi utilizada entrevista aberta. Esta pesquisa se desenvolveu por uma amostra intencional com três mulheres, com os seguintes critérios: representantes do trabalho associado que fossem orientadas pela política da Economia Solidária, onde cada uma tivesse no mínimo cinco (05) anos de trajetória, com a amostra do tipo intencional, um (01) sujeito por entrevista. O tratamento dos dados foi realizado por meio das práticas discursivas (análise de discurso), através das Linhas Narrativas e Produção de Sentidos de Spink (2004). A pesquisa evidenciou que a Economia Solidária pode ser uma política pública fortalecedora do trabalhador associado, com crítica pelos métodos de formação como a educação popular e ampliação dos saberes, mesmo havendo a sombra do Estado capitalista em contraponto à esta política, resultando em contradição e declínio como no cenário atual. É no cotidiano que a Economia Solidária tem maior significância, pois as ações do dia a dia trazem conflitos, como a dualidade entre heterogestão e autogestão, processo de contradição onde pode haver o apercebimento desses sujeitos nos seus processos de trabalho, ocasionando uma emancipação social.

Palavras-chave: Economia solidária. Ideologia. Cotidiano. Trabalho associado.

ABSTRACT

The urgency of capitalism to grow and feed itself has in the exploitation of labor one of its main pillars. Suffocated by "having" and not by "being," contemporary society seeks to fit into a pattern through alienated consumption, stirring up the Social Question. In the process of strengthening the counter-hegemony of capital, there are actions that seek alternative forms of employment and income generation, aiming at social justice, cooperation and isonomy at work through the Politics of Solidarity Economy. Operationalised by associative and cooperative work processes, there are two fundamental characteristics in its structure of action: the formation process and the self-knowledge of the subject. These components are fundamental for the establishment of the critical awareness of the associated worker, besides constituting the ideological referential in their daily life. Thus, this research sought to understand how the associated work processes are developed through the ideological references that emerge in the daily life of the Solidarity Economy. For this, the study had guiding categories, such as the history and trajectory of the subject, their participation, training processes and the impacts of daily life on the associated work. The theoretical foundation was established for the understanding of Ideology, through the critical social theory of John B. Thompson (1995), Daily Life, Agnes Heller's Theory of Daily Life (2008), with theoretical references on Education, Work and Economics Solidary. It was a qualitative research, through case studies, using the method of historical and dialectical materialism. As research instruments, an open interview was used. This research was developed by an intentional sample with three women, with the following criteria: representatives of the associated work that were guided by the Politics of Solidarity Economy, where each one had at least five (05) years of trajectory, with the sample of the intentional type, one (01) subject per interview. The data treatment was carried out through discursive practices (discourse analysis), through Spink Narrative and Sense Production (2004). The research evidenced that the Solidarity Economy can be a public policy strengthening the associated worker, with criticism by the methods of formation like the popular education and extension of the knowledge, even being the shadow of the capitalist State in opposition to this policy, resulting in contradiction and decline as in the current scenario. It is in everyday life that the Solidarity Economy has greater significance, because daily actions bring conflicts, such as the duality between heterogestion and self-management, a process of contradiction where the subjects can be perceived in their work processes, leading to a social emancipation.

Keywords: Solidarity Economy. Ideology. Daily Life. Associate Work.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADROS

Quadro 1 Tripé metodológico de Thompson	55
Quadro 2 Modo de operação da Ideologia	58
Quadro 3 Categorias definidas na pesquisa	63
Quadro 4 LEGENDA DE JOANA	67
Quadro 5 LEGENDA DE VERA.....	75
Quadro 6 Estrutura social da ação do Comércio Justo	81
Quadro 7 LEGENDA DE TEREZA	82
Quadro 8 Elementos centrais sujeito x pesquisa.....	86

FIGURAS

Figura 1 Mapa Conceitual da Pesquisa.....	15
Figura 2 Interpretação da Linha Narrativa	63
Figura 3 Sociedade do Consumo	65
Figura 4 LINHA NARRATIVA DE JOANA	67
Figura 5 Fluxo de atendimento à população em situação de rua.....	74
Figura 6 LINHA NARRATIVA DE VERA	76
Figura 7 LINHA NARRATIVA DE TEREZA	83

LISTA DE SIGLAS

CAPS - Centros de Atenção Psicossocial
CFES - Centro de Formação em Economia Solidária
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social
ECOSOL - Economia Solidária
EES - Empreendimento Econômico Solidário
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
EJA – Educação de Jovens e Adultos
EPA – Escola Porto Alegre
FACES - Fórum de Articulação do Comércio Ético e Solidário no Brasil
FBB - Fundação Banco do Brasil
FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária
GEPsT - Grupo de Pesquisa em Cotidiano, Trabalho e Território
IMS - Instituto Marista de Solidariedade
MCP - Movimento de Cultura Popular
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MNCR - Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis
MNPR - Movimento Nacional da População de Rua
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTD – Movimento das Trabalhadoras e dos Trabalhadores por Direitos
ONG - Organização Não Governamental
PPA - Plano Plurianual
PPGSS - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
PUCRS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
SAF - Secretaria da Agricultura
SCJS - Sistema Nacional do Comércio Justo e Solidário
SDT - Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária
SUS - Sistema único de Saúde

SUMÁRIO

01 INTRODUÇÃO	9
02 TRABALHO ASSOCIADO E ECONOMIA SOLIDÁRIA	18
2.1 TRABALHO ASSOCIADO: REVISÃO HISTÓRICA	19
2.2 A ECONOMIA SOLIDÁRIA E A QUESTÃO SOCIAL	25
03 ECONOMIA SOLIDÁRIA: SABERES IDEOLÓGICOS, ALTERNATIVA E RESISTÊNCIA	32
3.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA E IDEOLOGIA	33
3.2 A EDUCAÇÃO NA EMANCIPAÇÃO DO SUJEITO	37
4 A DIALÉTICA DO COTIDIANO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	42
4.1 IMPACTOS DO COTIDIANO NO TRABALHO ASSOCIADO	43
4.2 A CIDADE PARA O COLETIVO? CONTRADIÇÕES COTIDIANAS.....	48
05 ECOSOL, IDEOLOGIA E COTIDIANO: PROCESSO DE ANÁLISE.....	53
5.1 THOMPSON: TEORIA SOCIAL CRÍTICA	54
5.1.1 Doxa e Tripé Analítico.....	54
5.1.2 Ideologia: Modos e Estratégias de Operação.....	57
5.2 LINHA NARRATIVA E PRODUÇÃO DE SENTIDOS	60
5.2.1 Construindo a Linha Narrativa	62
5.3 TRABALHADORAS SOLIDÁRIAS E SEUS PROCESSOS DE TRABALHO	64
5.3.1 A catação como resgate da cidadania	64
5.3.2. Os saberes da rua e a Economia Solidária.....	71
5.3.3 Comércio justo e inclusão social.....	80
06 INTEGRALIDADE E PRÁXIS NA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	86
6.1 HISTÓRIA DE VIDA: TRAJETÓRIA DE SUPERAÇÃO	87
6.2 PARTICIPAÇÃO NO EMPREENDIMENTO: AÇÃO DO SUJEITO NO SOCIAL.....	94
6.3 PROCESSOS DE FORMAÇÃO: TOMADA DA CONSCIÊNCIA CRÍTICA	100
6.4 IMPACTOS DO COTIDIANO: MEDIAÇÕES NECESSÁRIAS NA VIDA ATIVA.....	104
07 CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
REFERÊNCIAS.....	119
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	123
APÊNDICE B – INSTRUMENTO DE COLETA: ROTEIRO DA ENTREVISTA ABERTA	124

01 INTRODUÇÃO

Na história da civilização o trabalho tem seu lugar de forma definitiva no processo de evolução e crescimento do homem. A partir do modo de produção primitivo, o homem pôde se organizar em uma sociedade comunal, ou seja, pela cooperação entre seus integrantes, mantendo assim a sobrevivência a partir do trabalho coletivo. Ao serem incrementados outros modos de produção como escravista e feudal, o trabalho foi destinado a alguns, pela posição social do indivíduo. Mais tarde, com a ascensão do capitalismo, o trabalho seria a principal fonte de exploração do homem pelo homem. Todavia, as organizações coletivas nunca deixaram de existir, mesmo em meio a reestruturação do trabalho, a exemplo do trabalho associado. Historicamente, os espaços associativos estavam subsumidos, mas sempre estiveram presentes na economia capitalista, mantendo-se em contraponto a economia dominante, uma economia informal como estratégia de sobrevivência ao capitalismo.

Com o passar do tempo, o trabalho associado se tornou método de reprodução através da política da Economia Solidária. Paulatinamente tornou-se objeto de análises políticas e sociais acerca de suas características, como se desenvolve, quais suas identidades, etc. Essa política oferece uma nova perspectiva através da cooperação mútua dos participantes para a produção e comercialização, ou seja, em empreendimentos que promovem o consumo consciente, pela agricultura ou artesanato, que efetivam a defesa do meio ambiente por meio da reciclagem ou mesmo da justiça social com população em situação de rua. São grupos populares que visam uma sociedade balizada na equidade e na oportunidade para todos, orientados em sua grande maioria por métodos de formação populares.

Toda empresa solidária é ao mesmo tempo uma associação comunitária. Quem se associa a ela não faz um contrato de trabalho, mas entra numa união em que o seu destino individual se funde com os de seus companheiros. Por isso, o processo de aprendizado coletivo que vai viabilizar a empresa começa antes mesmo que ela venha a funcionar. (SINGER, 2000, p. 22)

A Economia Solidária como plataforma de ação promove através de seus trabalhadores um discurso ideológico que defende, pelo princípio da solidariedade, a igualdade de direitos, delegando um grande desafio aos coletivos solidários, pois a

partir das práticas de trabalho viciadas pelo *modus operandi* capitalista, geram-se contradições entre o que se idealiza e o que se pratica, fragilizando a proposta e o que se propõe como alternativa de trabalho.

Em contraponto, para Agnes Heller (1982) o fato de que algo esteja afetado pelo capitalismo não significa que haja algum impedimento para uma transformação na sociedade e, a partir dessa perspectiva, é que o trabalho associado através da proposta da Economia Solidária vem se apresentando frente ao sistema, buscando uma via econômica sustentável, além de uma alternativa na geração de renda. Como principal forma de organização, a autogestão é empregada pelos trabalhadores como forma de socializar os meios e os resultados da produção na gestão democrática e na fundamental condição de igualdade entre os membros (SINGER & SOUZA, 2000). Segundo Paul Singer (2002), a autogestão, enquanto forma de organização do trabalho no Brasil, tem raízes no antigo conceito de cooperativismo da Escola Associativista, apontada no Manifesto Comunista por Marx e Engels (1999). Esse conceito tem em seu âmago o objetivo de projetar a consciência crítica no trabalhador, através do poder de ação coletiva.

Como forma de consolidação desta ação coletiva, são fomentados processos de formação ao trabalhador associado de vários modos diferentes, tendo na educação popular um dos mais significativos. É a educação popular substantivo, pois significa os saberes da comunidade. Essa proposta de educação é fundamental para que o sujeito se perceba como instrumento de ação na sociedade para realizar a transformação da realidade no seu cotidiano, desenvolvendo assim o seu constructo ideológico. A formação intelectual como ponte para despertar da consciência crítica é também importante ao preparar esse sujeito para os conflitos que surgem da contradição do fazer solidário, no cotidiano, estimulando a reconhecerem seu espaço de trabalho e produção coletiva. Se por um lado nesses espaços produtivos e no cotidiano do trabalho associado se produzem conhecimento e saberes, por outro, pode imprimir um caráter pragmático, evitando que haja no cotidiano do trabalho conflitos que possam diminuir esforços da ação coletiva em construir outros modos de organização.

Sendo assim, a triangulação entre Economia Solidária, educação e trabalho é a chave para a compreensão de como se desenvolvem os processos e os referenciais ideológicos que emergem no cotidiano do sujeito, com o auxílio dos processos de formação, propiciando a ampliação de conhecimentos cívicos, morais e éticos.

O tema desta pesquisa tem relação com a vida do pesquisador e as experiências acadêmicas acarretadas. A partir de uma especialização em uma universidade federal, o tema da Economia Solidária foi sugerido pelo orientador naquela ocasião, fazendo uma relação com a Economia Solidária e a educação. Naquela oportunidade, trabalhou-se a proposta do Comércio Justo, uma proposta de trabalho que compõem a política da Economia Solidária. Começando a ler e se aprofundando no assunto, foi aguçada a curiosidade de entender qual seria a importância para esses trabalhadores associados desenvolverem processos de trabalho que, se por um lado buscam uma oportunidade de apresentar “outra economia”, por outro enfrentam a ferrenha competição de mercado com a sombra do capitalismo, se deparando com conflitos e contradições no fazer solidário. No entanto, na medida em que houveram conversas, além da observação do trabalho solidário em feiras e eventos relacionados, foi se compreendendo que o objetivo desses trabalhadores é suprir uma carência que a estrutura formal do capital impôs, como o desemprego, revelando assim que esses processos de trabalho² tem subjetivamente aspirações militantes, o que aproximou ainda mais o pesquisador com o tema para desenvolver esta pesquisa. Sendo essa oriunda do programa de pós-graduação da escola de humanidades do Serviço Social da PUCRS, coube ao pesquisador, historiador de formação, encontrar a melhor maneira de fazer essa travessia, buscando as similaridades possíveis em ambos os campos para a problemática proposta. Para tanto, foi necessário o auxílio de ferramentas próprias do campo da História, como a análise do sujeito através de traçados históricos, culturais e narrativos, contribuindo para o desenvolver de uma análise de conjuntura dos sujeitos, através de uma linha do tempo (que é uma linha narrativa, que será esmiuçada mais adiante) que mostrasse as trajetórias de vida e a atuação dos mesmos e, com o aporte do Serviço Social, compreender por fim quais são e como se dão os processos de trabalho junto a Economia Solidária pelas ações no cotidiano.

Também contou para o desenvolvimento deste tema a experiência do pesquisador enquanto professor e militante político-social. Por ser educador, houve uma maior sensibilização pelo papel da educação popular neste processo de possível

² O modo como desenvolvemos nossas atividades profissionais, o modo como realizamos o nosso trabalho, qualquer que seja, é chamado de processo de trabalho. Dito de outra forma, pode-se dizer que o trabalho, em geral, é o conjunto de procedimentos pelos quais os homens atuam, por intermédio os meios de produção, sobre algum objeto para, transformando-o, obterem determinado produto que pretensamente tenha alguma utilidade.

emancipação do sujeito. A parte da militância ofereceu o esteio para a compreensão do trabalhador associado enquanto ser pensante e ideológico, levando em conta os esforços de grupos sociais que buscam autonomia e protagonismo à frente de suas ações e inseridos em temas relevantes à sociedade, relacionando assim ao tema da Economia Solidária, ideologia e cotidiano.

Assim, para desenvolver os critérios da pesquisa, pensou-se o seguinte: os sujeitos participantes da pesquisa teriam que ser três (03) representantes do trabalho associado e orientados pela política da Economia Solidária. A amostra do tipo intencional foi de um (01) sujeito por entrevista, onde o critério para a seleção seria que cada representante tivesse no mínimo cinco (05) anos de trajetória no trabalho associado e que fosse uma referência na sua área de atuação: Reciclagem, Comércio Justo e Educação Social, pelo trabalho com População em situação de rua.

Uma das entrevistadas é militante do movimento de catadores e catadoras de materiais recicláveis, referência local e tem uma longa trajetória de luta social. A segunda entrevistada é uma jovem mulher, negra, também militante, mas envolvida nos mais diversos movimentos sociais, como a de igualdade de gênero de mulheres negras no combate ao racismo e o fomento à política da Economia Solidária, com o trabalho de inclusão social da população em situação de rua, através de uma entidade do terceiro setor. Por fim, a terceira entrevistada é ligada à área do Comércio Justo, trabalha em uma cooperativa de confecção e malharia de artigos reaproveitados, com um forte apelo social, onde ela e outras mulheres se fortaleceram, nas suas resiliências e na superação das adversidades para promoverem uma ação solidária onde hoje podem produzir de forma digna. Em parte, a seleção foi feita com prévio conhecimento do trabalho de duas delas, ou seja, das três entrevistadas, já havia informações preliminares sobre a produção de duas trabalhadoras. A terceira entrevistada foi selecionada por pesquisas em sites relacionados ao tema central. O importante nesse processo foi que a seleção da pesquisa resultou em três mulheres, o que deu mais intensidade ao processo de análise e investigação pelo fato de terem vivências semelhantes, por serem mães e referências em seus espaços de trabalho.

Cabe destacar a importância da escolha do pesquisador para analisar os sujeitos do estudo. Nesse caso, ocorreu através de estudo de caso, pelo forte aporte teórico sobre o que é e quais são as suas especificidades. Outro elemento que deve ser ressaltado é uso correto a ser aplicado a um estudo de caso, onde o método de interpretação é o mais importante. Os valores e a linguagem natural do entrevistado e

do pesquisado, bem como as culturas e os seus significados, exercem uma influência sobre os dados os quais o pesquisador não pode fugir. De certo modo, a análise de discurso aqui empregada é uma interpretação pessoal por parte do pesquisador, e requer uma posição do mesmo, por isso se justifica a utilização do estudo de caso.

Para a interpretação da análise social dos sujeitos, este estudo se valeu do aporte teórico de John B. Thompson (1995), por ter a ideologia como lócus central da sua produção. Para tanto, o presente estudo fez uso da sua metodologia proposta que possibilita o mergulho no universo de análise, procurando interpretar as teorias e os processos que se manifestam em um determinado objeto de pesquisa. Para o autor, constitui-se uma estrutura analítica orientada para a interpretação dos “fenômenos culturais, isto é, para a análise das formas simbólicas em contextos estruturados” (THOMPSON, 1995, p. 33). Para a interpretação das práticas discursivas (discursos) das trabalhadoras e a produção de sentidos, aplicaram-se às linhas narrativas conforme metodologia desenvolvida por Spink (2004), a partir da *função*, que é o discurso como ação na produção da realidade, a *construção* no uso dos recursos linguísticos e a *variação*, onde surgem situações diferentes nos discursos. Ao relacionar as práticas discursivas com produção de sentidos, a pesquisa mostrou que esses não estão na esfera da materialidade, mas no discurso efetivo, da ação para a construção da realidade.

Para a compreensão do cotidiano nesse processo, a pesquisa utilizou o conceito teórico da Teoria do Cotidiano de Agnes Heller (2008), que foi estruturada a partir da conexão direta que ocorre entre as relações humanas e a estrutura social, onde o homem se desenvolve por esse processo. Pela perspectiva do trabalho associado, o cotidiano é central, uma vez que a partir dele se desenvolvem as características dos empreendimentos, a exemplo dos modos de produção cooperativo/associativo e os conflitos no processo de superação. As produções dessas experiências solidárias envolvem elementos que vão muito além de uma simples operação comercial, pois em cada peça esculpida, desenhada ou reciclada, existe a subjetivamente do valor agregado e a complexidade do trabalho desenvolvido. Essa complexidade, pelo processo histórico do cotidiano da autora, existe nos trabalhadores associados com exemplos pelo desenvolvimento das atividades, mas principalmente no processo do se manter ativo, onde a autogestão faz parte desse corpus estrutural e é um modelo organizacional nesse circuito.

Para Singer (2002), a autogestão é complexa pois depende do consenso:

O maior inimigo da autogestão é o desinteresse dos sócios, sua recusa ao esforço adicional que a prática democrática exige. Em geral não é a direção da cooperativa que sonega informações aos sócios, são estes que preferem dar um voto de confiança à direção para que ela decida em lugar deles. (SINGER, 2002, p. 9)

Sobre os aspectos analíticos, cabe referendar a corrente teórica utilizada nessa pesquisa, no caso o materialismo histórico e dialético, a qual o programa de pós-graduação do Serviço Social, da escola de Humanidades da PUCRS está vinculado. O materialismo histórico e dialético tem como principal objetivo investigar as causas de evolução histórica e a mudança na sociedade nos meios pelos quais o homem produz no coletivo as necessidades da vida, as classes sociais e a relação entre a acumulação material e o seu desenvolvimento. Para Marx (1989), essas diferentes relações materiais na sociedade capitalista tornam-se relações econômicas, o que acaba moldando os sujeitos, influenciando as lutas de classes, determinantes para a constituição da realidade social e da História como movimento cíclico e dialético.

O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência. (MARX, 1989b, p. 34)

A dialética considera cada fenômeno no conjunto de suas relações com os demais fenômenos e visualiza “o conjunto dos aspectos e manifestações daquela realidade de que ele é fenômeno, aparência ou aparecimento mais ou menos essencial” (LEFEBVRE, 1991, p. 238). Essa centralidade na investigação dos sujeitos sociais fez que com esta pesquisa fosse essencialmente qualitativa, principalmente por atingir no processo de investigação um nível de realidade subjetiva importante e necessária. Partindo do pressuposto que o conhecimento é resultado de um conjunto de informações, este estudo teve como pilar para as práticas discursivas os relatos dos sujeitos entrevistados como produtos das realidades sociais e institucionais; assim, esta pesquisa pode ser assim classificada como qualitativa porque,

[...] trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 1993, p. 21)

Dessa forma, após introdução geral dos aspectos estruturantes, cabe apresentar o mapa conceitual da pesquisa.

Figura 1 Mapa Conceitual da Pesquisa



Fonte: elaborado pelo autor

O quadro acima explica o caminho que a pesquisa trilhou durante seu processo de construção. No centro está a Economia Solidária, elemento balizante deste estudo, que proporcionou desdobramentos de outros elementos que antecederam e que constituíram esta política através do tempo, assim como na formatação da pesquisa através dos capítulos. No segundo, está a revisão histórica do trabalho associado, a partir do seu entendimento como forma produtiva de próprio sustento do homem até a contemporaneidade, principalmente através de experiências associativas, processo de trabalho marcante na segunda metade do século XIX. Ainda, encerrando o primeiro subcapítulo, é introduzida a Economia Solidária enquanto ferramenta do trabalho associado. Esse ponto tem uma importância fundamental, pois demarca a visão de historicidade própria do pesquisador pelo resgate histórico, apontando para um dos exemplos associativos mais importantes da reestruturação produtiva e que apresenta

então a Economia Solidária como política embrionária no campo do trabalho coletivo. Ainda no segundo capítulo e subcapítulo que seguem, o trabalho aborda a Economia Solidária como política social e pública, além de dados históricos mais pertinentes no Brasil, principalmente relacionando com o desemprego, expressão da Questão Social, resultado das políticas neoliberais características do século XX.

No terceiro capítulo, o trabalho disserta sobre a importância da Economia Solidária para o despertar dos saberes ideológicos, seus movimentos de economia alternativa e ações de resistência contra-hegemônica do capital e o ideário neoliberal. A categoria ideologia é introduzida com o auxílio dos principais autores sobre o tema, como Karl Marx (1989a, 1989b), György Lukács (1967) e John B. Thompson (1995) que, além disso, tem sua metodologia sobre a compreensão da ideologia esmiuçada no capítulo que se refere à estruturação da análise. Ainda, o trabalho aborda a educação como mote dos elementos ideológicos no trabalho associado e as possíveis formas de emancipação e conhecimento da realidade, por István Mészáros (2005).

No quarto capítulo, o trabalho apresenta como se manifesta o cotidiano no trabalhador associado, as ações do dia a dia, os conflitos e o processo de contradição frutos dessa relação como forma de desenvolvimento do sujeito. Como principal referencial teórico é utilizado o conceito da Teoria do Cotidiano, de Agnes Heller (2008). Nos subcapítulos seguintes, o estudo propõe o debate sobre a cidade e os elementos que envolvem o trabalhador associado, apresentando o contraste entre o individualismo, o lugar de disputa e o coletivo, pela educação não formal, choque de movimentos cíclicos na cidade que é espaço cotidiano, além do sentimento de invisibilidade dos trabalhadores da Economia Solidária, com os aportes teóricos de Paulo Freire (1980, 2001), Maria da Glória Gohn (2005, 2011) e Raquel Rolnik (1995).

Fechando o mapa conceitual, no quinto capítulo, o estudo desenvolve toda a parte referente à metodologia e ferramentas de análise, como as técnicas empregadas e os principais referenciais teóricos utilizados para embasamento e aplicação da análise dos sujeitos. No primeiro subcapítulo, trabalha-se o tripé analítico de Thompson (1995) e os modos de operação da Ideologia, explicitando esse mecanismo como plataforma de análise a ser replicada pela dissertação. Em seguida, através de Mary Jane Spink (1997, 2004, 2010), desenvolve-se a técnica das linhas narrativas e de produção de sentidos, conceito e formas de construção; apresenta-se a metodologia de análise individual de cada linha narrativa e respectiva entrevista. Será apresentado o resultado das análises relacionadas com cada categoria pré-definida

para composição da mesma, como: a história do sujeito no trabalho associado; a participação do sujeito no empreendimento, os processos de formação aos quais esses trabalhadores foram submetidos e os impactos do cotidiano no trabalho associado, ou seja, o que se apresenta no dia a dia desses trabalhadores e qual é a relação de trabalho com a Economia Solidária, as principais características da aplicação dessa política em experiências solidárias.

No sexto capítulo, serão apresentados os resultados da análise de cada linha narrativa das entrevistadas a partir das categorias norteadoras deste estudo (apêndice B), cruzando com os modos de operação da ideologia e mostrando como aparecem os referenciais ideológicos no cotidiano de cada trabalhadora solidária.

02 TRABALHO ASSOCIADO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Caracterizam-se como trabalho associado os processos de trabalho onde há apropriação coletiva dos meios de produção pelos trabalhadores, além da distribuição igualitária dos frutos do trabalho e pela paridade na utilização dos excedentes e gestão. É uma composição de conhecimentos e habilidades por trabalhadores que se associam de forma autogestionária na produção de bens e serviços, articulando experiências de trabalho associado, em áreas como pesquisa e produção científica, política, econômica, além de cultural, propiciando também o planejamento do cotidiano, de vivência do meio social.

Para a compreensão da importância da Economia Solidária como instrumento de emancipação do sujeito, é fundamental que se desenvolva preliminarmente o conceito histórico da categoria trabalho. Dessa forma, no primeiro subitem deste segundo capítulo, a pesquisa apresenta uma revisão histórica do que se entende por trabalho e trabalho associado, partindo dos elementos que remontam as formas produtivas de organização e sustento do sujeito, até chegar na compreensão do trabalho através da Economia Solidária.

Em seguida, o estudo desenvolve a Economia Solidária pela perspectiva da sua implicação frente ao desemprego como expressão da Questão Social. Estão presentes as informações que descrevem a Economia Solidária como política pública e política social, contextualizando o Brasil, principalmente, no seu desenvolvimento. Além disso, nesse subcapítulo, o estudo apresenta os processos de trabalho os quais são os praticados pelas trabalhadoras solidárias desta pesquisa: Reciclagem, Comércio Justo e PopRua⁴.

⁴ População em situação de rua.

2.1 TRABALHO ASSOCIADO: REVISÃO HISTÓRICA

O “trabalho” como processo integrado ao crescimento e desenvolvimento do sujeito, tem uma função definida na forma de organização da sociedade e na interação dos sujeitos, sendo central para o homem se relacionar com a natureza.

O trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo — braços e pernas, cabeça e mãos —, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. (MARX, 2002, p. 211)

Em sua generalidade antropológica, o trabalho é a operação que faz de um produto natural um objeto social: “não só como a mediação entre a humanidade e a natureza, mas também como uma das mediações através das quais se opera a socialização dos seres humanos” (BENSAÏD, D.; LÖWY, 2000, p. 85).

A fundamentação teórica da categoria trabalho parte, em especial, pelo tripé analítico de Hanna Arendt (2007): *labor, trabalho e ação*, como forma de diferenciar as ações do homem na sociedade. Segundo a autora, a macroestrutura do que chamamos de trabalho se desenvolve em três fases: a primeira é o labor, que pressupõe o trabalho e a ação, onde o homem vivencia e pratica atividades em seu estado natural, ou seja, o ser biológico que vive e se reproduz no sentido de conservar a própria espécie. A segunda é o trabalho, onde ocorre a transformação desse estágio inicial, partindo para a fase prática, de raciocínio e produção do sujeito, tendo como resultado a objetividade. Por fim, a ação tem uma conotação mais política, do homem se inserindo na sociedade e buscando o bem viver em comunidade, no coletivo.

O trabalho associado, por sua vez, é um conceito contemporâneo mas tem nas atividades do homem primitivo sua natureza, a partir de quatro características identificadoras: *Liberdade, consciência, coletividade e universalidade*. Trata-se de uma forma de intercâmbio com a natureza, portanto, de produção da riqueza material, feita por indivíduos livres (TONET, 2010, p. 7).

Relacionando trabalho e os elementos emancipatórios com processos populares, é possível ocorrer a ação transformadora pela consciência crítica, onde o trabalho associado ganha centralidade e pode ser compreendido pela perspectiva da

condição humana, na *vita activa*. Analisando o tripé de Arendt (2007), é possível ver a importância desse percurso na vida do sujeito quando nos condicionamos à determinada atividade ou nos propomos a desempenhar tal ação, onde, teoricamente, tudo pode ser feito com harmonia.

Os homens são seres condicionados: tudo aquilo com o qual eles entram em contato torna-se imediatamente uma condição de sua existência. O mundo no qual transcorre a *vita activa* consiste em coisas produzidas pelas atividades humanas; mas, as coisas que devem sua existência exclusivamente aos homens também condicionam os seus autores humanos. (ARENDR, 2007, p. 17)

Ainda, para a autora, o trabalhador universal perdeu o sentido da obra (substituído pelo trabalho), do uso (substituído pelo consumo) e da ação. Articula sua proposição em torno da distinção entre vida ativa e vida contemplativa, e na dupla crítica da contemplação platônica e da valorização moderna do trabalho.

A História mostra que nas comunidades primitivas, as forças sociais permaneceram sob o controle dos próprios produtores, na produção e na distribuição dos bens, período esse conhecido como comunismo primitivo. Reconhece-se a precariedade da situação vivida por essas comunidades dado a esse momento histórico. A entrada em cena da propriedade privada, através da produção do excedente, teve como resultado uma profunda transformação na humanidade, inclusive o incremento do trabalho.

Na antiguidade, seus primeiros modos de emprego foram através da agricultura, principal atividade econômica, onde o comércio era feito à base do escambo. O trabalho manual era exclusivo dos escravos, o escravismo constituído como um modo de exploração econômica que sustentava às elites dominantes, diferenciando conquistadores e conquistados na ideia de raça. Os escravos, eram propriedade de outrem. Na idade média, o trabalho foi tomando outras formas, sendo substituído pela servidão, onde o senhor feudal (suserano) cedia uma parte de suas terras ao trabalhador (vassalo) que nelas trabalhava. Dela o vassalo retirava os alimentos para seu sustento e, em troca, pagava uma taxa ao senhor. A etimologia da palavra “trabalho” tem origem nesse período, vem de *tripalium* (latim tardio) que significa castigo. Era na verdade um instrumento utilizado no Império Romano que formava três estacas fixas no solo para obrigar os homens a trabalhar, no caso, escravos, tida assim como atividade subalterna, degradante para os homens livres.

Nesse período, a produção e distribuição de determinados produtos eram executados por associações, as *casas de ofício*, por diferentes trabalhadores como sapateiros, ferreiros, alfaiates.

Homens livres e escravos, patrícios e plebeus, senhores e servos, mestres e aprendizes, em uma palavra: opressores e oprimidos, frente a frente sempre, empenhados em uma luta ininterrupta, velada algumas vezes, em outras franca e aberta, em uma luta que conduz em cada etapa à transformação revolucionária de toda a sociedade ou ao extermínio das classes em luta. (MARTINELLI, 2003, p. 54)

Por volta dos séculos XIV e XV se inicia o período de transição do mundo medieval feudal para o período pré-capitalista, onde se inaugura mundialmente o capitalismo comercial por meios das descobertas marítimas, tendo o trabalho escravo novamente como exploração da força de trabalho, principalmente nas colônias das grandes metrópoles europeias. A partir do século XVI até o início do século XVIII, o capitalismo comercial se estabelece como modo de fortalecimento do poder burguês, com enriquecimento e acúmulo de capital por meio do lucro, uso de mão de obra assalariada e a moeda substituindo o sistema de trocas e das desigualdades sociais.

A escravidão fez crescer também o comércio de mercadorias: a construção de navios e a fabricação de tecidos baratos de algodão e de armas são alguns exemplos de produtos que participavam desse lucrativo negócio. A rápida expansão econômica criou as condições para a Revolução Industrial. (WOLFF, 2015, p. 19)

Com a Revolução Industrial no século XIX, a Europa entra em um processo brusco de mudança social e de comportamento no seu sistema de produção, fortalecendo o uso da máquina para fazer o trabalho ao invés do homem. Assim, acelerando a produção e aumentando a margem de lucro do dono da fábrica com salários irrisórios pela mão de obra dos operários. Rapidamente as indústrias, utilizando máquinas a vapor, espalharam-se por toda a Europa, gerando desemprego, baixos salários, péssimas condições e acidentes de trabalho. Esse modo de produção característico da revolução industrial contribuiu para a eliminação da escravidão enquanto método, sendo substituída pelos proletários; o proletariado foi o conceito usado para definir a classe dos trabalhadores que, dentro das fábricas, vendiam sua capacidade de trabalhar, suas forças e habilidades humanas e fisiológicas para a o capitalista.

A história operária é parte da história da sociedade, ou melhor, da história de certas sociedades que possuem características específicas em comum. Relações de classe, qualquer que seja a natureza da classe, são relações entre classes ou camadas que não podem ser adequadamente descritas se analisadas isoladamente, ou apenas em termos de suas divisões ou estratificações internas. Isto implica um modelo do que são as sociedades e de como funcionam. (HOBSBAWM, 2000, p. 27–28)

Na busca em compreender a relação dos trabalhadores com o cooperativismo, Marx fez a revisão histórica através de algumas obras como a *Crítica aos socialistas utópicos*, onde observara a relação das fábricas cooperativas com a luta de classes e com as contradições do modo de produção capitalista, reconhecendo a importância das experiências autogestionárias para a manutenção de uma significativa parcela da população.

As lutas travadas pelo movimento dos trabalhadores deixaram cada vez mais claras a diminuição da desigualdade produzida pelo processo capitalista e a consciência do enorme antagonismo entre a classe trabalhadora e a burguesia, ou seja, a luta de classes. (WOLFF, 2015, p. 41–42)

Em *O capital*, o autor deixa claro que “a forma de trabalho de muitos que, no mesmo lugar e em equipe, trabalham iguais no mesmo processo de produção ou em processos de produção distintos, porém, conexos, se chama cooperação” (MARX, 1989b, p. 395). Mesmo que para Marx esse processo também fosse próprio de outras formações econômico-sociais, pressupõe que o assalariado livre, que vendia sua força de trabalho ao capital, se desenvolvia por oposição à economia campesina e à empresa artesanal independente, se sindicalizando, e o que faria surgir o que hoje conhecemos como trabalho associado.

O quartel de século que vai de 1850 a 1875 configurou um momento de grande expansão do poder burguês e, em contrapartida, de refluxo do movimento operário em termos de manifestações coletivas, envolvendo causas políticas mais amplas. As questões sindicais e trabalhistas continuamente continuavam, porém, a animar o movimento operário que prosseguia em sua marcha, predominantemente sob o signo da prática sindical. (MARTINELLI, 2003, p. 59)

Na virada do século XIX para o século XX, o modo de produção capitalista se sustentava no taylorismo e no fordismo como processo de trabalho. No taylorismo, as atividades eram simples e repetitivas, havia a divisão técnica do trabalho e os

funcionários apenas exerciam suas funções, sem a necessidade de conhecimento sobre as formas de produção essenciais para o resultado final do produto. O conhecimento do todo no processo de trabalho era de responsabilidade do gerente que também fiscalizava o tempo de realização de cada função. Dessa forma, o processo de trabalho era hierarquizado, separando o trabalhador manual do intelectual, dividindo aqueles funcionários que eram pagos para planejar e monitorar aqueles que eram pagos para executar as ações.

Podemos constatar que a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual se dá apenas no nível ideológico, pois qualquer atividade implica no pensar sobre aspectos da realidade e em ações concretas na realidade objetiva, a qual, por sua vez, será pensada, agora, sob uma nova perspectiva, resultante de transformações ocorridas tanto no indivíduo como na própria realidade. (LANE, 1985, p. 60)

No fordismo, por sua vez, aperfeiçoou-se o método taylorista de produção, manteve a divisão do trabalho, mas por especialidades, ou seja, o funcionário adquiria conhecimento para atuar em uma única frente de produção dentro da fábrica e repetia a mesma atividade durante toda a jornada de trabalho. O fordismo introduziu as linhas de montagens no processo produtivo através de esteiras, com isso, as máquinas ditavam o ritmo do trabalho. Tanto o modelo taylorista quanto o fordista se estendeu até metade do século XX, tendo como objetivos a ampliação da produção em curto espaço de tempo, lucrando através da exploração da força de trabalho dos operários.

A partir dos anos de 1970, os modos de produção taylorista e fordista entram em declínio, em compasso à crise do sistema econômico do período. Como elementos dessa crise, destacam-se a estagnação tecnológica, a diminuição da produtividade e a queda na taxa de lucro das empresas. Como alternativa, no Japão, surge com um novo modelo de produção, o Toyotismo, inaugurando o período da reestruturação produtiva, tendo como características a flexibilidade do trabalho e a descentralização da produção, com peças sendo produzidas em diferentes países, principalmente naqueles tidos, como subdesenvolvidos ou em desenvolvimento integral.

[...] ocorre um retrocesso dos direitos sociais adquiridos pela classe trabalhadora, pois é constituído por elementos que agravam ainda mais as condições de trabalho, entre eles a disseminação dos contratos de trabalho temporários ou em domicílios, a terceirização, a super exploração dos trabalhadores, o enfraquecimento do movimento sindical, a geração de desemprego e subempregos. (GOERCK, 2006, p. 4 *apud*, MATTOSO, 2000)

O avanço tecnológico inicia o que a historiografia chama de terceira revolução industrial, utilizando novas máquinas, da robótica, de sistemas de informática e internet. Junto a essa virada tecnológica, surge o Neoliberalismo, uma doutrina com um conjunto de ideias políticas e econômicas capitalistas que defende a pouca ou nenhuma participação do Estado na economia. Prega que deve haver total liberdade de comércio (livre mercado), pressupondo o crescimento econômico e o desenvolvimento social. Com os novos processos tecnológicos (mecanização, automação e robótica), o capital não gerara mais uma demanda de trabalho de forma a absorver a força de trabalho disponível, intensificando a produção a partir dessas inovações tecnológicas, racionalizam os processos.

Diante desse retrato de modificação radical social e econômica, surge no Brasil a Economia Solidária, no final do século XX. As iniciativas voltadas para o trabalho econômico solidário surgiram como resistência a esses programas neoliberais. A existência do trabalho associado também “supõe uma completa reestruturação do processo e dos instrumentos de trabalho de modo a adequá-los às necessidades humanas e da relação entre trabalho manual e trabalho intelectual” (TONET, 2010, p. 8). Foi a resposta popular diante não apenas da situação de precarização do trabalho, extinção de postos de trabalho e crescimento do desemprego e da miséria criadas pelo sistema, como também diante dos mecanismos chamados de “solidariedade”, para compensação e acomodação social (BEZERRA et al., 2010). O trabalho associado tem em sua essência o desenvolvimento de diversos saberes, construídos na vivência, principalmente por sujeitos com experiência em Educação Popular, para desenvolverem uma linguagem adequada, com base na prática concreta vivida, para buscar viabilidade econômica.

Assim como a força produtiva social do trabalho, desenvolvida pela cooperação, se apresenta como forma específica do processo capitalista de produção, em antítese ao processo de produção de trabalhadores independentes isolados ou do pequeno patronato. Por essa perspectiva, a emancipação do sujeito via Economia Solidária poderia ser alcançada através de alguns fundamentos, como articulação entre particularidade e totalidade; a integralidade das necessidades humanas; o trabalho coletivo como mote pedagógico; e a formação de valores do ser humano através da luta cotidiana, onde o trabalho seja realizado nas condições mais dignas possíveis do ser humano; e na estruturação do processo de distribuição da riqueza, em contraponto às mazelas do capitalismo.

2.2 A ECONOMIA SOLIDÁRIA E A QUESTÃO SOCIAL

Ao longo do século XX, o projeto político neoliberal e a reestruturação produtiva do trabalho foram duas grandes iniciativas gestadas pelo capitalismo, “gerando uma ruptura, da exploração da maioria pela minoria, o mundo em que a luta de classes se transforma na luta pela vida, na luta pela superação da sociedade burguesa” (MARTINELLI, 2003, p. 54). Em consequência, esse processo causou desemprego em massa, baixos salários, desmonte dos direitos dos trabalhadores, desigualdade social, enxugamento do Estado e dependência do capital internacional por parte dos países em desenvolvimento.

As primeiras décadas do século XX são marcantes na história da Questão Social brasileira, por engendram a constituição da classe trabalhadora, sua organização e processos de luta, ao mesmo tempo que se afirmou uma nova organização do poder econômico. (WOLFF, 2015, p. 67)

Na América Latina, as implantações das primeiras políticas neoliberais foram a partir da década de 1970, levando uma parcela da população que se encontrava excluída do mercado formal e das possibilidades de acesso às políticas redistributivas do Estado a uma situação de pobreza. O estabelecimento dessa nova condição do trabalho com os processos da acumulação flexível marcaria um confronto direto com a rigidez dos modos de trabalho anteriores, para um formato mais condescendente do mercado, dos produtos e padrões de consumo.

Dessa conjuntura de dimensão global, que impactou de forma direta os países periféricos, surgiram, a partir de 1980, as primeiras organizações de caráter solidário e associativo no Brasil. Esses empreendimentos coletivos emergem devido às manifestações da Questão Social desencadeadas pelo inchaço do mercado de trabalho induzido pelo neoliberalismo. São caracterizadas por formas de trabalho realizadas por sujeitos conscientes dos objetivos pretendidos quanto ao processo social estabelecido. O esforço desses coletivos veio a definir uma proposta de economia alternativa, contribuindo para uma perspectiva emancipatória dos trabalhadores enquanto estratégia de inclusão produtiva e enfrentamento da Questão Social, pois “como razão de ser dos direitos econômicos, sociais e culturais, é abordada no contexto da realidade brasileira, assim como os dispositivos constitucionais e as políticas sociais existentes” (WOLFF, 2015, p. 6).

Os alicerces dessa concepção de trabalho cooperado e associativo são oriundos da Teologia da Libertação, no novo sindicalismo, da educação popular itinerante, no pensamento socialista da escola comunista e movimentos sociais populares. A Economia Solidária nasce, portanto, como processo de resistência dos sujeitos ao desemprego, a esse sistema perverso que privatiza o trabalho, na promoção da organização coletiva para a geração de renda, sem patrão e sem empregado, sem exploração, respeitando o meio ambiente e o saber de cada um, todos como donos do seu próprio negócio.

Toda empresa solidária é ao mesmo tempo uma associação comunitária. Quem se associa a ela não faz um contrato de trabalho, mas entra numa união em que o seu destino individual se funde com os de seus companheiros. (SINGER, 2000, p. 22)

Dessa forma, o processo de aprendizado coletivo que vai estruturar a empresa começa antes mesmo que ela funcione. Na sua gestão, os futuros participantes se comunicam e interagem.

Desde sua idealização, a Economia Solidária fora fomentada por organizações do terceiro setor, principalmente de cunho religioso, como a Cáritas⁵, buscando organizações através de sindicatos, agregando outros trabalhadores e desenvolvendo cooperativas. Essa política se propunha a responder três questões: i) relação entre processo de trabalho, viabilidade econômica e forma de gestão dos empreendimentos associativos; ii) condições de sustentabilidade desses empreendimentos conforme os diferentes espaços — rural ou urbano — em que se situam e iii) relação entre a Economia Solidária e o desenvolvimento local (BEZERRA, et al p. 12). Ainda, estruturalmente se organiza desta maneira:

- Autogestão, onde todos os integrantes são responsáveis pelo processo administrativo do coletivo. Nos processos de tomada de decisão, são realizadas reuniões ou assembleias para que cada integrante possa se manifestar;

⁵ Há mais de 30 anos a Cáritas, entidade de promoção e atuação social que trabalha na defesa dos Direitos Humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário, apoia grupos de Economia Solidária voltados à emancipação social, política e econômica de comunidades em situação de pobreza. Acompanha empreendimentos formados por grupos de cultura, catadores/as, mulheres, populações rurais e urbanas, migrantes, comunidades em situação de risco, quilombolas, indígenas, acampados e assentados da reforma agrária. Para mais informações ver em <http://caritas.org.br/projetos/programas-caritas/economia-popular-solidaria>.

- Autonomia, onde o coletivo deve ser capaz de se autogerir, evitando que pessoas, grupos, partidos políticos ou outros fatores externos possam influenciar nas suas escolhas ou processos;
- Democracia, onde todos os integrantes devem ter direito a voz, de forma igualitária, a partir das suas diferenças;
- Solidariedade, onde as relações pessoais se dão no coletivo, informando, dividindo, no cuidado um com o outro;
- Cooperação, pelo princípio da cooperação guiando o processo do trabalho individual para o trabalho coletivo, fazendo com que cada pessoa contribua com a outra, para um objetivo comum;
- Respeito à natureza, valorizando a vida, promovendo ações que reflitam e pensem o processo produtivo e do trabalho, respeitando o meio ambiente;
- Comércio justo, na prática de comercialização voltada para os valores de justiça social e solidariedade, realizada pelos empreendimentos econômicos solidários;
- Consumo consciente, no objetivo de fazer com que o coletivo adquira, apenas, o que necessita, sem criar excedentes;
- Valorização social do trabalho humano, sinalizando que todo trabalho é digno e que não deve existir uma valorização/reconhecimento a mais por diferenças de tarefas de trabalho; e
- Diversidade, onde reconhece o papel fundamental da mulher e do feminino e a valorização da diversidade, sem discriminar crença, cor, orientação sexual e deficiência. (BEZERRA, et al, 2010)

Entretanto, para fortalecer a Economia Solidária como política foi necessária sua organização enquanto agenda de Estado. Esse processo de institucionalização se desencadeou nos anos 1990 a partir da atuação das universidades públicas nesse campo e da ampliação da atuação das entidades de apoio e fomento. Nesse período, o próprio movimento começava a refletir sobre a necessidade de tornar a proposta uma política pública tendo em vista sua legitimação e a possibilidade de ampliação de sua atuação, principalmente para uma camada mais vulnerável da sociedade, em uma perspectiva de inclusão socioeconômica. Por outro lado, havia o receio da perda da autonomia desses coletivos que estavam à frente dos processos de trabalho, da fragilização do conceito e do desenvolvimento de suas atividades.

As políticas públicas voltadas aos empreendimentos de trabalho associado foram surgir com intensidade somente no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003–2010), dando amplitude e embasamento teórico-prático às experiências solidárias com a instituição da Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES e a regionalização da proposta em governos estaduais e municipais. Durante a atuação da SENAES, diferentes programas foram desenvolvidos, além da criação de instâncias para incidência política, que contribuíram para a expansão da proposta,

melhoria dos processos de trabalhos dos empreendimentos, na promoção do debate amplo e democrático enquanto forma concreta de gerar trabalho e renda.

O desemprego do final do século XX e início do XXI não é somente constatado pela ausência de atividades laborais e precariedade das relações assalariadas, mas também se transformou num fator explicativo de problemas e tendências da transformação econômica e social. (GOERCK, 2006; *apud* CATTANI, 1996, p. 4).

No período Lula, algumas ações ganharam materialidade para a realidade da Economia Solidária, como a criação da lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, garantindo muitos avanços, entre eles a sugestão de que se extingam os lixões no território brasileiro, sendo substituídos pelos aterros sanitários, onde os resíduos recicláveis não poderiam ser enviados, e a priorização da contratação de cooperativas organizadas de catadores pelos municípios, ou seja, o pagamento pelos serviços prestados. Também foi a partir de Lula que houve a criação de um Grupo de Trabalho para aprimoramento da proposta do Comércio Justo, referência de mediação política entre Governo Federal⁶ e movimentos sociais. Esse núcleo era composto por dois membros representantes da sociedade civil: Fórum de articulação do comércio ético e solidário no Brasil — FACES, Fórum brasileiro de Economia Solidária — FBES, Organização dos Produtores Familiares do Comércio Justo e Solidário e do governo, a Secretaria da Agricultura — SAF e a Secretaria de Desenvolvimento Territorial — SDT, ambas vinculadas ao Ministério do Desenvolvimento Agrário — MDA. Conforme levantamento de dados do Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária — SIES, em 2007 havia no Brasil mais de 22 mil Empreendimentos Econômicos Solidários - EES, em um total de quase dois milhões de trabalhadores. Todavia esse número foi decaindo. Em 2009 passou para 21.859 EES (SENAES, 2009). Em 2013, o segundo Mapeamento da Economia Solidária no Brasil reuniu informações sobre cerca de 20 mil apenas, quando a meta era mapear mais de 30 mil EES. Foi no período do governo da então Presidenta Dilma Rousseff, que passara por um período de instabilidade econômica. Mesmo passando por momentos turbulentos, a EcoSol⁷

⁶ Para obter mais informações, acessar: <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria-nacional-de-economia-solidaria>.

⁷ Abreviatura de Economia Solidária.

seguiu na resistência, na certeza dessas ações fundamentais para o desenvolvimento do trabalho associado pelo Estado.

A perspectiva parece ser a de unificar ações a partir do estado e da sociedade, combinando a solidariedade social com a solidariedade orgânica. Em outras palavras, pretende-se articular políticas públicas efetivas com a presença forte do Estado e atuação ativa da sociedade organizada. (ADAMS, 2010, p. 67-68)

Conforme o Plano Plurianual (PPA) de 2004–2007 e 2008–2011 da SENAES, através do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, foram estipuladas três frentes de sustentação à comercialização solidária: projetos de Programa Trabalho e Cidadania — Iniciativas Inovadoras de Políticas de Geração de Trabalho, Emprego e Renda, que apoiaram centenas de empreendimentos solidários por meio de projetos voltados à organização e consolidação de redes de cooperação econômica e de colaboração solidária, além de projetos de inovações de arranjos em produção e comercialização solidária; projetos de Apoio às feiras de Economia Solidária; e promoção do consumo responsável, que envolveu parcerias com a Fundação Banco do Brasil — FBB e com o Instituto Marista de Solidariedade — IMS. No Plano Plurianual 2012–2015, a SENAES aprimorou a política com mais dois programas: Programa de Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária (PPA 2012/2015) e Programa Resíduos Sólidos (PPA 2012–2015). As EES projetaram suas estratégias e atuação comercial em dois principais flancos.

A primeira, que mobiliza principalmente as organizações do campo religioso — de uma parte importante do campesinato e de organizações não governamentais (ONGs) reconhecidas por sua atuação nas lutas pela democratização política e social — é a ideia de ressignificação do mercado. A outra tem no movimento sindical progressista dos anos 1980 a sua força mobilizadora, esse campo político e organizacional parte da ideia de que os empreendimentos coletivos e solidários devem convergir suas estratégias comerciais principalmente na garantia ao acesso aos mercados já existentes. (MENDONÇA, 2011, p. 61)

Durante o ano de 2015, o Brasil passaria por um momento de instabilidade política grave, com o retrocesso de direitos e a retomada da agenda neoliberal no governo do país. A presidenta Dilma Rousseff seria alvo de uma trama política orquestrada pelo atual presidente, Michel Temer. No ano 2016, o Brasil entraria de vez em um processo de mudança política radical. Em substituição ao governo eleito de Dilma Rousseff, Michel Temer assumiria depois de positivado processo de

impeachment. A clara posição política do governo Temer está ligada a manutenção do *status quo* da propriedade e liberdade do indivíduo, conceitos clássicos próprios das linhagens liberais de gestão.

Com articulações internas e externas, Temer montara uma estratégia com o auxílio de parlamentares, instituições públicas e membros da sociedade civil. Assim, com a decisão da Câmara dos Deputados, após o aceite do afastamento da Presidenta Dilma, Temer assume a presidência da República; dentre as justificativas para as mudanças apresentadas é de haver um grave desequilíbrio ocasionado pela implementação de benefícios sociais desde a Constituição Federal de 1988. Estava nítido o mascaramento que o governo Temer impusera através desse discurso para implementar a privatização da máquina pública e retirada de direitos da sociedade. O conceito de proteção social envolve a ideia de “cobertura da população inteira em relação aos direitos sociais, considerados dever do Estado, independentemente da capacidade contributiva do indivíduo” (SPOSATI, 2007, p. 39), porém, a predominância do neoliberalismo nas práticas políticas do governo Temer foram um agravo frente ao programa político anterior que buscou oferecer uma melhor condição de vida aos trabalhadores brasileiros. Dentro dos pontos elencados na plataforma política de Temer estaria a concentração dos programas sociais apenas aos 10% mais pobres, reduzindo os gastos sociais em assistência, saúde e educação⁸; dentro desse escopo, a redução das políticas econômico-solidárias.

Ao se tratar do benefício universal ou da multiatividade cooperativa, encontra-se a mesma ambiguidade de respostas que permitem uma dupla leitura, a partir do momento em que se abstraem as condições concretas da luta e das relações sociais: podem se inserir tanto em uma perspectiva libertadora, para além do capitalismo, como servir de maquiagem e de expedientes das reformas neoliberais. (BENSAÏD; LÖWY, 2000, p. 96)

Paul Singer, principal nome e fundador da EcoSol no Brasil, estava à frente da SENAES desde o governo Lula, porém fora demitido da pasta a partir da ascensão de Temer. Em meados do ano de 2016, na 1ª Assembleia Nacional do Movimento de Economia Solidária, foi defendido a manutenção da política como pública, a necessidade de articulação com outras frentes populares e movimentos de resistência

⁸ Para obter mais informações, acessar: http://pmdb.org.br/wp-content/uploads/2015/10/RELEASE-TEMER_A4-28.10.15-Online.pdf.

ao atual governo, em busca de construir uma estratégia nacional de mobilização e fortalecimento da EcoSol, convergida pelas centrais de representação de cooperativas, EES entidades, fóruns e movimentos sociais.

Frente a esse cenário de altos e baixos que a Economia Solidária se encontra na sociedade atual, ainda na tentativa de adaptação ao mercado capitalista e de se reestabelecer enquanto ferramenta de inclusão produtiva e de sustentabilidade no campo do trabalho alternativo brasileiro, oferecendo oportunidades aos trabalhadores que visam no coletivo e no trabalho associado dignidade e justiça social, porém, cada vez mais sem incentivo do Estado, o que a reforça como ferramenta de consciência do trabalhador, de alternativa e resistência.

03 ECONOMIA SOLIDÁRIA: SABERES IDEOLÓGICOS, ALTERNATIVA E RESISTÊNCIA

O tema a ser tratado neste capítulo é um dos mais importantes, principalmente porque se refere à complexa definição dos traços éticos e morais do sujeito: a ideologia. Essa categoria foi escolhida para ser desenvolvida neste estudo por se tratar de uma das estruturas ao trabalho associado, essencialmente através da Economia Solidária.

O primeiro subcapítulo desenvolve o que se entende por ideologia. Para contribuir nessa definição, a pesquisa contará com o aporte teórico de alguns autores fundamentais nesse tema, como Marx e Lukács, bem como Thompson, com a ideia geral de ideologia, deixando para trabalhar seu referencial metodológico dos modos de operação na parte que cabe às ferramentas de análise no capítulo 5. Ainda, neste subcapítulo, o trabalho trata da produção e reprodução da ideologia na sociedade capitalista, como consciência social indissolúvel da ideia de classes e a sua natureza quanto à necessidade da formação de uma consciência crítica do trabalhador, bem como dos processos contra-hegemônicos de resistência possíveis frente ao ideário neoliberal e o capital.

O subcapítulo que segue disserta sobre a educação como elemento que compõe o repertório ideológico do trabalhador associado. Aborda os níveis educacionais de formação empregados pela Economia Solidária, principalmente a educação popular, pela socialização de saberes, enfrentamentos, possibilidades e ramificações, como a educação social, ambiental e cidadã. Dessa forma, será debatida a importância da educação como formação no coletivo dos empreendimentos econômicos solidários e os caminhos para a emancipação do trabalhador cooperado/associado/solidário.

3.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA E IDEOLOGIA

O conceito genérico de ideologia aparece como um conjunto de ideias ou pensamentos de uma pessoa ou de um grupo de indivíduos. Desde já, cabe explicar que esta pesquisa não fará uma revisão histórica sobre ideologia e seus conceitos macros e micros, todavia, será feita uma análise conceitual, sobretudo pela perspectiva marxista. Em Marx (2007), ideologia se refere a um sentimento de ilusão, uma falsa consciência a partir de uma concepção idealista na qual a realidade é sobreposta e as ideias ganham forma ativa da vida real. Ao autor, se trata do conjunto de proposições próprias da sociedade burguesa, ludibriando aos olhos do povo os interesses da classe dominante através dos coletivos, um fenômeno resultante do processo histórico da sociedade. Essa lógica compreende uma “ideologia dominante” pois, “se de um lado afirma a igualdade dos homens, de outro diz que é o esforço, a dedicação e a tenacidade que fazem de uns mais bem-sucedidos que outros [...]” (LANE, 1985, p. 62). Posterior a Marx, o pensamento sobre os processos ideológicos na sociedade teve a contribuição da escola marxista em Lênin, entendendo que ideologia seria qualquer concepção da realidade social ou política, vinculada aos interesses de certas classes sociais particulares (LOWY, 1985, p. 12). Nesse período histórico, a Europa já estava em ebulição com movimentos ligados ao estímulo à consciência crítica sobre a exploração do trabalho, em particular na Rússia pré-União Soviética, através do empoderamento do proletariado. Na virada do século XVIII para o século XIX, Estados como Itália e França já vivenciavam revoltas e conflitos internos entre as diferentes forças que participaram do processo de revolução que previa a construção de um ideário socialista e sua solidificação na sociedade mundial.

[...] emergiu o poder burguês e de suas alianças em detrimento dos setores populares. A população, ainda que por meio de uma incipiente organização do proletariado urbano, passou a compreender as diferenças entre suas lutas e as da burguesia. (WOLFF, 2015, p. 36)

Apoiado na concepção de Marx e na metodologia ideológica de organização da sociedade a partir da crítica ao Estado em Lênin, Gramsci teria no conceito de ideologia umas das suas estruturas filosóficas de sua produção. Esse entendimento que parte da hegemonia enquanto elemento moldado pela sociedade era a organização de uma ideologia não somente em expressão filosófica individual, mas sim de uma evolução progressiva da filosofia até o senso comum, ponto em que a

massa de trabalhadores acabaria pensando de forma unitária e integral e esse aparato hegemônico criaria um novo terreno ideológico (GRAMSCI, 1978); determinando assim uma reforma das consciências e dos métodos de conhecimento.

Na contemporaneidade, mais precisamente a partir de 1970, Louis Althusser e outros marxistas incrementaram alguns aspectos ao conceito de ideologia outrora criado por Marx, resultando na concepção de que não havia ideologia senão pelo sujeito e para os sujeitos, “exceto para os sujeitos concretos e este destino da ideologia só se torna possível pelo sujeito: quer dizer, pela categoria do sujeito e do seu funcionamento” (ALTHUSSER, 1974, p. 93). Assim, a ideologia “sujeito para sujeito” só é válida pela existência de quem a possa usar, como quando esse sujeito se vale de observações de determinada imagem ou avaliações das leis sociais por um olhar ideológico, social.

As práticas sociais e as ideias que os homens fazem delas estão estreitamente relacionadas. Pode dizer-se que não há prática sem ideologia e que qualquer prática, incluindo a científica, se realiza através de uma ideologia. Em todas as práticas sociais (quer pertençam ao domínio da produção econômica, ao da ciência, ao da arte, ao do direito, ao da moral ou da política), os homens que atuam estão submetidos às ideologias correspondentes, independentemente da sua vontade e mais ou menos com uma total ignorância do assunto. (ALTHUSSER, 1989, p. 42)

Esse processo de consciência incipiente foi ganhando força nas ações do proletariado europeu e se alastrando pelo mundo. Os trabalhadores passaram a compreender que o discurso dos direitos e seus princípios básicos, era forjado pela burguesia para legitimar-se como classe dirigente, estabelecendo a contradição entre liberdade e igualdade (WOLFF, 2015). No campo das relações sociais, o discurso ideológico foi se estabelecendo como uma construção desse imaginário, fornecendo aos sujeitos sociais e políticos um espaço de ação, explicando a realidade social, ou seja, uma classe, em sua acepção plena, só vindo a existir no momento histórico em que as classes começam a adquirir consciência de si próprias como tal (HOBBSAWM, 2000). Esse conceito fora trabalhado pela perspectiva da emancipação social em primeiro lugar e mais tarde pela cooperação, através das organizações de trabalho associado. Mesmo sendo a partir de relações que se sustentam pela dominação, a Economia Solidária surge em organizações instrumentalizadas pela autogestão, pela consciência crítica do trabalhador.

O fortalecimento dos empreendimentos e da autonomia destes sujeitos pode ser realizado mediante a articulação destas experiências coletivas com políticas públicas, inclusive a de Economia Solidária, que tenham como proposição a inclusão social e econômica dos trabalhadores, promovendo a cidadania destes sujeitos por meio de reflexões que incitem o processo de conscientização da realidade. (GOERCK, 2006, p. 10)

Essa economia alternativa projetou nesses empreendimentos a importância do papel do trabalhador nas ações coletivas no campo do trabalho, propiciando um processo de conscientização, fortalecimento social e despertar ideológico; assim, este estudo entende que a questão ideológica aos sujeitos dessas experiências solidárias ganha força a partir dos pressupostos que compõem os métodos de formação (política e social) da Economia Solidária. Esta pesquisa, além do aporte teórico até então apresentado para definir ideologia como mote de organização ao trabalho associado, tem em especial a contribuição do referencial teórico de John B. Thompson (1995), por ter ideologia como lócus central da sua produção. Todavia, nesse momento será utilizada apenas a interpretação conceitual de Thompson sobre ideologia, separando da parte teórico-metodológica, onde essa estrutura será esmiuçada no capítulo 5. Seguindo, para o autor, ideologia é ferramenta de interpretação dos “fenômenos culturais, para a análise das formas simbólicas em contextos estruturados” (THOMPSON, 1995, p. 33). Sua compreensão do termo “ideologia” nasce das formulações defendidas por Marx, Lênin, Lukács, mas com um resultado próprio e particular. O objetivo, segundo o autor, é não tentar realizar uma síntese das diversas concepções de ideologia e sim contar com o arcabouço do desenvolvimento histórico do conceito, mantendo a gênese de cada teoria desenvolvida pelos autores. Expande a possibilidade de relações de subordinação que podem ser desveladas pela análise das formas simbólicas e do contexto para muito além da luta de classes, entendida por Thompson como ainda relevante, mas não a única importante para a compreensão e a busca por alternativas na atualidade.

A conceituação do termo diz sobre a relação dialética entre estrutura social e discurso, construído socialmente. Outra característica fundamental do conceito de ideologia em Thompson (1995) dá conta de colocar em prática o debate acerca da “falsa consciência”, ou seja, ao mesmo tempo em que segue a tradição de concepções críticas do termo, quebra a ideia de que toda ideologia seja essencialmente ilusória,

causando um efeito de enganação como possibilidade contingente. Assim, ideologia, para o autor, teria um caráter mais político e menos epistemológico.

Não é essencial que as formas simbólicas sejam errôneas e ilusórias para que elas sejam ideológicas. Elas podem ser errôneas e ilusórias. De fato, em alguns casos, a ideologia pode operar através do ocultamento e do mascaramento das relações sociais, através do obscurecimento ou da falsa interpretação das situações; mas essas são possibilidades contingentes, e não características necessárias da ideologia como tal. (THOMPSON, 1995, p. 76)

Outro ponto a ser ressaltado é que o autor não coloca ideologia como categoria dependente das relações de dominação de classe. Sua concepção tem a característica de introduzir a análise da força simbólica de outras formas de dominação, das relações de produção, ou não. Assim, mesmo o autor partindo de uma teoria social crítica, levando em conta a importância da luta de classes, ele entende como primordiais outros conflitos de estrutura, pois para ele: “as relações de classe são apenas uma forma de dominação e subordinação, constituem apenas um eixo da desigualdade e da exploração; as relações de classe não são, de modo algum, a única forma de dominação e subordinação” (THOMPSON, 1995, p. 77). Por fim, o autor mostra que o sentido de ideologia pode ser mobilizado no mundo social, apresentando-se um leque de possibilidades operacionais, podendo ser muito útil no auxílio concreto das formas simbólicas em circunstâncias particulares; formas essas que será vista mais adiante neste trabalho.

Nos sujeitos que operam através da Economia Solidária, o processo de dominação tende a ser minimizado pelas formas de organização, como autogestão, cooperação nos lucros, democracia e autonomia no trabalho associado em relação às suas decisões, tarefas e atividades dentro dos empreendimentos.

Na Economia Solidária pretende-se evidenciar os processos de trabalho e não a acumulação de riquezas pelo capital. Esse é um resultado da consciência crítica que esse trabalhador adquire pela ampliação de saberes, que, todavia, pode ser corrompido pelo que a historiografia aponta com “falsidade de consciência”, ou seja, a “alienação”, própria dos processos cotidianos de trabalho.

A “falsidade de consciência”, que está na base das ações da burguesia, tem suas raízes na alienação, elemento fundante da existência social no mundo capitalista. Produzida pela dinâmica da própria sociedade burguesa como um mecanismo de autopreservação, a alienação torna-se uma determinação objetiva da vida social no mundo de produção capitalista. Penetrando na consciência das pessoas, leva-as a não mais se reconhecerem nos resultados ou produtos de sua atividade, a se tornarem alheias, estranhas, alienadas, enfim, até mesmo à realidade onde vivem. (MARTINELLI, 2003, p. 62)

Por fim, o trabalho associado como modo de produção implica em uma mudança estrutural no todo do processo produtivo. A começar pelo o que deve ser seu objetivo: atender as necessidades humanas, pois para uma autoconstrução emancipada, são fundamentais os ciclos de formação ao trabalhador da Economia Solidária, de modo a contribuir na constituição do seu ideário ideológico, ou seja, lhe instrumentalizar frente à estrutura de mercado capitalista e neoliberal, através da inclusão produtiva.

3.2 A EDUCAÇÃO NA EMANCIPAÇÃO DO SUJEITO

Educação significa a aplicação dos métodos próprios para assegurar a formação e o desenvolvimento físico, intelectual e moral de um ser humano. Para o capital, significa um processo complexo de interiorização das condições de legitimidade do sistema que explora o trabalho como mercadoria, induzindo para uma aceitação. É a educação formal o caminho para reproduzir a conformidade com a deformação humana pelos seus limites institucionalizados. Essa forma educacional tradicional que existe hoje não tem força ideológica para cimentar uma alternativa emancipadora radical na sociedade.

Esperar da sociedade mercantilizada a sanção ativa — ou mesmo mera tolerância — de um mandato às suas instituições de educação formal que as convidasse a abraçar plenamente a grande tarefa histórica do nosso tempo: ou seja, a tarefa *de romper com a lógica do capital no interesse da sobrevivência humana*, seria um milagre monumental. (MÉSZÁROS, 2005, p. 45)

Ao longo do desenvolvimento de sistemas educacionais, os processos estiveram atrelados ao poder do capital e à acumulação primitiva. Essa educação formal institucionalizada teve o propósito de não só fornecer o conhecimento e a força

de trabalho à maquinaria produtiva ao sistema, mas produzir um quadro de valores que legitimou os interesses da elite.

Em contraponto à educação formal, apresenta-se a educação libertadora, com a função de transformar o trabalhador em um agente político, que pensa, que age, de forma consciente. As atividades com caráter de formação para o associativismo atêm-se a princípios solidários, emancipatórios. Esses conceitos expressam um paradigma frente à realidade contemporânea do trabalho, onde por um lado existe a associação livre e voluntária pela Economia Solidária, e do outro um retrato brasileiro que apresenta o trabalhador buscando uma alternativa qualquer de renda face ao desemprego. Assim, essa é a motivação da inserção de muitos desses trabalhadores em organizações de empreendimentos solidários, tornando as agendas de formações cruciais e necessárias no empoderamento do trabalhador associado, onde a educação popular é estratégica e fundamental. A luta da classe trabalhadora pela sua emancipação e de toda a humanidade implica o conhecimento, o mais amplo e profundo possível, da realidade social a ser transformada. Essa é a dicotomia da educação, pois ela deve ser mais do que uma mera transferência de conhecimentos, mas sim conscientização integral. É construir, libertar o ser humano das ideias do determinismo neoliberal, reconhecendo que a história é um campo aberto de possibilidades, de forma continuada e permanente (MÉSZÁROS, 2005).

A educação popular é o método mais recorrente como ferramenta de formação na Economia Solidária, porque preserva o diálogo, com um planejamento comunitário e colaborativo, ou seja, relaciona-se diretamente com uma vertente humana, socialista. Ainda tem um papel fundamental de “contribuir no processo de transformação social, desde o lugar e ótica das classes marginalizadas e oprimidas, incluindo a dimensão subjetiva, social, cultural, política e econômica” (ADAMS, 2010, p. 16). O espaço das práticas educativas tem muito a ver com a qualidade das relações entre diferentes singularidades que se impulsionam para trabalhar em interesses comuns. Refere-se à reciprocidade de saberes, de enfrentamento a ordem vigente e de riqueza humana, desenvolvendo-se no coletivo, estimulando as resistências e construindo possibilidades que favoreçam o estímulo das práticas onde formação, ampliação de saberes e gestão se complementam mutuamente.

Seria impossível falar de educação libertadora sem falar de Paulo Freire. Um dos líderes intelectuais de formação marxista de movimentos populares de educação de base, Freire agremiou uma verdadeira militância em prol da transformação social

no país, com o Movimento de Cultura Popular⁹ - MCP, com a proposta de proporcionar o atendimento às necessidades das populações pobres. Por uma proposta pedagógica, Paulo Freire despertou nas camadas mais simples da população a importância da educação na vida ativa, projetando um questionamento social em tempos de ditadura militar no país, o que daria o lastro mais tarde para o despertar da consciência sobre novos processos de trabalho pela perspectiva da educação popular, como aconteceu com a Economia Solidária.

Não há conscientização se, de sua prática não resulta a ação consciente dos oprimidos, como classe explorada, na luta por sua libertação. Por outro lado, ninguém conscientiza ninguém. O educador e o povo se conscientizam através do movimento dialético entre a reflexão crítica sobre a ação anterior e a subsequente no processo de luta. (FREIRE, 1980, p. 109–110)

A partir dos anos 90 surgiram pesquisas que desenvolveram as práticas de caráter econômico solidário, principalmente com Luiz Inácio Gaiger, Paul Singer e Marcos Arruda, através de trabalhos educativos, organizando empreendimentos solidários como cooperativas populares, associações de produtores.

Com esse pressuposto, a educação popular pode intervir como força ética e política para produzir saberes, assumindo um projeto com intencionalidade emancipadora, visando contribuir para a transformação das condições subjetivas (limites das pessoas) e condições objetivas (injustiças e desigualdades em nossa sociedade). (ADAMS, 2010, p. 17)

A contribuição desses educadores foi fundamental para solidificar os princípios e os métodos da educação popular e libertadora com a política da Economia Solidária, como a autogestão, por ser um mote de organização dos trabalhadores para uma tarefa concreta no processo indutivo de formação (NASCIMENTO, 2011). Com a educação popular, a EcoSol no Brasil se ampliou como ação contra-hegemônica à propagação de políticas neoliberais, principalmente durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1995.

⁹ Movimento de alfabetização de adultos e de educação de base constituído em maio de 1960 em Recife por estudantes universitários, artistas e intelectuais, em ação conjunta com a prefeitura, à época ocupada por Miguel Arrais. Foi extinto pelo movimento político-militar de 31 de março de 1964. O MCP tinha por objetivo formar uma consciência política e social nas massas trabalhadoras no intuito de prepará-las para uma efetiva participação na vida do país.

Uma concepção rival positivamente articulada de educação para além do capital não pode ser confinada a um número limitado de anos na vida dos indivíduos, mas, devido às suas funções radicalmente mudadas, abarca-os a todos. A “autoeducação de iguais” e a “autogestão da ordem social reprodutiva” não podem ser separadas uma da outra. A autogestão — pelos produtores livremente associados — das funções vitais do processo metabólico social é um empreendimento progressivo — e inevitavelmente em mudança. (MÉSZÁROS, 2005. p. 74)

Para o desenvolvimento da Economia Solidária, a autogestão no núcleo produtivo dos processos de trabalho foi princípio fundante para a construção de novas relações sociais, desacomodando a alienação e para a produção e reprodução da economia comunal. Além disso, a desmercantilização foi fundamental por ser estruturante enquanto elemento questionador da produção de mercadorias. Juntos, educação e trabalho, na perspectiva da Economia Solidária, compunham um repertório ideológico para ações no enfrentamento ao capitalismo na sociedade brasileira, vislumbrando uma proposta de emancipação do sujeito.

Esse processo de emancipação é complexo, com várias definições e tem seu efeito prático confundido muitas vezes com outros elementos. Antes de qualquer coisa, cabe conceituar sinteticamente do que se trata emancipação, para adiante cruzarmos os dois conceitos, educação e emancipação. A palavra emancipação tem origem no termo latim *emancipare*, composto por *ex*, que significa: “fora de, não mais”, *emancipium*, que significa “escravo, indivíduo dependente”. Portanto, emancipar significa liberdade concedida, adquirida ou conquistada (ADAMS, 2010), ou ainda, emancipação social, como garantia da autonomia, coletiva ou individual.

Uma ação educacional com propósito emancipatório é um desafio às leis de reprodução social, gerando transformações sociais a partir do fato de as camadas desfavorecidas terem acesso à educação, não apenas acesso ao vigente conhecimento elitizado, mas sobretudo condição de construir conhecimentos novos, em termos de conteúdo, formas e usos. (ADAMS, 2010 *apud*; THIOLENT, 2006, p. 44)

Para Marx (1989), o processo de emancipação do sujeito na sociedade tem relação com o trabalho, com duas alternativas: a emancipação política e a emancipação humana. A emancipação política é ao mesmo tempo a dissolução da antiga sociedade, sobre a qual assentam o Estado e o poder soberano, estranhos ao povo. Isso determinava a relação do indivíduo singular ao Estado como totalidade: isto é, a sua situação política, a sua relação de separação e exclusão dos outros

elementos da sociedade. Essa organização da vida não elevou a propriedade ou o trabalho a elementos sociais, mas levou antes a cabo a sua separação do Estado como totalidade e constituiu-os em sociedades distintas em seu centro, “no entanto, pelo menos no sentido feudal, as fundações e as condições vitais da sociedade civil permaneceram políticas” (MARX, 1989a, p. 27). Assim, ao autor, parece que a revolução política dissolveu a sociedade civil em seus componentes sem revolucionar estes componentes e as submeter à crítica.

Toda a emancipação é uma restituição do mundo humano e das relações humanas ao próprio homem. A emancipação política é a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade civil, indivíduo independente e egoísta e, por outro, a cidadão, a pessoa moral. (MARX, 1989a, p. 27)

Sobre a emancipação humana, Marx (1989a) disserta que só poderia ser plena quando o homem real e individual tivesse em si o cidadão abstrato; quando como homem individual, na sua vida empírica, no trabalho e nas suas relações individuais, se tivesse tornado um ser genérico; e quando tivesse reconhecido e organizado as suas próprias forças como forças sociais, de maneira a nunca mais separar de si essa força social como força política. A emancipação política representaria assim um grande progresso, mas seria a forma final de emancipação humana, antes é a forma final de dentro da ordem mundana até agora existente. A emancipação humana seria uma condição a ser levado a cabo, desenvolvida pelo proletariado, capaz de eliminar a exploração do homem pelo homem por meio de uma revolução social.

A transformação social emancipadora é possível com a contribuição positiva e ativa da educação no seu sentido integral. Deve ser articulada adequadamente e redefinida constantemente e no seu inter-relacionamento dialético com as condições e necessidades progressivas de emancipação. Assim, o trabalhador associado, através da EcoSol, pode ser objeto de emancipação integral, pois esse sujeito já tem, *a priori*, a noção da importância em desempenhar um trabalho solidário no mundo contemporâneo. Porém, para esse processo de emancipação ser completo, são essenciais as formações que definem referenciais ideológicos, através da educação libertadora, popular e social, para o fazer de seus processos de trabalho no dia a dia, com a transformação da realidade e os conflitos, na dialética do cotidiano.

4 A DIALÉTICA DO COTIDIANO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A vida cotidiana é onde residem os reflexos da totalidade das atividades humanas, fundamental, portanto, para compreendermos como se desenvolve o trabalho enquanto elemento vital de desenvolvimento. É no cotidiano que o trabalhador associado promove suas capacidades intelectuais, suas habilidades, seus sentimentos e suas ideias; é onde efetiva seus referenciais ideológicos.

A Economia Solidária como elemento de alternativa ao mercado de trabalho desenvolve, através do cooperativismo/associativismo um objetivo comum: resgatar valores de solidariedade e igualdade. É uma tarefa árdua, levando em conta todo um mundo tecnológico, globalizado, consumista. Assim, neste quarto capítulo, o estudo apresenta como se desenvolvem os processos de trabalho da Economia Solidária no dia a dia, quais os resultados dialéticos desse fazer no cotidiano.

No primeiro subcapítulo, o estudo trata do impacto do cotidiano nos processos de trabalho da Economia Solidária, a ética, a alienação, o cotidiano no trabalhador associado e quais as complexidades do trabalho como fonte permanente de desenvolvimento da vida cotidiana. A conceituação do que entende a historiografia sobre cotidiano e o aporte teórico central de Agnes Heller (2008) com a *Teoria do cotidiano*.

No subcapítulo seguinte, o estudo propõe o debate sobre a cidade e o coletivo, o exercício da educação não formal, o autoconhecimento. Os elementos do cotidiano na cidade capitalista, sua origem, os movimentos internos, os conflitos, contradições, a cidade como lugar de disputa. Ainda, trata sobre o individualismo como característica da sociedade moderna versus o coletivo, tendo como fundo a subjetividade na divisão dos espaços urbanos pelos processos de trabalho, nesse caso, na constituição do trabalho associado.

4.1 IMPACTOS DO COTIDIANO NO TRABALHO ASSOCIADO

O contato cotidiano não é uma relação entre o ser humano e sua essência humana, nem uma relação orgânica na constituição do ser social, mas sim uma relação estabelecida a partir da divisão social do trabalho que surge de forma multifacetada na sociedade. O trabalho é assim um dos pontos mais importantes para se compreender o processo da cotidianidade na sociedade atual. Pela perspectiva da Economia Solidária, ocorrem todos os processos de interação do cotidiano com o trabalhador associado, fundindo muitos elementos que são característicos desse fazer, como ética, alienação e ideologia.

A principal característica do trabalho nas sociedades atuais é que ele se realiza utilizando instrumentos, o que torna a atividade necessariamente social, pois o uso de instrumentos pressupõe cooperação e comunicação entre os homens; assim, se o instrumento nos liga ao mundo das coisas, ele também nos liga a outros indivíduos, produzindo a linguagem e o pensamento, o qual, por sua vez, produzirá atividades e ações que se concretizam nas relações sociais. (LANE, 1985, p. 59)

A *Teoria do cotidiano* de Agnes Heller foi pensada e desenvolvida a partir da conexão direta que ocorre entre as relações humanas e a estrutura social, tornando possível o homem se desenvolver através da sua cotidianidade (HELLER, 2008). O cotidiano assume formas distintas a partir da abstração de seus determinantes sociais, como heterogeneidade; espontaneidade; economicidade (onde pensamento e ação operam à demanda da cotidianidade, porém, não é práxis); são tendências necessárias ao pensamento e à ação na vida cotidiana.

Nela, colocam-se em funcionamento todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias. O fato de que todas as suas capacidades se coloquem em funcionamento determina também, naturalmente, que nenhuma delas possa realizar-se, nem de longe, em toda sua intensidade. (HELLER, 2008, p. 17)

A cotidianidade é onde tudo acontece, onde os processos de interação dos sujeitos se desenvolvem e onde o trabalho serve como força motriz nesse ciclo. A vida cotidiana é central no processo histórico dos sujeitos, é a essência social onde “o fato de se nascer já lançado na cotidianidade continua significando que os homens assumem como dadas as funções da vida cotidiana e as exercem paralelamente”

(HELLER, 2008, p. 23); novamente, o condicionamento que a vida nos proporciona e as ações que podemos desenvolver das mais variadas formas na integralidade.

Avançando no tema, este estudo deverá refinar seu escopo para melhor compreender como ocorrem os processos da Economia Solidária na cotidianidade. Para isso, sugere-se a reflexão sobre um elemento que vai ao encontro da idealização: a totalidade. Está conectada às questões latentes ao humano, como a superação, onde se compreende e se refaz, em um processo que busca a evolução do sujeito, da consciência, da sua realidade; de forma mais abrangente, significa:

[...] de um lado, que a realidade objetiva é um todo coerente em que cada elemento está, de uma maneira ou de outra, em relação com cada elemento e, de outro lado, que essas relações formam, na própria realidade objetiva, correlações concretas, conjuntos, unidades, ligados entre si de maneiras completamente diversas, mas sempre determinadas. (LUKÁCS, 1967, p. 240)

Formada por relações simples, a totalidade é complexa e deve ser amplificada para se obter o conhecimento integral, estrutura e hierarquia, como forma de superar o empirismo, ou seja, onde não reside apenas o discurso mas uma objetivação que antecede o discurso. Não obstante, o cotidiano é concreto, onde se desenvolvem as teias de relações do dia a dia e onde também surgem os frutos desses encontros, benéficos e problemáticos, sendo necessária a materialidade das ações, da realidade como forma de superação da contradição, ou seja, superar o próprio cotidiano na sua particularidade, o “não cotidiano”.

O não-cotidiano pressupõe relacionar-se com objetivações para si, que se direcionam ao humano genérico, à espécie humana. O elemento que o faz pertencer à espécie é a consciência humana [...] a consciência por si só, não garante o processo de superação. (GUIMARÃES, 2011, p. 19)

As relações desenvolvidas no cotidiano são o que nos move, nos adapta às condicionalidades. Se as relações sociais que geramos tem relação direta com o nosso trabalho no dia a dia, a vida política também é parte essencial nesse processo. Dessas relações surgem elementos que nos absorvem sem mesmo percebermos; uma delas é a alienação. Esse processo ocorre quando surgem conflitos entre “o desenvolvimento humano-genérico e as possibilidades de desenvolvimento dos indivíduos humanos, entre a produção humano-genérica e a participação consciente do indivíduo nessa produção” (HELLER, 2008, p. 38); a autora entende que quanto

maior a alienação produzida pela estrutura econômica de uma sociedade, maior será a alienação pela vida cotidiana nas demais esferas.

Marx (2006) alertara em *Trabalho alienado, dos Manuscritos econômicos filosóficos*, que a alienação era fruto da relação do trabalhador com a sua própria produção, a partir de uma relação entre o lucro e a forma que os trabalhadores são explorados para a obtenção do mesmo.

A alienação do trabalhador no seu produto significa não só que o trabalho se transforma em objeto assumida uma existência externa, mas que existe independentemente, fora dele e a ele estranho, e se torna um poder autônomo em oposição com ele; que a vida que deu ao objeto se torna uma força hostil e antagônica. (MARX, 2006, p. 111–112)

Em *O Capital* (1989b), Marx promovera uma reflexão do que seria outro estágio da alienação no trabalhador a partir da banalização do consumo, conectada ao capitalismo. Essa alienação seria oriunda da mediação da mercadoria pós-produto e da interação social pelo produtor, onde o trabalhador ficaria iludido ao próprio produto que produz. É o que ocorre com os produtos humanos, no mundo das mercadorias. O que está sempre associado aos produtos do trabalho, quando são gerados, seria indissolúvel à produção de mercadorias.

É no processo de acumulação de bens que o capital se apodera dos meios de produção, fazendo com que a mercadoria não seja apenas o produto fabricado, mas também a força de trabalho, e as próprias relações sociais decorrentes, no processo — em outras palavras, os homens se tornam mercadorias. (LANE, 1985, p. 56)

No trabalho associado, essa sistemática é diferente porque o trabalhador tem consciência e responsabilidade ética das suas ações no que produz e o que oferece à sociedade, a partir das práticas solidárias desenvolvidas no cotidiano. A alienação desperta o contrário, pois aviva no trabalhador a sanha em possuir algo que ele mesmo produz, mas não pode comprar, gerando um processo cíclico de alienação, ou também caracterizada como reificação. É onde o capital não exerce suas funções sociais metabólicas de reprodução em qualquer outra direção, “mudar estas condições exige uma intervenção consciente em todos os domínios e a todos os níveis da nossa existência individual e social” (MÉSZÁROS, 2005, p. 59).

Um trabalhador com consciência crítica é um sujeito capaz de proporcionar transformações sociais. Na Economia Solidária existem processos de trabalho que desenvolvem a consciência, através do consumo consciente, da consciência ambiental, pela reciclagem, ou da consciência social, no cuidado com o seu par. Em todos esses casos, a ética funciona como um pilar para a consciência crítica do trabalhador associado, em um processo de contracorrente à alienação, dessa forma, “é possível ultrapassar a alienação através de uma reestruturação radical das nossas condições de existência há muito estabelecidas, e, por conseguinte, toda a nossa maneira de ser” (MÉSZÁROS, 2005, p. 60).

A questão da ética no dia a dia dos trabalhadores associados é importante pois estimula a criticidade da consciência sobre ações que lhes são conflitantes, como o consumo exacerbado da sociedade. O consumo antiético é a força motriz para a manutenção do círculo vicioso, não só do produtor ao produto, como os outros agentes que contribuem para o crescimento do consumo não consciente. A alta demanda de produtos é parte de uma mecânica fomentada pelo capitalismo, onde a oferta e venda em massa é o resultado provável.

Engendrado pelos processos de produção do capitalismo, a globalização tem papel importante nessa relação entre ética no consumo e a alienação do trabalhador, porque a partir da exploração das potências econômicas aos países periféricos é que se perpetuaram e ainda hoje os fazem nas obtenções de lucro, a geração da miséria e da pobreza global, “a globalização, acompanhada de mercados livres, atualmente tão em voga, trouxe consigo uma dramática acentuação das desigualdades econômicas e sociais, no interior das nações e entre elas” (HOBBSAWM, 2007, p. 11). Um exemplo atual de conflito ético e impulsionado pela globalização é a política do “capitalismo verde”¹⁰ sobre os empreendimentos econômicos solidários - EES. Esse conceito cada vez mais vem sendo difundido, colidindo com os preceitos da Economia Solidária. Ocorre quando muitos empreendimentos estabelecem estruturas voltadas somente à obtenção de lucro sobre a heterogestão, destoando assim à ideia original de autogestão e isonomia, principalmente quando patrocinados por instituições

¹⁰ Capitalismo verde, Ecocapitalismo ou capitalismo sustentável é uma concepção do capitalismo na qual se incorporam os princípios do Ecologismo aos da economia de mercado. Fundamenta-se no mercado como a principal ferramenta para conseguir financeirização ambiental, associando-os à privatização e à mercantilização dos recursos naturais, convertendo-os em capital natural. Esta visão sustenta que o crescimento econômico é compatível com a conservação da natureza sem reduzir as taxas de benefício, mas à custa de um regime de acumulação racional e uma transição desde o neoliberalismo

bancárias ou multinacionais. Todavia, é nos processos de trabalho da Economia Solidária que se desenvolve a consciência crítica para não haver conflito metodológico, a partir da ação no microespaço, da intervenção na realidade.

As adversidades encontradas pelos trabalhadores associados são enormes, se considerarmos a atual maneira que a sociedade atual se relaciona, consumista, que busca status para se enquadrar, seja pela cultura, política, vestuário, comunicação, enfim, onde tudo é consumível. Para que haja um crescimento do trabalho associado como um processo coletivo e abrangente na sociedade, a absorção dos conceitos da política da Economia Solidária, como ética, justiça e consciência é fundamental. Como parte desse processo onde é necessária a dialética, destaca-se a necessidade do fortalecimento das relações que se estabelecem no cotidiano, na vida ativa, entre trabalhadores associados e sociedade. Alguns fatores abalam esse processo de confiança, como a intervenção de grandes empresas na organização desses trabalhadores, pois a lógica de mercado acaba fazendo com que as grandes multinacionais comprem produtos acima do valor de mercado, financiando parcialmente o desenvolvimento de pequenos produtores, catalisando a relação de confiança mútua em longo prazo. São barreiras a serem superadas, principalmente as contradições quando dos lucros obtidos ou da concorrência na oferta dos produtos. Essa contradição decorre de elementos ligados à alienação do trabalhador frente à sua estrutura de trabalho, junto a uma sociedade individualista e obcecada pelo “ter”.

Assim, a proposta da Economia Solidária busca aparar essas arestas do individualismo, com a coletividade da produção e a justeza do lucro. Por isso, no trabalho associado, são importantes as formações para as tomadas de consciência política e social às práticas cotidianas. É um processo que ganha um tom utópico, justamente pelo atual cenário onde se encontram as relações sociais, marcadas pelo individualismo, o indivíduo versus o coletivo. A ação do trabalhador associado deve estar voltada à construção de uma postura de vida, sua integralidade em sociedade, a partir das suas particularidades, onde seja “a vida cotidiana como constituição e reprodução do próprio indivíduo e conseqüentemente da própria sociedade, através das objetivações” (GUIMARÃES, 2002, p. 12). Os EES são provedores de ações que visam coletivizar, propagando relações plurais. Dessa forma, é necessário que o local em que desenvolvem essas relações, como a cidade, seja coletivo, ou seja, para que possam acontecer ações solidárias, a cidade deve ser também coletiva.

4.2 A CIDADE PARA O COLETIVO? CONTRADIÇÕES COTIDIANAS

Para falarmos da cidade como organismo vivo no cotidiano do trabalhador, é necessário retomar o seu conceito histórico. A primeira ideia de cidade remonta através da pólis, a cidade-Estado grega, com claros elementos de política urbana. Do ponto de vista territorial, divide-se em duas partes: a acrópole, com uma colina instrumentalizada para proteção e centro religioso e a cidade baixa, como um local de reunião. Para o grego, a pólis não era apenas um sítio geográfico, como se admite no senso comum, “mas uma prática política exercida pela comunidade de seus cidadãos” (ROLNIK, 1995. p. 22). Esse conceito comparado à atualidade é extremamente avançado, uma vez que na sociedade contemporânea a política vem sofrendo um forte processo de negação, e o individualismo gradativamente se tornando uma tendência das relações sociais.

Mais tarde, a cidade ganharia seu primeiro esboço próximo à formatação atual. Com a introdução do comércio a partir do medievo, surgiria a apropriação do modo de produção pela elite dominante, a divisão de classes e o agravamento da miséria. Na figura do servo, a pobreza ganhou centralidade pelo arrendamento de terras que os expulsava do campo: “as terras arrendadas geralmente passavam a produzir para o mercado principalmente matérias-primas para manufaturas como da lã ou do linho, numa forma de produção que não absorvia nem comportava o trabalho servil” (ROLNIK, 1995. p. 35). Esse processo também implicou em transformações das cidades através da dimensão política. Ao fim do século XVI, a Europa era uma rede de comércio entre as cidades. Esses Estados se organizavam em torno de um poder central que via a necessidade na centralização da autoridade pelo comando das principais rotas comerciais e militares, fortalecendo esse núcleo político. Mais tarde, as cidades europeias cresceriam aceleradamente através da concentração da riqueza, definindo assim as classes sociais, aumentando o tamanho dessas cidades e da população nas capitais, mas ao mesmo tempo crescendo a miséria, ou seja, “de um lado os proprietários dos meios de produção, os ricos detentores do dinheiro e bens; de outro, os vendedores de sua força de trabalho, os livres e despossuídos” (ROLNIK, 1995, p. 39). Já nesse período a cidade propiciava a acumulação de bens na centralidade como características das relações sociais.

Nas formações hispano-americanas, o conceito de cidade se estabeleceu no homem, podendo intervir deliberadamente na condução da construção desse

imaginário, como o caso da organização dos jesuítas em suas reduções, uma vez que só foi introduzida a cultura material das missões guaranis, “fabricando cidades geométricas, de pedra lavrada e adobe, numa região rica em lenho e paupérrima em pedreiras, como o estenderam até às instituições” (HOLANDA, 2011, p. 97–98).

Comparados a estruturas que os castelhanos mantiveram em suas cidades, os portugueses, por exemplo, distinguiram-se principalmente pela predominância de seu caráter de exploração comercial, assim como os exemplos da cidade grega e medieval europeia, com centralidade política, mas com o advento da colônia como principal mantenedora da metrópole. O preceito mercantilista adotado, aliás, por todas as potências coloniais até o século XIX, segundo o qual metrópole e colônias iriam completar-se reciprocamente, ajustava-se bem a esse ponto de vista (HOLANDA, 2011). Essa herança do Estado como elemento de exacerbação da divisão de classes e da centralidade do individualismo na cidade, ganharia novos capítulos à emergência do capitalismo, projetando uma nova forma de se pensar e se organizar, como a divisão do trabalho especializado e a separação do trabalho intelectual e manual, com o domínio do capital e do saber científico sobre a prática; assim a cidade capitalista se industrializaria, estabelecendo assim um território popular de trabalhadores.

[...] constituído de proletários e autônomos, operários na indústria e trabalhadores ocasionais. Para eles a cidade oferecia a exploração do trabalho e a precariedade das condições da habitação [...] a cidade capitalista ao mesmo tempo gera e rejeita este território popular precário; a indústria é voraz em sua fome de força do trabalho a baixo custo e a cidade grande é um enorme mercado de mão-de-obra para ela. (ROLNIK, 1995. p. 81)

A partir dessa conjuntura onde surge o proletariado, a cidade se torna fundamental no cotidiano do trabalhador associado, pois, excluído, migra do trabalho formal ao informal, resultado da ação do capitalismo, acirrando a luta de classes. Agora, a cidade será explorada no contato cotidiano para novas relações sociais nesse sistema capitalista. Heller (1991) entende que é no cotidiano que a relação de igualdade entre a classe trabalhadora permite a mobilização e a reivindicação de seus interesses; ou seja, a consciência política transformadora é resultante do contato efetivo entre os mesmos, a partir do momento em que compartilham uma igualdade entre si por uma perspectiva coletiva.

No trabalho associado, a atividade coletiva é uma via natural para obterem um ganho maior. A venda para um mercado mais amplo na cidade pressupõe a prática associativa como um meio para viabilizar um resultado positivo da produção. Porém, é na cidade que o consumo se torna um elemento de disputa, entre o ser consciente e não consciente, entre o coletivo e individual. A cidade gestada pela população do consumo não consciente funciona a partir do excedente, uma quantidade de produtos para além das necessidades do consumo imediato. Essas características identificam uma cidade marcada pela velocidade da circulação, com fluxos de mercadorias, pessoas e capital em ritmo cada vez mais acelerados. Por outro lado, a cidade do consumo consciente é defendida pela coletividade do trabalho associado, pois se fundamenta na cooperação e solidariedade, uma vez que o “indivíduo” não se percebe no plural. Esses elementos próprios do coletivo são a base das práticas cooperativas e associativas do cotidiano desenvolvidos na cidade, principalmente no urbano.

Na sua obra *Política e educação*, Paulo Freire (2001) detalha que a presença da cidade é fundamental para a emancipação do sujeito, essencialmente a partir das relações sociais e políticas, como forma pedagógica. O autor defende que a educação como ferramenta de conscientização é permanente na razão, pois está ligada mais à natureza do desenvolvimento humano; de um lado, da finitude do ser humano; de outro, da consciência que ele tem de sua finitude. Mais ainda, pelo fato de, ao longo da história, ter incorporado a educação à sua natureza.

A cidade se faz educativa pela necessidade de educar, de aprender, de ensinar, de conhecer, de criar, de sonhar (...) a cidade é cultura, criação, não só pelo que fazemos nela e dela, pelo que criamos nela e com ela, mas também é cultura pela própria mirada estética ou de espanto, gratuita, que lhe damos. A cidade somos nós e nós somos a cidade. (FREIRE, 2001, p. 13)

Essas atividades econômicas solidárias se desenvolvem em espaços educativos formais e não formais das cidades, em lugares de circuito público e acessíveis, através de fóruns, ONGs, etc. Para Gohn (2005), a educação não formal representa um caleidoscópio, composto por aprendizagem e política dos direitos dos indivíduos, capacitação para o trabalho, desenvolvimento de habilidades, etc. Portanto, esses empreendimentos necessitam de espaços populares no urbano para uma educação popular de formação, o que transforma a cidade em lugar de disputa,

onde, por um lado se desenvolvem práticas emancipadoras, e do outro a selva de pedra, os espigões¹¹, o mercado voraz.

A criação de condições diferenciadas ao trabalho cooperado exige que cada sujeito se perceba na emergência de um saber estratégico que tange o funcionamento do coletivo. Assim, é por essa perspectiva que se abrirá o acesso à uma cidade plural. Dessa forma, a tarefa dos trabalhadores associados é conscientizar uma aglomeração densa de indivíduos, cujos movimentos e percursos são permanentemente mecanizados, como o indivíduo só no seu apartamento ou dentro do seu automóvel, compondo um fragmento de um conjunto que é parte de um coletivo, dando ritmo à necessidade de gestão da vida coletiva, mas no seu ser individual, ou seja, ao mesmo tempo em que é protegido, também é reprimido pelas muralhas de relações efêmeras (ROLNIK, 1995). Então, o individualismo na cidade é fomentado pelo fortalecimento do capital, trazendo uma nova configuração, outro modo de funcionamento, com desdobramentos no cotidiano da população, como vínculos de trabalho precários e possibilidades remotas de pleno emprego, sobretudo nos espaços urbanos.

Frente a esse cenário de precarização das relações sociais é que se desenvolvem as práticas associativas, pressupondo um aprendizado das relações coletivas mais complexas do que aquelas requeridas por conta própria (BEZERRA et al., 2010). Assim, os trabalhadores associados exploram a cidade em busca de espaços culturais, educacionais e políticos. Esses espaços têm elementos necessários para o desenvolvimento de ações coletivas, como a educação popular não formal, da pedagogia de rua, onde atividades com o trabalho associado desenvolvem e reproduzem seu saber, seu repertório ideológico. Nessas áreas multifacetadas da cidade urbana ocorre a interação trabalho-educação do cotidiano, propiciando nos espaços não formais ações que estimulam a solidariedade e a subjetividade desses sujeitos.

O termo não-formal também é usado por alguns investigadores como sinônimo de informal. Consideramos que é necessário distinguir e demarcar as diferenças entre estes conceitos. A princípio podemos demarcar seus campos de desenvolvimento (...) a educação não-formal é aquela que se aprende “no mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianas. (GOHN, 2005, p. 10)

¹¹ Prédios comerciais ou residenciais, de altíssimo comprimento, impactando no meio ambiente, na paisagem e no patrimônio cultural da cidade.

Todavia, um conceito a ser considerado sobre os espaços que promovem formações populares na cidade é do Estado controlador da cidade, através do domínio de seus espaços. O paralelo possível entre esse conceito e a necessidade dos espaços não formais para às práticas do associativismo é a dialética real do trabalho cooperado na cidade. Na verdade, o objetivo da grande maioria desses empreendimentos cooperativos é buscar relações e direitos iguais, de forma democrática na cidade. Essa perspectiva é procurada justamente por aquele trabalhador mais precarizado na cidade, onde o capital o absorve, alienando e empregando esse sujeito para fazer os serviços menos remunerados.

[...] porque sua participação no mercado de trabalho na cidade permite não só que os serviços prestados por estes trabalhadores sejam baratos, mas também que os salários como um todo se mantenham deprimidos. A questão então reside nas condições urbanas de vida desta população. (ROLNIK, 1995, p. 68–69)

Essas questões estão no bojo do capitalismo contemporâneo e das novas formas de exploração produzidas na cidade de hoje, dividida em classes e grupos sociais, onde não é mais possível se falar em comunidades dos cidadãos, dada a evidente evolução da segregação dos territórios urbanos. Contra isso, se faz necessário promover novas estratégias de transformação e modalidades de resistência dos trabalhadores populares (BEZERRA et al., 2010). Essa resistência passa por dissolver as mazelas encontradas no cotidiano através dos processos de trabalho como da Economia Solidária, com um trabalhador consciente e crítico, avalizado por seus processos de formação com a educação popular para um melhor desenvolver do trabalho associado na cidade, que é, ao fim e ao cabo, o lugar do trabalhador cooperado/associado/solidário, de produção, de vivência, de aprendizado, da ideologia.

Através da alteridade, portanto, é possível que os espaços urbanos das cidades sejam configurados de forma coletiva, transformando a cidade do individualismo em espaços com agendas solidárias, como as desenvolvidas pelos trabalhadores associados, através da conscientização ao consumo justo, educação ambiental e o respeito e cuidado com o seu semelhante.

05 ECOSOL, IDEOLOGIA E COTIDIANO: PROCESSO DE ANÁLISE

O esquema de análise deste estudo foi organizado a fim de compreender como se desenvolvem os processos de trabalho de três mulheres, participantes de empreendimentos econômicos solidários, por meio dos referenciais ideológicos que emergem do cotidiano por cada uma delas. Como instrumento para composição, uma entrevista aberta foi aplicada, cujo roteiro, citado no Apêndice B, está composto pelas categorias norteadoras desta pesquisa.

A análise teve como base o referencial metodológico desenvolvido por Thompson (1995), através da *Interpretação da doxa*, ou “hermenêutica da vida cotidiana”, mais precisamente como os sujeitos opinam, compreendem ou mesmo se veem a partir dos sentidos de suas experiências de vida no mundo social. Essa estrutura conta com três fases: a Análise sócio-histórica, a Análise Formal ou Discursiva, e a Interpretação/Reinterpretação, para identificar os referenciais ideológicos com cinco modos de operação da ideologia: Legitimação, Dissimulação, Unificação, Fragmentação e Reificação.

Na fase da interpretação da análise, utilizou-se a técnica das linhas narrativas e produção de sentidos (SPINK, 2004) dada sua característica de organização da construção discursiva, buscando, no estudo, compreender as formas argumentativas das trabalhadoras. Na composição de cada linha narrativa, verificaram-se os processos de trabalho de cada trabalhadora da Economia Solidária, catalogando em temas, emergidos da produção de sentidos, que, com o auxílio da metodologia para identificação dos modos de operação da ideologia de Thompson (1995), houve cruzamentos dessas informações, chegando assim ao resultado da análise, dividido em cada uma das categorias norteadoras da pesquisa.

Sendo essas as bases para o desenvolvimento da análise, com as motivações da pesquisa conforme os critérios pré-estabelecidos, a seguir será apresentada a estrutura planejada para cumprimento desta tarefa.

5.1 THOMPSON: TEORIA SOCIAL CRÍTICA

5.1.1 Doxa e Tripé Analítico

A análise é parte fundamental em uma pesquisa pela importância no aprofundamento do objeto de estudo que proporciona, no caso desta, uma análise discursiva. Através do discurso, é possível reconhecer elementos intrínsecos que compõem as características dos sujeitos, como os processos de trabalho e os referenciais ideológicos. Dessa forma, para estudar as maneiras como o sujeito estabelece e desenvolve seus processos de trabalho, esta pesquisa se baseou no referencial metodológico desenvolvido por John B. Thompson (1995), que tem na teoria social crítica principal influência na preocupação pela criticidade. De tradição filosófica, embasada por Kant, Hegel e Marx, essa teoria tem o enfoque na experiência humana, vista como histórica, onde impacta na compreensão do passado como base para a estruturação do futuro, além de servir como fonte de recursos para velar o presente, pelas noções de tradições criadas. A partir de Thompson, esse conceito ganhou intensidade para a linguagem como função de participação do indivíduo no mundo, batizadas por ele de “hermenêuticas críticas”, formando assim sua base teórica e epistemológica, o que resultou na obra *Ideologia e Cultura Moderna* (1995), mote deste estudo.

Esse método de análise inicia por uma etapa básica chamada *Interpretação da doxa*¹², ou “hermenêutica da vida cotidiana”, a natureza especial da investigação social onde se visa compreender como os sujeitos entendem a realidade ao seu redor, suas opiniões, crenças e compreensões no cotidiano, “um amplo espectro de ações e falas, imagens e textos, que são produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles e outros como construtos significativos” (THOMPSON, 1995, p. 79). Tem um forte apelo em considerar o mundo sócio-histórico não somente um campo-objeto, mas sim um escopo que interpreta as formas simbólicas que acontecem, de acordo com as interpretações feitas a partir dos sentidos em circulação; essa etapa é muito importante para a pesquisa porque propõe o debate dialético através da análise entre ideologia e cotidiano no trabalho associado.

¹² Sistema ou conjunto de juízos que uma sociedade elabora em um determinado momento histórico supondo tratar-se de uma verdade óbvia ou evidência natural, mas que para a filosofia não passa de crença ingênua, a ser superada para a obtenção do verdadeiro conhecimento.

O tripé metodológico de Thompson (1995) é chamado de *hermenêutica da profundidade*, composto por três fases distintas, mas que se complementam: análise sócio-histórica, que se interessa pelas condições sociais e históricas de produção, circulação e recepção das formas simbólicas; análise formal ou discursiva, que compreende um estudo voltado às construções das formas simbólicas, e (re) interpretação, que se constrói a partir dos resultados das duas primeiras etapas. Está esquematizado da seguinte maneira:

Quadro 1 Tripé metodológico de Thompson



Fonte: Thompson, 1995, p. 365

A análise sócio-histórica parte da premissa que as formas simbólicas são inventadas, circulando em contextos sociais, categorizadas pelo autor desta forma: *situações no espaço e no tempo; campos de interação; instituições sociais e a estrutura social*, estratos que identificam o desequilíbrio na distribuição e implicações de poder e conflitos, escopo dos modos de operação da ideologia, significados a partir de temas sociais como trabalho, classe, gênero, etc. As *situações espaço-temporais* correspondem aos períodos históricos, onde as formas simbólicas foram estruturadas, circuladas e entram em contato com os sujeitos, assim como as práticas reproduzidas e naturalizadas onde os próprios atores não têm consciência do seu opressor.

O nível que se entende por *campos de interação* está relacionado com o espaço de posições que determinam as relações e oportunidades que possam surgir nesse contexto social, como normas e estratégias disponíveis as pessoas, grupos e *instituições sociais*, que funcionariam como conjuntos relativamente estáveis de regras e recursos para com as respectivas relações sociais, devendo ser analisadas no seu crescimento ao longo do tempo. Por fim, a *estrutura social* é onde se devem considerar as diferenças estáveis que conformam os espaços de interação e as

instituições sociais. O importante desse nível são as diferenças coletivas de grupos e critérios como formas estáveis aos sujeitos, como poder.

Este estudo não tem a pretensão de desenvolver a metodologia proposta por Thompson em sua integralidade, porém, busca aproximações com as estruturas de análise sociais estabelecidas pelo autor para composição da análise macro da pesquisa. No caso da primeira etapa, *aspecto sócio-histórico*, pelo nível de complexidade, pode-se apontar que este estudo tem sim uma maior aproximação com o último nível apresentado, ou seja, a *estrutura social*, porque analisa separadamente os aspectos que caracterizam os sujeitos na sua vida cotidiana, inclusive os referenciais ideológicos.

A análise da estrutura social demanda, pois, um nível de reflexão mais teórico, pois exige que o analista proponha critérios, formule categorias e faça distinções que ajudem a organizar e iluminar a evidência das assimetrias e diferenças sistemáticas da vida social. A análise da formação e reprodução das classes sociais, ou a análise da divisão entre homens e mulheres e outras formas congêneres de assimetria e desigualdade são exemplos do que está ligado à análise da estrutura social nessa perspectiva. (THOMPSON, 1995. P. 367)

Na segunda parte do tripé metodológico de Thompson reside a *análise formal ou discursiva*, que se ocupa das estruturas de organização das formas simbólicas nas mensagens cotidianas de como se mobilizam sentidos no sujeito. O intuito dessa etapa é compreender como as formas simbólicas movem os sentidos e quais são eles. No caso desta pesquisa, a análise discursiva (será tratado neste trabalho como “práticas discursivas”, conforme Spink (2004)) foi o método escolhido, combinando com a técnica das linhas narrativas (o que será desenvolvido no subcapítulo 5.2), buscando compreender os sentidos do discurso. Para o autor, o termo “discurso”, de um modo geral, se refere às instâncias de comunicação presentes, ou seja, casos concretos da comunicação do dia a dia, onde o objeto da análise discursiva é uma conversa entre amigos ou um programa de televisão, e não é um exemplo especialmente preparado com o objetivo de testar nossas intuições linguísticas, pois na verdade formam unidades que excedem os limites de uma única sentença, implicando em uma harmonização de frases ou expressões, combinadas de maneira específica para formar uma unidade linguística ordenada, sequenciada.

Das seis estruturas propostas pelo autor, que são: *semiótica, conversação, sintática, narrativa, conteúdo e temática*, esta pesquisa se aproxima da *estrutura*

narrativa, por se desenvolver como um discurso que narra uma sequência de acontecimentos, contando uma história, característica principal das linhas narrativas, mais uma vez, aproximando a teoria metodológica da técnica de análise escolhida. Estudando a *estrutura narrativa*, é possível identificar os efeitos narrativos específicos que operam dentro de uma narrativa própria, elucidando seu papel na história.

A história geralmente contém uma constelação de personagens e uma sucessão de eventos, combinados de uma maneira que apresente certa orientação, ou “enredo”. A sequência do enredo pode diferir da sucessão temporal dos acontecimentos, como quando a história é contada através de efeitos contra temporais, como os flashbacks (uma recordação, ou uma lembrança, narrada como se fosse presente). (THOMPSON, 1995, p. 373)

Finalmente, a última fase da metodologia de Thompson (1995) trata da interpretação e (re) interpretação, o momento de retomar os resultados das etapas anteriores por uma produção criativa e crítica. É quando acontece a profundidade analítica para a compreensão do mundo social e construção de saberes que possuam um potencial crítico, de sentido emancipatório. De um modo geral, o interesse da metodologia de Thompson (1995) é centrar-se naquelas relações em que o sentido opera a ideologia, assim como esse objeto de estudo. Para o desenvolvimento desta pesquisa, a metodologia sugere a superação das abordagens tradicionais de ideologia, procurando descobrir os sentidos ocultos dos fenômenos sociais na subjetividade. Assim, fazendo a interpretação de um fenômeno social, de uma mobilização de sentido, se estará interpretando algo que já foi interpretado pelas pessoas, é a interpretação da interpretação, ou uma reinterpretação, uma forma cíclica de análise social.

5.1.2 Ideologia: Modos e Estratégias de Operação

O método da Hermenêutica da Profundidade de Thompson (1995) foi proposto para a análise de sentidos quando provocados por formas simbólicas no esteio social, permitindo aplicar o método para compreender esses sentidos através da comunicação, possibilitando empregar a opção metodológica para desenvolver algum estudo com base na teoria da ideologia e de suas estratégias de operação. Para o autor, *ideologia* está relacionada em como as formas simbólicas se entrecruzam com relações de poder, ou seja, “estudar a ideologia é estudar as maneiras como o sentido

serve para estabelecer e sustentar relações de dominação” (THOMPSON, 1995, p. 79); são processos de assimetria entre pessoas, grupos ou instituições.

A partir desse conceito, o autor desenvolve dois tipos de concepções de ideologia: as neutras e as críticas. As neutras se caracterizam pelo fenômeno ideológico como não pejorativo, nem negativo, nem enganador ou ilusório, e tão pouco reflete interesses de grupos particulares, algum aspecto da vida ou uma forma de investigação social. As críticas são aquelas que possuem um sentido negativo, crítico ou aviltante. Elas diferem com respeito aos fundamentos dos quais eles derivam um sentido negativo, admitindo a chancela *critérios de negatividade*, associados com concepções particulares de ideologia.

O objeto de estudo desta pesquisa tem na categoria ideologia um elemento vital para o que se propõe compreender. Através do pilar metodológico de Thompson (1995), esta pesquisa, a partir dos resultados dos sujeitos analisados, buscará uma mediação com os cinco modos de operações gerais da ideologia, formulando um conceito construtivo.

A tabela exemplificativa foi estruturada assim:

Quadro 2 Modos de operação da Ideologia

Legitimação	Racionalização	Unificação	Estandartização
	Universalização		Simbolização da unidade
Dissimulação	Narrativização	Fragmentação	Diferenciação
	Deslocamento		Expurgo do outro
	Eufemização	Reificação	Naturalização
Tropo (sinédoque, metonímia, metáfora)	Eternização		
			Nominação/ Passivização

Fonte: Thompson, 1995, p. 81

Como ferramenta teórica e metodológica é possível empregá-la, analisando o contexto sócio-histórico dos sujeitos e a narrativa, considerando a ideologia como marco fundamental na organização dos processos de trabalho, dando a devida criticidade à pesquisa, de forma peremptória. Para tanto, cabe aqui desenvolver sobre a estrutura operacional da ideologia de Thompson (1995), para tornar possível a aproximação do objeto da pesquisa com algum modo proposto.

O modo denominado de *Legitimação* se constitui na forma pela qual as relações de dominação podem ser estabelecidas. É plausível preservá-las caso forem encaradas como justas e válidas dentro de um sistema de regras, tradições ou até mesmo pela autoridade. Conforme o autor, as afirmações de legitimação podem ser sustentadas em argumentos racionais, como as defendidas pelas instâncias conservadoras da nossa sociedade (igreja, por exemplo). As estratégias que compõem o modo da legitimação são de *Racionalização*, que consiste em persuadir através de um raciocínio ou justificativa tal ponto de vista; de *Universalização*, por meio da exposição de acordos e vantagens que, aparentemente acessíveis a todos, atendam na verdade diretamente a determinados grupos ou indivíduos; e de *Narrativização*, uma composição de histórias que conformam o presente como ideário de uma tradição, algo inalterável.

O modo da *Dissimulação* está relacionado com o emprego de construções simbólicas que omitam ou neguem os aspectos das relações desiguais, mantendo as aparências frente ao senso comum. As estratégias que compõem este modo são o *Deslocamento*, quando visa a transferência dos sentidos positivos ou negativos conotados de um termo referente a um objeto ou pessoa usado para a outrem; a *Eufemização*, uma redescrição de instituições, situações ou relações sociais em uma valoração positiva; e grupo de estratégias denominado *Tropo*, reunindo o uso figurativo de linguagem (sinédoque, metonímia e a metáfora).

O terceiro campo de categorização da ideologia de Thompson (1995) se chama *Unificação*, pois age por meio da construção de uma identidade coletiva direcionada a relativizar diferenças entre grupos aos quais mensagens se destinam. Uma das estratégias componentes é a *Padronização*, onde as formas simbólicas são organizadas e desenvolvidas com um fundamento geral para que diferentes grupos possam pertencer. Outra é a *Simbolização da unidade*, que utiliza símbolos que sintetizam tal unidade, como bandeiras, emblemas e hinos.

Da mesma forma, existe o modo de operação *Fragmentação*, que visa segmentar os grupos que podem afetar a balança de poder, separando os indivíduos ou grupos que ameaçam a elite e/ou difamar como perigo geral. A primeira estratégia é a *Diferenciação*, porque se trata de demarcar diferenças entre grupos e pessoas, enaltecendo os aspectos de fraqueza como opositores do *status quo*. Outro marcador é o *Expurgo do outro*, ação estratégica de construção simbólica de um inimigo perigoso, incitando um grupo para compeli-lo.

O quinto modo de operação da ideologia, se chama *Reificação*, onde se oculta da processualidade histórica na sucessão de relações sociais de dominação, apresentadas pelas construções simbólicas como coisas naturais, permanentes. Uma das estratégias usadas aqui é a *Naturalização*, formulada socialmente e historicamente por meio de um simbolismo que indique a naturalidade de um estado de coisas; a *Eternalização*, desenvolvendo a retirada do aspecto histórico das relações que passam a ser consideradas como imutáveis, ou seja, os traços originais ficam perdidos no passado. Também se caracterizam como estratégias a *Nominalização* e a *Passivização*. A primeira é a transformação de ações em nomes, em geral de alguém a qual se quer dar mais significância, e a segunda seria o apagamento de referências a sujeitos, em contextos temporais.

Para Thompson (1995), esses modos de operação e estratégias da ideologia devem ser encarados como “orientações gerais que podem facilitar a pesquisa de um tipo mais empírico ou histórico” (1995, p. 89), funcionando como ferramentas para mobilizar o sentido. No entanto, o autor lembra que só poderá ser respondida pelo estudo como essas formas simbólicas particulares funcionam em determinado contexto sócio-histórico, assim como são interpretadas pelos sujeitos e seus sentidos em seus espaços de interação social na vida ativa, em seus cotidianos.

Para efetuar essa interpretação do cotidiano dos sujeitos, se valendo desse modo operacional da ideologia, é que o estudo empregará as linhas narrativas como técnica de análise.

5.2 LINHA NARRATIVA E PRODUÇÃO DE SENTIDOS

Assim como a proposta metodológica de Thompson (1995) de interpretação da ideologia e as formas de perceber os sujeitos em suas relações sociais, a técnica das linhas narrativas destaca-se pela sua característica de organização da construção discursiva, de forma a melhor compreender as estratégias usadas na narrativa, facilitando a interpretação. Essa técnica de análise através das práticas discursivas é oriunda da psicologia social, uma metodologia bastante aplicada nesse campo, o que necessitou desenvolver um processo de adaptação aos marcos estruturantes do Serviço Social (trabalho, totalidade, alienação), reorganizando assim uma análise voltada para a narrativa dos sujeitos nos processos de trabalho do cotidiano.

A partir de uma narrativa é possível, no contexto de uma entrevista, aplicar a linha narrativa como recurso analítico, pois se trata de uma *imposição de linearidade*, uma vez que o objetivo é situar cronologicamente os eventos marcadores da história.

Como nem sempre as histórias são contadas de forma linear, as linhas narrativas constituem esforços de compreensão pautados numa perspectiva temporal que nem sempre faz justiça à construção argumentativa. Decorre daí a necessidade e a riqueza do uso de múltiplas técnicas de análise que se interpenetram e se complementam. (SPINK, 2004, p. 94)

Durante o processo da entrevista, a técnica propicia a mudança de posições entre a pessoa que entrevista e a que é entrevistada, de maneira consciente ou inconsciente. Além disso, no processo de entrevista surgem questões inesperadas, a exemplo: os temas menos recorrentes, quando aparecem, podem ser as mais intensas, em uma probabilidade relativa as “maneiras a partir das quais as pessoas produzem sentidos e se posicionam em relações cotidianas” (SPINK, 2010, p. 27). Através das linhas narrativas, mais que a ordenação dos fatos de forma cronológica, reforça-se o trabalho para dar visibilidade a nuances da narrativa, ou seja, busca-se perceber qual a visão de mundo dos sujeitos, levando em conta o contexto social em que estão trazendo assim para a realidade concreta, a totalidade, dados possíveis para a interpretação das ações do trabalho no cotidiano.

No caso de uma entrevista aberta como plataforma de atuação, como o caso desta pesquisa, é considerado o processo de interação negociada e troca de posicionamento, pois se trata de “uma atividade cognitiva intraindividual, nem pura e simples reprodução de modelos predeterminados; é uma prática social, dialógica, que implica a linguagem em uso” (SPINK, 2004, p. 42), ou seja, quando na cena discursiva muitas falas são desenvolvidas e não apenas o estabelecido de perguntas e respostas, características próprias da produção de sentidos. É importante ressaltar os elementos que estão subjetivamente conectados no processo de compreensão, como no caso das práticas discursivas que permitem uma distinção entre as maneiras pelas quais as pessoas produzem sentidos e posicionam-se em relações sociais cotidianas com o uso institucionalizado da linguagem, a partir da nossa fala de formas de falas próprias a certos domínios de saber (SPINK, 2004).

A produção de sentidos ocorre no argumentar das entrevistas e a partir dos enunciados como forma de comunicação e conexão, dos significados do cotidiano. No

resultado deve haver um sentido desse processo ativo na elaboração dos conhecimentos próprios do imaginário social e cultural do sujeito além “de sua reinterpretação à luz do contexto social específico e, sobretudo, do imperativo das interações imediatas no aqui-e-agora da vida cotidiana” (SPINK, 1997, 198). Aprofundando mais a análise sobre como se realizar as práticas discursivas, buscando a produção de sentidos e suas implicações, cabe falar sobre a importância da narrativa como elemento nesse processo.

Definida como um conjunto de estruturas linguísticas e psicológicas transmitidas tanto histórica quanto culturalmente, a narrativa é delimitada através do domínio de cada sujeito, combinando técnicas comunicativas e habilidades sociais e linguísticas (BROCKMEIER & HARRÉ, 2003). No núcleo da narrativa residem as palavras e enunciações, responsáveis pela ação da produção de significados dos sujeitos, pois a palavra tem a função de compreensão, capaz de representar da melhor maneira a conexão da relação social. Conforme as percepções de quem a efetiva, a narrativa pode se tornar mais equilibrada, se determinar certa perspectiva à pessoa que vive a ação, assumida uma grande dimensão social.

Esse esquema preestabelecido, como já foi dito, servirá de parâmetros tanto para o desenvolvimento quanto para obtenção dos resultados nesta pesquisa. Para a formulação da análise do discurso das trabalhadoras, com as práticas discursivas, junto à produção dos sentidos, buscou-se referência então no marco teórico desenvolvido por Spink (2004), onde surgem situações diferentes nos discursos.

Veremos a seguir um exemplo de construção de uma linha narrativa, o mesmo que será empregado a cada caso neste estudo.

5.2.1 Construindo a Linha Narrativa

A composição da linha narrativa se divide em duas bases: na parte superior está a narrativa do discurso das entrevistadas, formada por temas e ilustrada por cores. Esses temas após surgirem pela primeira vez se tornam os principais e são sequenciados para estimular a produção de sentidos. Já na parte inferior, correspondem as categorias representadas por letras, as pré-definidas na pesquisa, responsáveis por desencadear as argumentações, efeito da ação do pesquisador.

5.3 TRABALHADORAS SOLIDÁRIAS E SEUS PROCESSOS DE TRABALHO

A partir deste subcapítulo, será apresentada a construção das linhas narrativas de cada trabalhadora solidária. Preliminarmente, o trabalho fará uma apresentação de cada trabalhadora e seus segmentos produtivos, pois cada uma delas desenvolve processos de trabalhos diferentes.

Uma das entrevistadas é militante do movimento de catadores de materiais recicláveis, referência local e tem uma longa trajetória de luta social. Mulher de fibra, passou anos catando em espaços inadequados para destinação final de resíduos sólidos em sua cidade, popularmente conhecido como “lixão”, enfrentando enormes desafios. A partir da introdução da Economia Solidária enquanto política pública, sua vida se transformou, de catadora de lixo, para catadora de material reciclável. Assim, a reciclagem é o seu principal elemento do seu processo de trabalho.

A segunda entrevistada é uma jovem mulher, negra e militante, mas envolvida nos mais diversos movimentos sociais, como a de igualdade de gênero de mulheres negras no combate ao racismo. Educadora popular, produz, através da Economia Solidária, um trabalho de inclusão social com população em situação de rua, seu principal processo de trabalho.

A terceira entrevistada é ligada à área do Comércio Justo, trabalha em uma cooperativa de confecção e malharia de artigos reaproveitados, com um forte apelo social. Nesse empreendimento solidário, várias mulheres se uniram para trabalhar em prol de um bem comum: justiça econômica. Superando as adversidades, produzem de forma digna artefatos e vestuários de materiais como a lona dos guarda chuveiros descartados. Dessa forma, a atividade central do processo de trabalho dessa trabalhadora solidária é o Comércio Justo, pelo consumo consciente.

5.3.1 A catação como resgate da cidadania

*“Quem tem fome, trem pressa!”
Joana*

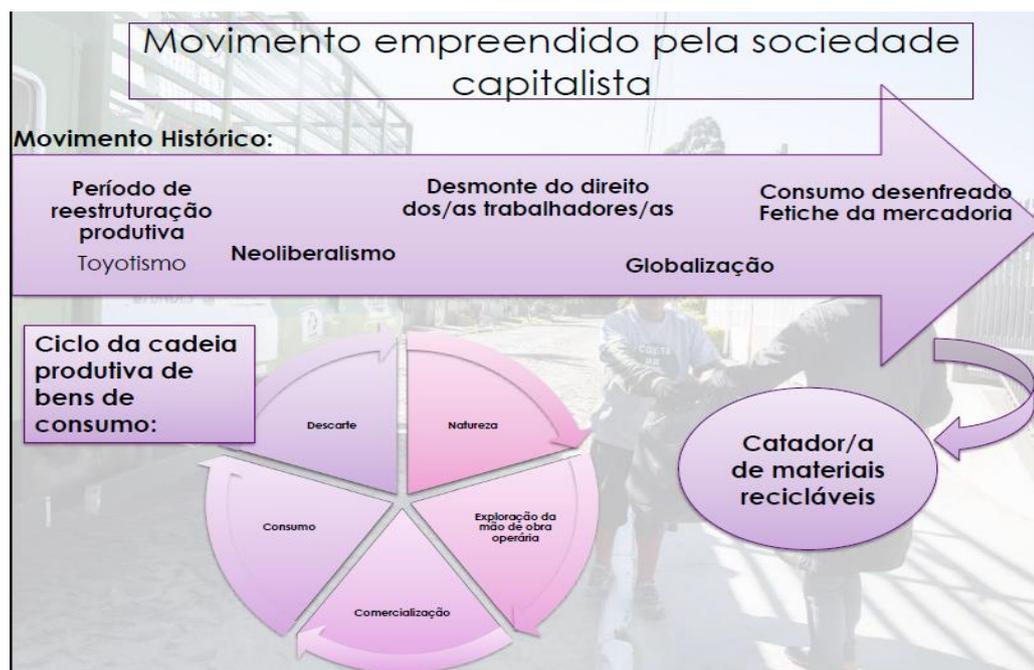
Com o intuito de buscar a relação mais subjetiva entre os parâmetros ideológicos do trabalho associado com a questão do cotidiano em sua forma visceral é que se pensou na opção de estudar uma trabalhadora ligada ao universo da catação de materiais recicláveis.

O trabalho na catação é composto, comumente, por pessoas em situação de pobreza, com baixa escolaridade, excluídas do trabalho formal que descobriram nos materiais recicláveis uma forma de subsistência. A atuação na catação se dá por meio de diferentes formatos, individual ou em família, estocando o material na própria residência, ou de forma coletiva junto a associações, cooperativas ou em organizações informais, sendo este último o formato frequentemente estabelecido quando a organização está em um processo incipiente de trabalho coletivo.

Conforme constatado em produções recentes, os catadores de materiais recicláveis surgiram com intensidade em meio a um período de reestruturação produtiva do capital e de descarte de objetos adquiridos de forma desmedida, produzidos a partir da lógica da obsolescência programada. Essa é uma estratégia do próprio capitalismo, em que o produto adquirido é programado para deixar de ser útil rapidamente, pifando e sendo descartado, se adquirido um novo produto.

Com o avanço da globalização e do consumo em grande escala, esses trabalhadores ganharam uma importância decisiva, principalmente por promover o cuidado com o meio ambiente, contribuindo para diminuição da extração de recursos naturais para a produção de novos produtos, tornando possível a reciclagem. Além disso, lidam com questões intrínsecas do ser humano, como dignidade e resiliência.

Figura 3 Sociedade do Consumo



Fonte: elaborado pelo autor

A maior expressão organizativa desses trabalhadores hoje no Brasil é o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), que representa uma ferramenta política de luta aos catadores.

Lutaremos para alcançar maior autonomia e condições adequadas para exercer nossa profissão, comprometendo Estado e sociedade na construção de parcerias com nossas associações e/ou cooperativas de trabalho. Trabalharemos cotidianamente pela erradicação do trabalho infantil e do trabalho nos lixões, colocando nossa força e nossas tecnologias a serviço da preservação ambiental e construção de uma sociedade mais justa. (MNCR — Carta de Brasília, 2001)

Nesse sentido, ao longo do tempo, com o aumento do número de pessoas trabalhando na catação e com o desenvolvimento de arranjos produtivos autogestionários, os catadores passaram a desenvolver uma ação socioambiental, fundamental nos dias de hoje, com a destinação adequada dos resíduos sólidos e a luta por reconhecimento, na defesa de direitos. Joana¹³, objeto deste estudo, articulava, desde o princípio até hoje, o trabalho da reciclagem em um município localizado na fronteira oeste do estado do Rio Grande do Sul, e compartilha uma história de superação onde floresceram elementos próprios da natureza ideológica, como consciência e solidariedade no dia a dia da catação.

Joana mostrou-se uma mulher experiente, de raciocínio rápido, tranquila e extrovertida. É através do autoconhecimento que esses trabalhadores e trabalhadoras aprimoram seu senso crítico ao processo de superação no cotidiano.

Antes do início da entrevista, houve uma determinação de posições claramente estabelecidas. Para Joana, o entrevistador foi encarado como um ser acadêmico, representante da Universidade e ela a representante dos catadores e catadoras de matérias recicláveis que estaria contribuindo, por meio da entrevista, para dar visibilidade ao trabalho e aos sujeitos que vivem da catação.

Assim, a análise e catalogação de toda a entrevista, a legenda da linha narrativa de Joana ficou no seguinte formato:

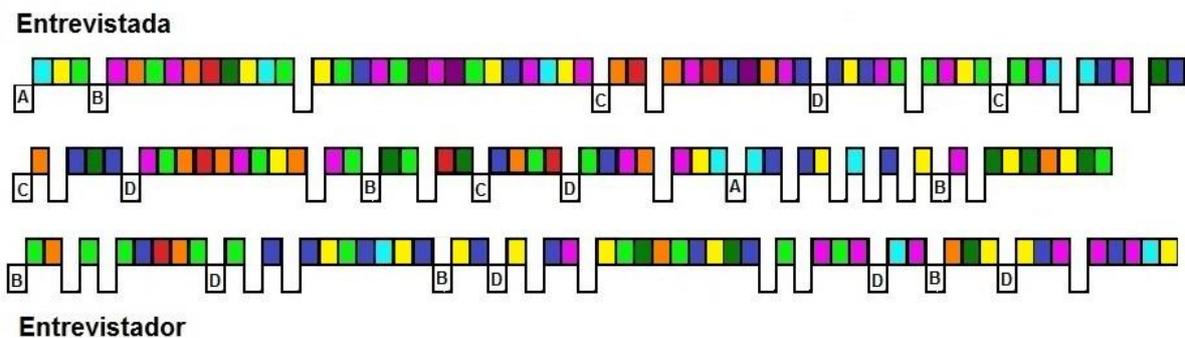
¹³ Nome fictício, conforme Termo de consentimento livre e esclarecido (Apêndice A) que versa sobre a garantia de privacidade da entrevistada.

Quadro 4 LEGENDA DE JOANA

Entrevistada	
Leg	Tema
	Vínculos familiares
	Situações de preconceito
	Vida e trabalho no lixão
	Cooperação com o terceiro setor
	Contribuições das políticas públicas
	Desmotivação com a realidade
	Transformação da realidade
	Ampliação de saberes
	Protagonismo na organização do trabalho coletivo
Entrevistador	
Leg	Categorias
A	História de vida
B	Participação no empreendimento
C	Processos de formação
D	Impactos do cotidiano

A análise interpretativa da linha narrativa e a produção de sentidos de Joana foram estruturadas em três níveis:

Figura 4 LINHA NARRATIVA DE JOANA



O primeiro nível foi bastante explorado pela entrevistada, que desenvolveu muito as questões propostas, com poucas intervenções do entrevistador. É nessa primeira parte que a entrevistada inicia a narrativa cronológica.

Antes do ano de 1999

Somente no campo de perguntas a categoria **História do sujeito (A)**, Joana resumiu o que mais tarde ampliaria sua trajetória de vida. Nessa primeira parte, inicia-se como marco zero, Joana relatando poucas experiências, relacionando a questão

de luta para sustentar a família, antes de falar da vida e trabalho no lixão (amarelo). Sobre o tema vínculo familiar (azul-claro), os destaques foram: “eu fui doméstica...”; “trabalhei na lavoura de boia-fria...”; “E depois me casei, comecei a ter filho, trabalhar de doméstica já não dava mais, porque o que a gente ganhava já não dava mais pra sustentar a família” (p. 1). Sobre o tema vida e trabalho no lixão, surgido unicamente na sua linha narrativa, o que se destacou foi: “e aí começamos a trabalhar de carroça, aí descobrimos o lixão [...] e aí como vimos que o lixão dava, ficamos no lixão”; “lá tinha mais de 200 pessoas!” (p. 1).

Entre os anos 1999 e 2008

Ainda sobre a categoria **História do sujeito** (A) surge o tema sobre o protagonismo na organização do trabalho coletivo (verde-claro), uma vez que Joana se tornou, paulatinamente, uma liderança no seu empreendimento e na comunidade, demonstrando perseverança e poder de mobilização. O discurso que marca esse tema é: “aí comecei a participar do Movimento (Nacional de Catadores de materiais recicláveis — MNCR), comecei a interagir com outras pessoas”; “se não se organizasse [...] a gente sozinho não chegava a lugar nenhum” (p. 1). Aqui ela começa o trabalho de catação no lixão e se percebe enquanto liderança ao mesmo tempo em que começa a identificar possibilidades de trabalho coletivo.

Em um segundo momento, ainda no primeiro nível, a narrativa parte para a apresentação da entrevistada acerca de sua participação enquanto trabalhadora solidária, na categoria **Participação do sujeito** (B). Joana passa pelos primeiros processos de formação, como seminários, ampliando seus saberes, mobilizando a comunidade, e se envolvendo profundamente com a realidade do lugar onde trabalha. Sobre o tema Protagonismo na organização do trabalho coletivo, nessa categoria (B), destaca-se: “Quem vai fundar a associação? eu vou ter que fazer!”; “reunia o povo” (p. 1); “escrevi tudo no caderno, o estatuto” (p. 2).

Sobre o tema ampliação de saberes (laranja), Joana relata que em cada reunião realizava um momento de formação e destaca: “Pra fazer com que eles interagissem entre eles. Uma forma de a gente ver até que ponto eles tinham conhecimento do que era se organizar de forma associativa” (p. 3). Ainda é possível destacar os temas ligados à ampliação de saberes (laranja) e o tema vida e trabalho no lixão (amarelo), atrelados assim pelo forte vínculo que Joana mantém com o “lixo” em toda a sua vida.

Sobre o tema Transformação da realidade (rosa), destaca-se: “começou com 10, 12... daqui a pouco a gente já tinha vinte e tantos” (p. 3); “precisava era resgatar a cidadania de cada um” (p. 4). A maior incidência dos temas dialógicos nesse momento foi correspondente aos sentidos que demonstraram uma situação de mudança de paradigma, uma produção de sentidos com quebra do *status quo*, com a dualidade sobre o tema da desmotivação do momento vivido ou por impossibilidade de mudar a realidade (azul-escuro), estabelecendo assim uma forma dialética de observar a realidade. A partir desse momento, a narrativa amplia os temas, surgindo também os que se relacionam com questões de preconceito sofrido por Joana. Fecham o primeiro nível esses discursos: referente ao tema situações de preconceito (roxo) o seguinte: “nós eramos os que menos estavam preocupados com a questão do lixo terminar ou não, os grandes empresários estavam muito mais interessados nisso” (p. 4). Pois com o fechamento teriam que arcar com altíssimos custos para o descarte adequado dos seus resíduos, sem considerar que haviam pessoas trabalhando naquele local de forma irregular.

Sobre o tema da desmotivação com a realidade (azul-escuro), destaca-se: “Tem regras. A grande dificuldade no início é isso [...] eles não querem é cumprir a regra!” (p. 6), referindo-se a catadores iniciantes. Assim, nesse primeiro momento as categorias mais trabalhadas por parte do pesquisador (A, B, C, D) foram mais ligadas às questões de ordem pessoal e da aproximação com o trabalho desenvolvido.

Entre os anos 2008 e 2010

O segundo nível da narrativa de Joana seguiu com introdução a questões ligadas a processos de trabalho da Economia Solidária, como o caso da autogestão, pela categoria de **processo de formação** (C). O que se destaca sobre ampliação de saberes aqui é: “trabalhando na Economia Solidária, foi que a gente começou a assimilar bem o que era processo de autogestão”; “Aí depois aos pouquinhos, durante as formações que a gente foi aprendendo” (p. 7). Ainda, a narrativa de Joana mostrou que nesse período ela começou a participar de ações através das políticas públicas (verde-escuro). Aqui se destaca: “o vínculo que a gente teve com o Estado foi na questão da construção do galpão” (p. 7). No decorrer desse nível, houve mais contraponto entre as partes, no desenvolvimento do diálogo, suscitando mais perguntas desencadeadas de resposta, ou seja, o diálogo sendo mais explorado pelo entrevistador.

Entre os anos 2010 e 2015

Aconteceu uma regularidade no desenvolvimento dos temas, dando mais destaque aos que deram conta da estruturação do empreendimento em que produz Joana. Sobre a ação do sujeito frente e intervenção do terceiro setor (vermelho) destaca-se: “hoje, de forma organizada, a gente tá vivendo muito melhor” (p. 8); “a gente tem um contrato, a gente tem dois espaços organizados pra trabalhar, a gente tem carrinho, a gente tem caminhão” (p. 10), referindo-se às contribuições das entidades de apoio e fomento por meio da realização de projetos.

É nesse período que Joana se torna uma trabalhadora ativa, conectada com instâncias que melhoram seu espaço de trabalho, proporcionando ampliação de saberes no todo do processo. Sobre a questão da formação, é possível destacar discursos que remetem a esses processos: “e ainda hoje a gente tem essa política de gênero... que a gente tá trabalhando com os homens e com as mulheres que nos têm ajudado muito” (p. 8); “cada vez que inclui uma pessoa nova na associação eles não sabe nem que eles tinham direito de pagar INSS como catador! E hoje eles já aprendem, aí já souberam” (p. 10). Isso mostra que o avanço no processo de trabalho ocorreu pelos processos de formação junto com o autoconhecimento.

Como forma de sintetizar esse processo de ação ideológica de trabalho com vida ativa, no campo da ampliação de saberes, a narrativa tem destaque pela centralidade na mulher: “dois homens, resto só tem mulher, e a gente sempre teve aquele tipo de formação e de conversa com os homens né, na questão do respeito às mulheres...” (p. 8). Esse último momento do nível dois foi mesclando diálogos relativos às categorias A e B (**História e Participação do sujeito**) fortemente, como mote de desenvolvimento dialógico.

Entre os anos 2015 e 2017

No terceiro nível, a linha narrativa de Joana contou com indagações mais fora do roteiro inicial, muito pela subjetividade no fluxo da entrevista aberta, porém, com mais sustentação da palavra pela entrevistada, desenvolvidas unicamente pelas categorias **Participação do Sujeito e Impactos do Cotidiano** (B e D). Os temas sobre trabalho no lixão e família (azul-claro e amarelo) voltaram à tona por que nesse momento da entrevista ela rememora alguns vínculos da trajetória de vida, como forma de fechar seu raciocínio cronológico. Todavia, esse “balanço” foi acompanhado de alusões negativas (azul-escuro), como foi o caso.

Assim, desse processo de resgate, destaca-se uma fala sobre trabalho e exploração: “coopergato é a cooperativa de alguém que tem dinheiro [...] fica lá explorando os catadores [...] quem não tem conhecimento do processo de avanço autogestionário fica ali trabalhando”; “reféns né, destes atravessadores” (p. 14). Esse processo é importante, pois mostra o amadurecimento da consciência da trabalhadora e da impressão de seus referenciais ideológicos, uma vez que empregou o processo de superação.

Ainda cabe destacar que ao fim da entrevista houve a interação entre as perspectivas de transformação e desmotivação com a realidade, principalmente sobre a perspectiva do futuro. Nesse sentido, para ilustrar as passagens que demonstraram o desânimo, Joana fala sobre o retrato social do Brasil hoje: “tem muito que avançar. A gente sabe que hoje a gente tá vivendo uma conjuntura política terrível aí né...” (p. 18). O contraponto fica pela perspectiva de transformação da realidade: “hoje eu tenho 22 netos e graças a Deus não vou ver meus netos passar o que meus filhos passaram, então, essa já é uma grande vitória que eu estou tendo” (p. 17); “hoje a gente faz uma festinha de páscoa, uma festinha de natal, a gente vê aquelas famílias com as crianças bem limpinhas e bem arrumadinhas, né” (p. 18).

Por fim, Joana finaliza seu argumento para a linha narrativa retratando a difícil realidade do cotidiano desses trabalhadores e trabalhadoras, catadores e catadoras de materiais recicláveis e possibilidades de conquistas futuras.

5.3.2. Os saberes da rua e a Economia Solidária

*Eu olho para as pessoas e me vejo nelas: mulher,
negra, pobre, mãe solteira com os filhos nos
braços, ia parar aonde? NA RUA!
Vera*

Outra categoria que compõe o repertório de análise deste estudo trata-se da População em Situação de Rua. Através da Economia Solidária, esse público, por vezes em condição circunstancial, conta com um trabalho feito pelo terceiro setor em parceria com o Estado e ação de núcleos associativos. Essa ação visa um espaço fundamental de construção e garantia dos direitos à população em situação de rua, promovendo a inclusão socioeconômica e a autonomia desse público a partir dos

princípios da educação popular, além de promover a geração e fortalecimento de coletivos com vistas à superação da pobreza extrema para garantia de direitos.

Estar em movimento é uma das características de quem está em situação de rua. As dificuldades e perigos impostos a esses sujeitos os impele a mudar de espaços na cidade, o que muitas vezes significa fazer laços de amizade, solidariedade e fortalecimento. Com o crescimento desse movimento, houve a percepção social de instrumentalizar proposições em torno de uma instituição, criando assim o Movimento Nacional das Pessoas em Situação de Rua - MNPR¹⁴, com princípios da Economia Solidária, como a valorização do coletivo, a solidariedade, a ética e a justiça social.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, define as pessoas em situação de rua como: grupo populacional heterogêneo, composto por pessoas com diferentes realidades, mas que têm em comum a condição de pobreza absoluta, vínculos interrompidos ou fragilizados e inexistência de moradia convencional regular, sendo compelidos a utilizarem a rua como espaço de moradia e sustento, por contingência temporária ou permanente (MDS, 2006).

Os moradores de rua desenvolvem códigos com estratégias de sobrevivência, formas mais eficazes para conseguir comida, roupas e proteção. Por isso a importância da metodologia e da ética da educação popular, única forma efetiva de se construir processos de aprendizados coletivos com pessoas em grave situação de vulnerabilidade social. A grande reivindicação da população em situação de rua está no fato das políticas públicas só se tornarem realidade pela pressão social. Dessa forma, o engajamento na luta cotidiana é fundamental para a garantia de direitos e para alternativas de trabalho e renda, a partir do fazer solidário. Na verdade, viver a rua como um espaço de moradia e trabalho tende a levar os sujeitos a permanecerem em lugares com maiores possibilidades de circulação de renda que favoreçam a própria sobrevivência, pois “a rua tende a ganhar importância progressivamente, pautando o cotidiano das pessoas, bem como suas relações pessoais e sociais” (VIEIRA ET AL., 1994).

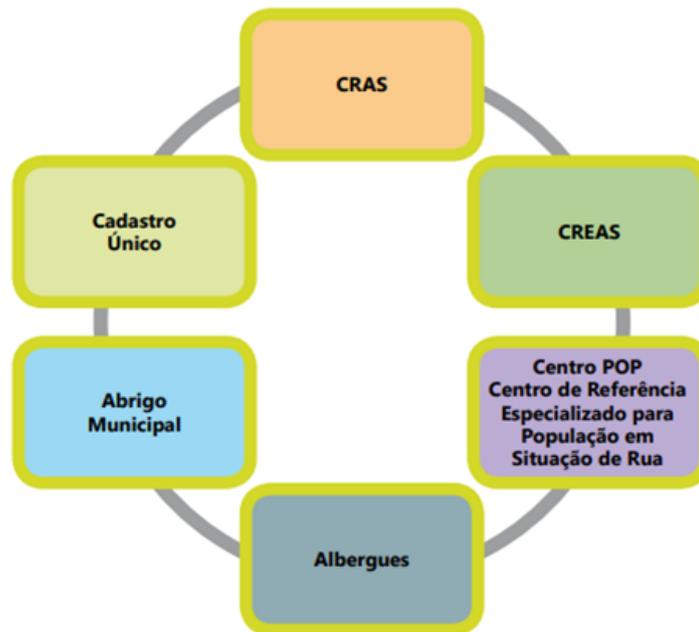
¹⁴ O Movimento Nacional da População de Rua se constitui como um movimento de luta e reivindicação dos direitos da população de rua. Organizado e liderado por homens e mulheres em situação ou com trajetória de rua, conta com o apoio de estudantes, pesquisadores e profissionais organizados em nível nacional. O estopim para a criação do MNPR foi o conhecido Massacre da Sé, ocorrido em 2004, quando seis pessoas em situação de rua foram brutalmente assassinadas no centro de São Paulo, e nove ficaram gravemente feridas. Em virtude do Massacre, o dia 19 de agosto se tornou um importante marcador de memória das violações e foi estabelecido como o Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua.

Mesmo que em um primeiro momento a temática da população em situação de rua pareça alheia ou deslocada da Economia Solidária, esses mundos são muito próximos e necessários. Atualmente, com o avanço das políticas conservadoras de caráter neoliberais em todo o mundo, as pessoas em situação de rua são um dos segmentos sociais mais afetados, a exemplo, os processos de higienização nas cidades, principalmente nos grandes centros urbanos. Invisíveis para uns, inconvenientes para outros, quando são lembrados geralmente é no inverno, por solidários de ocasião ou por multinacionais em busca de marketing, atenuando o cenário de penúria dos que vivem nas ruas e praças morrendo de fome e o frio.

É para a garantia de direitos que a política de Economia Solidária tem um trabalho consolidado com esse público, promovendo inclusão social, dignidade, igualdade e autonomia das pessoas em situação de rua, como uma forma de combater essa que é uma das mais graves expressões da Questão Social. Além de visar um conjunto de ações emancipatórias, a Ecosol, através da articulação com o Estado e do terceiro setor, busca acolher esses sujeitos de forma integral, possibilitando que se desenvolvam, através de processos de formação política e profissional, com atendimento humanizado nos serviços de saúde e assistência, além de ações para o desenvolvimento humano, com educação e cultura, fortalecendo os coletivos para superar a pobreza extrema.

Sobre as políticas públicas e o papel do Estado acerca dos direitos da população em situação de rua, o próprio MNPR demandou à Secretaria Nacional de Economia Solidária do Governo Federal em 2013, uma pauta de reivindicações e fomento. A ação do Estado ocorre através de uma rede de atuação que busca amparar o sujeito em situação de rua por vários canais de interação. Esse fluxo inicia a partir do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, onde se busca prevenir e evitar a ocorrência de situações de riscos sociais por meio do atendimento às famílias, promovendo o fortalecimento dos vínculos familiares e sociais e proporcionando o acesso aos direitos cidadãos; depois os Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, que oferecem apoio e orientação especializados a pessoas em situações de riscos comprovados, geralmente, pessoas já em situação de rua, vítimas de violência física, psíquica e sexual, bem como negligência, abandono, ameaça, maus tratos e discriminações sociais; ainda nesse fluxo há os Centros de referências (Centros POP), os Albergues, os Abrigos municipais e o cadastramento no *Cadastro Único*.

Figura 5 Fluxo de atendimento à população em situação de rua



Fonte: Cartilha EcoPop: Camp 2013

Os principais agentes locais desse processo são os Conselhos de Assistência Social, que acompanham a chegada do dinheiro e a aplicação da verba para os programas de assistência social, além de liberar o plano de assistência social feito pela prefeitura e o Conselho Municipal de Saúde, que monitora as verbas que chegam pelo Sistema Único de Saúde - SUS e os repasses de programas federais. Outro mecanismo de envolvimento da sociedade civil acontece pela elaboração de políticas nos comitês, como os intermunicipais e estaduais de políticas para a população em situação de rua. Além disso, destaca-se o importante papel das equipes de ação urbana de assistência a população em situação de rua, como os *Ação Rua*, organizados por entidades sociais e, geralmente, mantidas por prefeituras, através de fundações de assistência social.

Para o cumprimento da tarefa de ressocializar moradores em situação de rua, a Economia Solidária, em suas instâncias institucionais, necessita de profissionais conscientes à questão social e dispostos a promover ações humanitárias, como a exemplo de Vera¹⁵. Educadora popular, ela desenvolve um trabalho voltado à inclusão

¹⁵ Nome fictício, conforme Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A) que versa sobre a garantia de privacidade da entrevistada.

social de moradores em situação de rua com fibra e disposição, buscando na empatia e solidariedade fortalecer sujeitos invisibilizados.

Durante toda a entrevista e para o processo de construção da linha narrativa, Vera demonstrou ser uma pessoa madura, com senso crítico apurado e com vasto repertório de saberes, fruto das inúmeras experiências de trabalho em sua vida. Além disso, Vera é uma mulher que se move por duas perspectivas, uma pela ajuda ao próximo, seja quem e como for, e outra pela proteção e prosperidade de sua família. A construção da legenda da linha narrativa de Vera após catalogação da entrevista aconteceu com a inclusão de dois temas surgidos em sua produção de sentidos de forma inédita e que foram bastante recorrentes: os saberes pela temática de gênero: mulheres (amarelo), sendo este talvez a espinha dorsal do seu posicionamento ideológico do trabalho associado e a mutualidade com movimentos sociais (marrom), pois grande parte de sua trajetória de trabalho se deu através do envolvimento em diferentes movimentos sociais, o que contribuiria para sua ampliação de saberes.

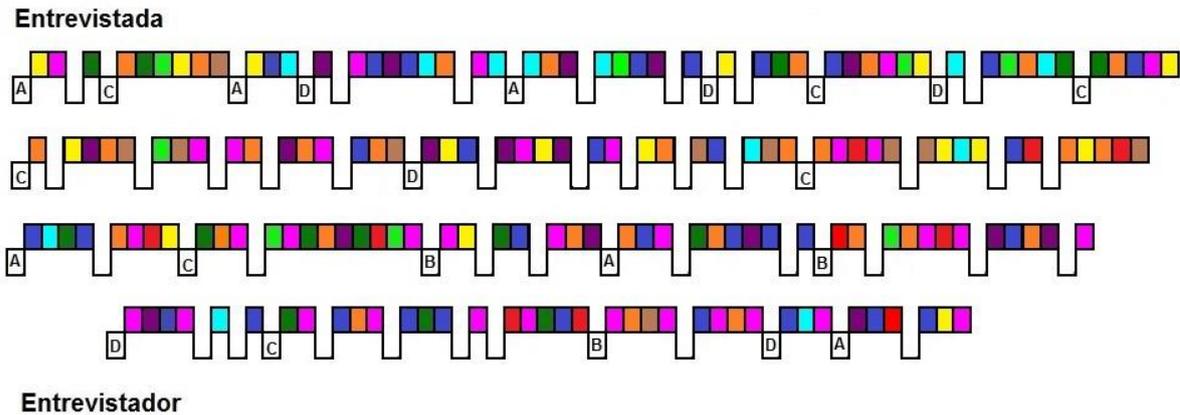
A linha narrativa e a produção de sentidos de Vera se desenvolveu em quatro níveis, principalmente pela grande quantidade de informações oferecidas pela entrevistada. Apesar de inúmeras tréplicas, o entrevistador se fixou no diálogo mediante os temas que surgiam a todo o momento, restando o trabalho de fazer esse processo de ir e vir, de modo que a linha de raciocínio não se perdesse.

Quadro 5 LEGENDA DE VERA

Entrevistada	
Leg	Tema
	Vínculos familiares
	Situações de preconceito
	Saberes pela temática de gênero: mulheres
	Cooperação com o terceiro setor
	Contribuições das políticas públicas
	Desmotivação com a realidade
	Transformação da realidade
	Ampliação de saberes
	Protagonismo na organização do trabalho coletivo
	Mutualidade com movimentos sociais
Entrevistador	
Leg	Categorias
A	História de vida
B	Participação no empreendimento
C	Processos de formação
D	Impactos do cotidiano

A linha narrativa de Vera manteve uma coerência, ou seja, os temas apareceram em proporções parecidas na exposição dialógica, principalmente nos três primeiros níveis. As categorias trabalhadas também se estabeleceram com similaridade, porém, com diálogos mais elaborados pela própria vivência de Vera.

Figura 6 LINHA NARRATIVA DE VERA



A partir do ano de 1997 até 2005

A linha narrativa de Vera inicia articulando os temas mais explorados pela categoria **História do sujeito** (A). Nesse momento, ela começa sua narrativa pelas primeiras experiências de trabalho, relacionando com sua visão de mundo. Assim, os temas que marcaram esse primeiro momento foram onde ela tivera mais sucesso no processo criativo, como o trabalho relacionado à temática das mulheres (amarelo). Sobre isso, algumas passagens se destacaram: “a maioria dessas mulheres passou por violência... quando tu empodera uma mulher financeiramente, isso contribui pra que ela saia da situação” (p. 1).

Outro tema muito trabalhado nesse primeiro nível da linha narrativa foi vínculos familiares (azul-claro), mostrando que ela estabeleceu uma relação muito próxima entre sua vida privada e seu trabalho. Todavia, esse momento de lembrança desencadeou também um sentimento de pesar, ou como está catalogado em sua legenda, desmotivação com a realidade (azul-escuro), conforme estas passagens: “minha mãe sempre foi faxineira, trabalhou em condomínio e tal, mas eu nunca senti essa necessidade de trabalhar cedo, apesar de passar por várias dificuldades financeiras” (p. 3). Vera relacionou nesse momento de forma muito profunda o tema preconceitos vivenciados (cor roxa), quase sempre destacando o racismo como causa principal, porém, dessa vez, os estímulos foram uma resposta às indagações devido

aos posicionamentos da categoria **impactos do cotidiano** (D): “eu não tinha concluído o ensino médio, negra, ia trabalhar no que, sem experiência nenhuma?” (p. 4). Os fatos relatados de preconceito foram sempre acompanhados por um sentimento de frustração recorrente, por não conseguir dissolver essas ações no seu cotidiano, ou seja, confirma o retrato de um/uma jovem negro/negra no Brasil, onde a mãe, em situação de pobreza, acaba buscando renda para casa em trabalhos como faxineira.

A narrativa avança onde Vera desenvolve suas experiências com o trabalho e a ampliação de saberes (laranja) que surgiriam nesse processo, sua consciência crítica, seu autoconhecimento. Essas experiências levaram Vera a se envolver com outras temáticas, pelo senso de curiosidade, conforme explica esta fala: “comecei a participar de algumas oficinas buscando essa coisa de ter alguma coisa para fazer que eu pudesse fazer em casa mesmo. E aí eu conheci as meninas” (p. 7). As “meninas”, nesse caso, são da ONG que Vera fazia parte por 10 anos. Porém, mesmo assim, houve resistência de Vera sobre se vincular a um processo de trabalho onde o sujeito desenvolve atividades que não há renda vinculada em um primeiro momento: “- porque tu tem que ir lá, a gente tem várias atividades - [...] tu tem emprego? Quando tiver emprego pra me oferecer lá, eu vou. Tirando isso, eu não preciso de mais nada” (p. 8). A necessidade por dinheiro não estimulava, ainda, o senso ideológico de Vera.

A partir do contato inicial, Vera trouxe através de sua narrativa diversas experiências ligadas após ingresso na ONG, o que ampliou seus saberes (laranja): “eu não tinha noção nenhuma de informática [...] era critério para fazer pesquisa ter uma noção de informática” (p. 9). Também, junto com esse autoconhecimento de Vera em poder se destacar, surgiu o tema protagonismo em organizar os processos de trabalho coletivo (verde-claro): “via mulher perdida, pobre, miserável, esperando e o professor não vinha. Um dia eu disse: ‘deixa que eu abro o telecentro; deixa que eu abro isso aí e dou aula pra elas’” (p. 9). Vera, mesmo sem renda, por participar de um curso, apenas, tocava o processo, acumulou conhecimento e começou a estimular seu repertório ideológico na ação solidária.

Entre os anos de 2005 a 2008

A partir do segundo nível, a narrativa é retomada da análise pela categoria **processo de formação** (C). Aqui, Vera ressalta a disparidade salarial dela com os demais profissionais com diploma como um problema. Esse momento permitiu a triangulação de três temas: ampliação de saberes (laranja), situações de preconceito (roxo) e mutualidade com os movimentos sociais (marrom). Ao iniciar pelos discursos

que representaram preconceito: “o João faz quatro horas, tem que ganhar dois mil, a Silvia é assistente social, faz quatro horas uma vez na semana, mil; eu, que não tenho ensino médio, oitocentos reais”; (p. 12). Essa indignação elevou o pensamento crítico de Vera para buscar outras experiências, ocasionando a ampliação do seu repertório de conhecimento. Uma dessas experiências foi com aproximação a movimentos sociais, neste caso, uma organização de juventude, começando assim novas oportunidades de espaços para produzir, como trabalho com o papel reciclado e mais tarde o que é objeto desta pesquisa: seu trabalho com população em situação de rua.

A partir desse momento, Vera desenvolveria sua linha narrativa pela produção de sentidos aliando saberes e transformação da realidade: “eu não tinha ideia do que que significava MST¹⁶ de verdade, é sempre aquelas historinhas que tu ouve na TV, sabe um conto de fadas, ali pra mim foi ‘pá!’” (p. 13); “compreender o que era mais-valia, o que, de fato, a gente precisava pra sobreviver, porque que existia pobre e rico” (p. 14). À medida que foi se aprofundando, também houve situações de preconceito, rememoradas profundamente com pesar, conforme o tema desmotivação com a realidade: “nós éramos ‘as nega’ “(p. 1) “ah, machismo sempre teve!” (p. 17). Aqui reside a problemática do racismo e machismo, mais uma vez circundando seus espaços sociais. Envolvida com o Movimento dos trabalhadores desempregados (MTD)¹⁷, desenvolveu ações pela primeira vez em contato com pessoas em situação de rua, conforme explica a passagem: “é um abrigo que atende pessoas em situação de rua. Eu fui monitora lá, não aguentei o rojão” (p. 19). Sendo pesado para Vera, passou a trabalhar com outras coisas.

Partindo pela categoria **processos de formação** (C), a narrativa foi explorada basicamente pelo tema ampliação de saberes (laranja), onde Vera começara a trabalhar em duas frentes: papel reciclado e Pop Rua¹⁸. Com papel reciclado, seu primeiro contato foi em um coletivo de mulheres, dando ênfase novamente ao tema saberes pela temática de gênero: mulheres (amarelo), conforme relata a passagem: “eu via as mulheres carregando sacolas [...] podiam fazer papel!”; “pedi emprestado material e começamos a fazer. Só que aí, nisso, o José ¹⁹ já conhecia a Economia Solidária”. Vera relata a grande quantidade de informações e experiências

¹⁶ Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

¹⁷ Hoje, esse movimento se chama Movimento das trabalhadoras e trabalhadores por Direitos.

¹⁸ População em situação de rua.

¹⁹ José será o nome fictício do qual corresponde o marido da entrevistada.

acumuladas que estava processando. Viu na reciclagem um recomeço, porém, não dando certo naquele lugar, passou a reciclar em casa. A partir desse momento, ela organizou uma associação e operou através da Economia Solidária.

Entre os anos de 2008 até 2013

No terceiro nível da linha narrativa de Vera, foram mais exploradas as questões vinculadas à categoria **participação do sujeito no seu trabalho associado** (B), assim como a dualidade entre os temas da desmotivação e a perspectiva de transformação da realidade (rosa) pelo constante processo dialético do fazer cotidiano. Nesse período, Vera se divide entre o empreendimento de reciclagem e sua atuação em movimentos sociais. Retomando a categoria **história do sujeito** (A), Vera se aprofundara na política da Economia Solidária para compreender os processos do trabalho associativo: “a gente descobriu aqui que precisava de um espaço maior, e descobrimos a Casa da Economia Solidária” (p. 25). Recebia o salário no coletivo social e montava um capital de giro na reciclagem de papel, estimulando seus saberes e crescendo como trabalhadora solidária, aprimorando-se assim nesse trabalho até o ano de 2013.

Entre os anos de 2013 e 2017

Por uma articulação com instituição de apoio, Vera se torna educadora, atuando diretamente com população em situação de rua. A inserção dos temas relativos ao trabalho associado de Vera com o Estado e terceiro setor (verde-escuro e vermelho) é uma característica desse terceiro nível, uma vez que trabalha em uma entidade dessa natureza, que desenvolve projetos articulados com o Estado, conforme o que segue: “aí *lanhamos*, né! Aí peguei os coletivos da Economia Solidária e fomos trabalhar [...] pela Rede de Educação Cidadã... empoderamento das pessoas através dos Direitos Humanos” (p. 26). Nessa altura da narrativa, Vera explicitara como estimulou seus referenciais ideológicos através de cursos, para aprimorar sua participação ativa (categoria B) em trabalhar com Economia Solidária: “participei dos cursos do CFES²⁰, executando oficinas, de Economia Solidária, também como educadora” (p. 33). Esse então seria o início do processo para trabalho com população em situação de rua.

O quarto e último nível da linha narrativa de Vera foi um diálogo que reforçou o campo onde pretende continuar atuando, ou seja, com pessoas vinculadas a

²⁰ Centro de formação em Economia Solidária.

Economia Solidária. Dessa forma, Vera explica como é hoje sua estrutura de trabalho, através do tema contribuições das políticas públicas (verde-escuro), na categoria **processos de formação** (C): “as pessoas são vinculadas pela Escola Municipal — EPA²¹ [...] específica para pessoas em situação de rua”; “no CAPS²², onde recebem e tratam pessoas do uso abusivo de álcool e drogas” (p. 40). Outra parte importante a mencionar é a abordagem de Vera para com seu público-alvo e como surgia a conexão entre eles: “quando a pessoa ficava meio que mais consciente, ela dizia: “eu quero ir pra essa oficina de geração de trabalho e renda”, então, eles colocavam na receita”. (p. 40). Essas oficinas, chamadas de “sensibilização” apresentam o que é a Economia Solidária, revelando o escopo de sua atuação.

Por fim, Vera fecha sua argumentação com uma reflexão sobre as pessoas em situação de rua: “não tem o suavizar; é tratar igual por igual, entende? [...] eles não são diferentes de estar conversando contigo” (p. 41). Dessa forma, a linha narrativa de Vera se encerra com visões positivas do futuro no seu atual processo de trabalho.

5.3.3 Comércio justo e inclusão social

*“Era uma coisa que ia ir pro lixo, e
aí...tu transforma, né”.*
Tereza

No Brasil, a proposta do Comércio Justo surge e se desenvolve vinculada à política pública da Economia Solidária tendo em vista os princípios de solidariedade, justiça social e sustentabilidade ambiental. Seu principal objetivo é uma maior aproximação entre as pessoas que produzem e as que consomem na busca por relações comerciais que reconheçam o valor social do trabalho empreendido. Além disso, a partir da prática do comércio justo e solidário, se procura romper com a posição de sujeição que os coletivos solidários se encontram quando inseridos no mercado organizado a partir da lógica capitalista.

²¹ A Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre (EPA) é uma escola da Rede Pública Municipal, criada em 1995 para o atendimento especializado a adolescentes e jovens em situação de risco social e pessoal.

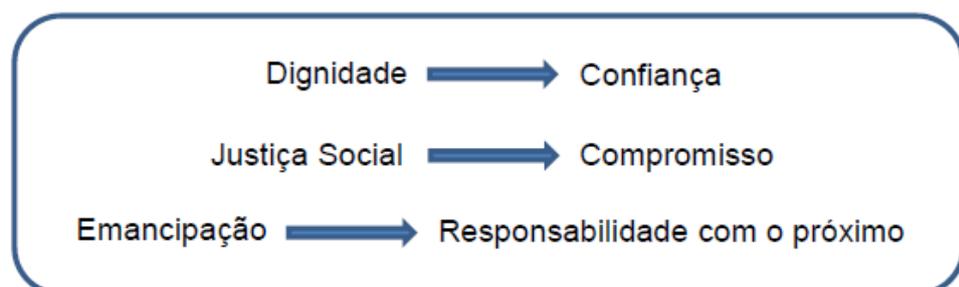
²² Os Centros de Atenção Psicossocial – CAPS, nas suas diferentes modalidades são pontos de atenção estratégicos, com serviços de saúde de caráter aberto e comunitário constituído por equipe multiprofissional e que atua sobre a ótica interdisciplinar e realiza prioritariamente atendimento às pessoas com sofrimento ou transtorno mental, incluindo aquelas com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas, em sua área territorial, seja em situações de crise ou nos processos de reabilitação psicossocial e são substitutivos ao modelo asilar.

O Comércio justo, como processo de intercâmbio de produção-distribuição-consumo, visa um desenvolvimento solidário e sustentável que procura beneficiar, sobretudo os produtores excluídos ou empobrecidos, possibilitando melhores condições econômicas, sociais, políticas, culturais, ambientais e éticas em todos os níveis desse processo, tais como o preço justo para os produtores, educação para os consumidores e desenvolvimento humano para todos e todas, respeitando os direitos humanos e o meio ambiente de forma integral. O Comércio Justo traduz-se no encontro fundamental entre produtores responsáveis e consumidores éticos. (COTERA, A; ORTIZ, H, 2009, p. 60)

A proposta estrutura-se de três formas: a produção, a distribuição e o consumo. A produção se caracteriza pelos processos básicos de trabalho, alicerçados em autogestão e por uma perspectiva de solidariedade mútua. Busca a garantia de condições dignas de trabalho, remuneração e preços justos, bem como elementos de equilíbrio e respeitabilidade nas relações entre os diversos sujeitos do processo, visando à sustentabilidade econômica, socioambiental e a qualidade na cadeia produtiva. Além disso, nessa fase inicial, destaca-se a importância do custo-benefício, visando as formas mais viáveis para a produção. Com relação à distribuição, destaca-se a estratégia desenvolvida para a exposição do produto de forma sustentável. É efetuado pelo próprio produtor nos espaços destinados como feiras e stands, porém, existem parceiros comerciais que operam pela prestação de serviços no beneficiamento, armazenamento, transporte, distribuição e comercialização dos produtos. O consumo é a terceira forma que compõe a estrutura do Comércio Justo e Solidário. Alguns elementos estão presentes neste item, como a conscientização ambiental, a igualdade de oportunidades e os preceitos éticos para o uso consciente dos produtos ofertados no mercado.

A proposta do Comércio Justo basicamente se apresenta nesta estrutura:

Quadro 6 Estrutura social da ação do Comércio Justo



Fonte: elaborado pelo autor

Mesmo que ainda seja uma novidade para grande parte da população, experiências com o Comércio Justo mudam hoje a vida de muitas pessoas. A complexidade da proposta envolve elementos que vão muito além de uma simples operação comercial. Contém de fundo todo o trabalho desenvolvido por trás de uma manufatura, peça esculpida, desenhada ou bordada. Essa complexidade envolve o esforço e esmero na confecção dos produtos que fazem do sujeito o protagonista no seu modo de produção e vida, incluindo (e em alguns casos, reinserindo) socialmente, como é o caso de Tereza²³, trabalhadora associada em uma cooperativa de costura de materiais reaproveitados.

Durante a entrevista, Tereza demonstrou ser uma mulher feliz pelo atual lugar onde trabalha, mas ressentida com a vida, cansada, mas, sobretudo, com grande potencial de aprender e com um significativo grau de saberes pelas experiências que viveu. Introspectiva, fez com que o pesquisador estimulasse muito a produção de sentidos para a composição da linha narrativa e dialógica, mesmo que tivesse que ir além do roteiro da entrevista aberta, pulverizando assim as categorias em diferentes tempos; a partir disso, a legenda da linha narrativa de Tereza se apresentou da seguinte composição:

Quadro 7 LEGENDA DE TEREZA

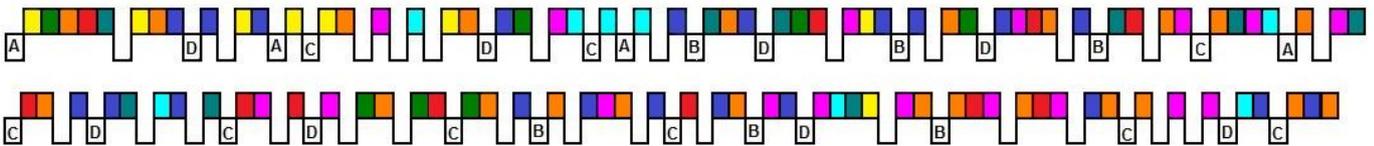
Entrevistada	
Leg	Tema
	Vínculos familiares
	Vínculo com organização religiosa
	Vida e trabalho da costura
	Cooperação com o terceiro setor
	Contribuições das políticas públicas
	Desmotivação com a realidade
	Transformação da realidade
	Ampliação de saberes
Entrevistador	
Leg	Categorias
A	História de vida
B	Participação no empreendimento
C	Processos de formação
D	Impactos do cotidiano

²³ Nome fictício, conforme Termo de consentimento livre e esclarecido (Apêndice A) que versa sobre a garantia de privacidade da entrevistada.

Dividida em dois níveis, a linha narrativa e produção de sentidos de Tereza se tornou um exercício dinâmico, onde foi possível trabalhar as categorias norteadoras da entrevista com fundamento e profundidade.

Figura 7 LINHA NARRATIVA DE TEREZA

Entrevistada



Entrevistador

O primeiro nível da linha narrativa de Tereza inicia com um conjunto de informações que visibilizam a organização dos seus processos de trabalho, assim como do seu empreendimento solidário.

Entre os anos de 1990 a 1996

Nesse período, Tereza apresenta uma profunda ligação com a prática da costura, por isso, o tema vida e trabalho da costura (amarelo) compôs a legenda de sua linha narrativa de forma particular, permeando todo o desenvolvimento da entrevista. A narrativa parte dessas primeiras experiências, pela categoria **história do sujeito** (A). Pela falta de incursões em processos de formação, Tereza desenvolveu, aos poucos, sua linha dialógica através das indagações que faziam parte da categoria **impactos do cotidiano** (D). Dessa forma, os discursos que se relacionaram com essa categoria, ao menos no início da linha narrativa, foram marcados, ora por lembranças/sentidos de negatividade, ora positividade. No caso a destacar, Tereza lembra a questão do desemprego: “às vezes eu ficava sem serviço, né, desempregada, mas...teve vezes que eu fazia faxina, né” (p. 2); essa é uma característica própria do tema desestímulo com a realidade (azul-forte), que compõe a legenda de todas as trabalhadoras que foram objeto deste estudo.

Entre os anos de 1996 e 2001

Outro tema que emergiu apenas na produção de sentidos de Tereza foi o vínculo com organização religiosa (cinza), no caso, instituições de apoio e fomento, católicas, muito presentes, segundo Tereza, na concepção e manutenção do empreendimento em que desenvolveu sua produção no trabalho associado. Porém, antes, Tereza participaria de reuniões não como trabalhadora solidária, mas sim como

mulher à procura de ajuda. Assim, segue o que se pode destacar pela intercalação com a transformação da realidade (rosa): “Lá a gente falava o que que tinha de ruim, o que que podia melhorar” (p. 5).

Nesse momento, a narrativa instruída pela categoria **processos de formação** (C), se estabeleceria pelo tema vínculos familiares (azul-claro), com mais intensidade em toda a linha narrativa. Nesse sentido, fazendo uma conexão entre o tema do apoio de entidade religiosa e sobre família, foi possível destacar: “da importância do estudo, das crianças tá na escola” (p. 5). Esse foi o ponto alto nesse quesito, todavia, a subjetividade da entrevista a mostrou uma pessoa reservada, pouco emocional e resistente a tratar de assuntos privados.

A partir desse processo de fortalecimento de vínculos, Tereza ganharia espaço para produzir, por intermédio dessa mesma entidade religiosa. Com mais ênfase nos diálogos suscitados pela categoria **participação do sujeito** (B), a narrativa mostrou que, nesse espaço, Tereza conheceria colegas e ali nasceria a cooperativa. Para tanto, os temas mais recorrentes para ilustrar esse período de sua vida foram o que versa sobre ampliação de saberes (laranja), contribuição das políticas públicas (verde-escuro) e colaboração com terceiro setor (vermelho). Essa triangulação foi feita de relatos com passagens pontuais.

Começando pelo tema sobre ampliação de saberes: “nos ensinaram a fazer tricô, fazia a bolsa”; “[...] começou a nos dar aula de como fazer serigrafia” (p. 6); “na época eu comecei a ir e daí depois a gente começou a fazer... se reunir... a gente fez curso, também, pra fazer... elaborar projetos” (p. 11). Esse processo teve apoio do Estado por meio da organização religiosa, conforme esta fala: “teve máquina que a gente comprou, também, [...] pediu empréstimo pra eles e comprou” (p. 7). Todavia, há dificuldades que são próprias ao início de trabalho em organizações solidárias, com contradições latentes e, sendo assim, Tereza traz à tona a problemática pertinente: “as mulheres foram indo embora, algumas, porque é bem difícil, né, o início, por causa que tu não ganha nada, praticamente. E é difícil o grupo; imagina: um monte de mulheres” (p. 10); Esse processo conflitante foi permanente em todas as linhas narrativas construídas.

Entre os anos de 2001 a 2017

No segundo nível da linha narrativa, não houve, no período temporal, alteração no estilo de vida de Tereza, a não ser pela ampliação de conhecimentos e aprimoramento do seu trabalho na cooperativa onde produz. Esse autoconhecimento

é próprio dos espaços econômicos solidários, pois no seu cotidiano se molda uma rica sabedoria. Essas questões, ligadas pela categoria C, dessa vez foram acompanhadas de sentimentos ligados à possibilidade de transformação social encontrada por Tereza, com lembranças positivas das experiências de trabalho: “a gente teve uma reunião [...] sobre embalagem, como é para fazer, apresentar o produto...o que tu gastou” (p. 17); “agora a gente tenta ver onde é que tá o erro, tentar melhorar, né” (p. 22); essas passagens foram as que ganharam maior destaque.

É importante salientar que, diferente do primeiro momento da entrevista, nesse segundo nível dialógico surgiu de forma paradoxal o tema vínculo com organização religiosa (cinza), ficando nítida a total relação de dependência, tanto de Tereza quanto do seu empreendimento, da organização apoiadora, como pode ser visto no trecho a seguir: “quando tinha filantropia, que tinha mais obras, né, então a gente tinha bastante serviço, daí, como fechou essas obras, daí acabou um pouco mais de serviço” (p. 22). Essa é uma problemática do cotidiano quando há poucos processos de formações para estímulo ideológico ao trabalho e também quando há poucos espaços de comercialização: “olha... a única coisa é que a gente tá com pouco serviço, né, gente quer ver se se organiza pra ver se melhora, né” (p. 21). Essa conjuntura esteve aliada subjetivamente ao tema desestímulo com a realidade (azul-escuro), conforme interpretação do pesquisador. Por fim, essa linha narrativa revelou que Tereza tem perspectivas de futuro. Ela propõe uma reflexão do árduo início do empreendimento e como é hoje: “agora aqui tá bem [...] o que era isso aqui, e como tá agora”; “era um forno, né [...] *picorruchinho*” (p. 25). Essas passagens mostram que a vida de Tereza foi repleta de exemplos e experiências que compuseram seu repertório de autoconhecimento e em menor escala seu referencial ideológico.

Após definidos os aspectos estruturantes de análise e a metodologia aplicada em cada linha narrativa dos sujeitos, agora é o momento de apresentar a síntese das análises até aqui desenvolvidas por categoria, considerando as similaridades e diferenças dos resultados encontrados na produção de sentidos durante todas as entrevistas, a interpretação e (re) interpretação da pesquisa.

06 INTEGRALIDADE E PRÁXIS NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A partir de agora, a pesquisa dedica-se à uma reflexão sobre a interpretação possível frente a produção até aqui desenvolvida sobre os processos de trabalho associado. Dessa forma, o trabalho disserta sobre os pontos mais importantes apresentados nas narrativas, o que mais fez alusão às questões que, para as entrevistadas, deu sentido ao seu trabalho no cotidiano. Esse é um momento crucial, pois a pesquisa busca apresentar o cruzamento do universo de elementos que de si emergiram com os elementos que emergiram das narrativas, tornando-se um instrumento que guiará o processo de reinterpretação das práticas discursivas.

Quadro 8 Elementos centrais sujeito x pesquisa

SPINK (2004) EM THOMPSON (1995)

Elementos que emergem da pesquisa	Elementos que emergem dos sujeitos
TRABALHO ASSOCIADO	SABERES
ECONOMIA SOLIDARIA	ESTADO, TERCEIRO SETOR
QUESTÃO SOCIAL	DESMOTIVAÇÃO REALIDADE
RESISTENCIA	PRECONCEITO
EDUCAÇÃO	TRANSFORMAÇÃO REALIDADE
EMANCIPAÇÃO SUJEITO	PROTAGONISMO COLETIVO
CIDADE	TEMÁTICAS DE VIDA (MULHERES, COSTURA E CATAÇÃO)
COTIDIANO	FAMILIA

Fonte: Elaborado pelo autor

Além disso, neste ponto serão apresentadas as formas de aplicação dos processos de trabalho, com embasamento referencial teórico e metodológico de Thompson (1995), além da estrutura de operação dos modos da ideologia havendo a conexão com os discursos dos sujeitos da pesquisa, no caso as trabalhadoras

solidárias. Nesse processo foram analisadas as práticas discursivas para o estímulo à produção de sentidos através das linhas narrativas de Spink (2004), formulando assim as narrativas argumentativas, fazendo com que nesse momento fosse possível perceber como os modos de operação compunham os discursos das trabalhadoras associadas no cotidiano através de cada categoria estruturante.

6.1 HISTÓRIA DE VIDA: TRAJETÓRIA DE SUPERAÇÃO

Nessa categoria surgiram os elementos mais viscerais das trabalhadoras entrevistadas, como as relações familiares e a vontade de sobrevivência, sobretudo, aos pontos que tangenciaram o universo mais particular de cada uma. Muitas das vezes foi nesse momento de produção da narrativa que houve máxima emoção. Essa característica é legítima pois rememorando nossa história de vida é onde encontramos falhas e acertos, dores e alegrias. Importante citar que todas as trabalhadoras foram movidas para a melhoria da qualidade de vida de suas famílias e para a superação da miséria local, enfrentando vulnerabilidades determinantes, como crianças perambulando em lixões, prostituição de meninas adolescentes e violência doméstica. Esse é o retrato da carência de estrutura básica de trabalho para população pobre (e muito pobre) afetando a dignidade humana, violando direitos sociais básicos. Em todos os casos apresentados, verificou-se como as trabalhadoras se enxergam em uma parcela da sociedade marginalizada, principalmente pela ação do mercado, pelo alto consumo e pelo fortalecimento do capital, acentuando a desigualdade social.

A sociedade contemporânea, com suas leis de mercado, tendo como base a produtividade e a competitividade, expulsa os cidadãos da circulação social, constituindo espaço para a marginalização das pessoas, entendendo-se por marginalização o processo social que cria a necessidade, cria a falta e a interdição do acesso aos bens sociais. (FERNANDES, 2006, p. 09)

Outro ponto importante a ser destacado sobre a relação das trabalhadoras com seus filhos foi nunca ter havido abandono ou pedido de acolhimento por família extensa ou terceiros com uma melhor condição econômica, fato bastante comum de mães em situação de extrema pobreza, principalmente na segunda metade do século XX, onde a partir de 1980 o Brasil ingressaria em uma fase de estagnação da renda per capita e da desestruturação do mercado de trabalho: “em consequência, nos

últimos anos aumentaria o volume da renda e ao mesmo tempo multiplicar-se-ia o número de excluídos no Brasil” (SILVEIRA, 2005, p. 165). Nessa circunstância, as trabalhadoras nunca pararam de trabalhar, passando por várias ocupações diferentes, como domésticas ou cozinheiras. No caso dos sujeitos da pesquisa, essa foi a alternativa encontrada para poder conciliar renda e família, demonstrando perseverança e contando com a solidariedade dos demais, assim como muitas mães solteiras, pobres e com famílias numerosas na realidade latino-americana.

Outro ponto importante a se ressaltar sobre a categoria *História de Vida* trata-se da escolaridade. Em todas as narrativas, as trabalhadoras demonstraram ressentimento por não poderem se dedicar a educação como gostariam, uma vez que necessitavam trabalhar para sustentar casa e filhos. Em dois dos casos, esse sentimento de isolamento com o mundo educacional foi reforçado pela questão racial, sendo que as mesmas são negras. Denota-se o modo *Reificação* de Thompson (1995), pela sucessão de relações sociais de dominação. Enquanto trabalhadoras associadas, houve o entendimento que a educação foi inacessível por uma condição permanente de pobreza e, em segundo lugar, por serem negras. Uma vez que nutriam a perspectiva de poder retomar seus estudos enquanto trabalhavam, passou de uma situação transitória como permanente. A situação escolar carente foi substituída pela educação popular, muito tempo depois já em seus espaços de trabalho associado.

Ainda, pode se considerar que essa condição da educação negada, retirada do aspecto histórico das relações que passam a ser consideradas como imutáveis, entende-se o que Thompson (1995) chama de estratégia *Eternalização*, onde traços originais ficam perdidos no passado, ou seja, os fragmentos da educação que pouco tiveram, agora eram reforçados pelas formações enquanto trabalhadoras associadas.

Outro ponto interessante a ser destacado que surgiu na categoria história de vida do sujeito foi a pedagogia social como elemento definidor da vida de cada uma. O traço de desmotivação com a realidade em cada caso se deu porque todas só puderam se voltar para capacitação anos mais tarde, além do fato de entenderem que hoje a educação precisa de novos elementos para com as pessoas da periferia, a exemplo do EJA²⁵, ou seja, que deve haver resultados práticos mais positivos na vida de cada sujeito em nível de formação.

²⁵ Educação de Jovens e Adultos.

Acho que essa educação bancária, ó, cara, ela já nasceu falida [...] tinha toda essa política de ações afirmativas, que eu super concordo, né, tem que ter, não tem outro jeito. Só que, assim, esse meu curso técnico ele foi muito doloroso, essa educação pra gente que é pobre, preto de periferia. (VERA, 2017, p. 32)

A percepção da trabalhadora sobre concepção de educação bancária e seu posicionamento crítico em relação a como o sistema educacional está contaminado pela ótica prussiana mostra que sua criticidade se maturou com o tempo. Esse modelo de educação onde o aluno nada sabe e o professor sabe tudo, desenvolve uma relação vertical entre o educador e o educando. A educação vista por essa perspectiva tem como meta, intencional ou não, a formação de indivíduos acomodados, não questionadores e submetidos à estrutura do poder vigente: “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (FREIRE, 2011, p. 24). É por este entendimento que a educação deveria ser aplicada, construir pontes, porém, a realidade de hoje é frustrante.

Ainda, foram relacionadas pelas entrevistadas algumas atividades e cursos que foram ofertados a elas que são voltados à manutenção do *status quo* e ao poderio do capital, as desestimulando. Em um caso em especial, uma trabalhadora associada desistiu das formações acadêmicas para ficar com seu autoconhecimento e a prática enquanto trabalhadora solidária. Quando perguntada se estudaria hoje na universidade: “não, hoje não. Eu concluí o ensino médio pelo ENEM²⁶. [...] Pra quem é jovem, tem essa paciência de discutir com professor ainda, de discutir ideologia; eu já não tenho mais essa paciência, sabe?” (VERA, 2017, p. 30).

A opção pela educação na atividade do trabalho que busque a emancipação pessoal e social implica a escolha de um tipo coerente de valores e de concepção de ser humano. Uma pedagogia com opção ética e política voltada aos interesses dos “sem voz e sem vez” na sociedade requer uma interação estratégica com as condições materiais e imateriais da existência. (ADAMS, 2010. p. 23)

Com essa interação teórica, a trabalhadora demonstra que ao invés de aprofundar-se algum curso universitário, ela entende que hoje seria mais importante dedicar-se integralmente ao seu trabalho, como educadora social com população em situação de rua, ou seja, dando mais ênfase a prática que a teoria. Também demonstra

²⁶ Exame nacional do ensino médio.

uma frustração que está naturalizada na população pobre e extremamente pobre brasileira. Dessa forma, a trabalhadora mostra convicção para desempenhar sua tarefa, o que destaca mais seu olhar ao objeto de trabalho, a população em situação de rua; um destes elementos que afloraram foi a empatia.

Eu aprendi, também, agora, durante o projeto, a tal da palavra 'empatia', que é ser sensível ao problema do outro, é se colocar no lugar do outro, é poder perceber o seguinte, ó: "poderia ser eu, mas eu tive a rede; eles não tiveram nem a rede". Então, assim, ah, eu me colocar no lugar do outro, tá, mas eu continuo sendo pobre, eu continuo sendo negra, eu continuo não tendo oportunidade, tu entende?! (VERA, 2017, p. 46)

Isso dá conta de uma maturidade da trabalhadora associada, pois alia dois elementos vitais desta pesquisa: ideologia e conhecimento. Pela ideologia, porque demonstra ser uma trabalhadora que tem convicção no seu propósito, ou seja, o que fazer e para quem fazer; e conhecimento por saber explicar seus sentimentos, através da descoberta de uma postura humana e sincera de um para com o outro.

O tema família e filhos, junto a busca por renda ou complementação da mesma, muitas vezes foi acompanhada com desmotivação frente à realidade. A urgência da fome e necessidades básicas levaram essas mulheres a praticarem qualquer trabalho que lhes dessem renda rápida. Em todas as vezes relatadas estavam longe de encontrar uma alternativa ao desemprego através da Economia Solidária. Em um dos casos apresentados, a trabalhadora se envolveria com trabalho da costura: "eu morava aqui e trabalhava de doméstica, aí que eu comecei...fui trabalhar numa casa de família, que daí eu comecei a cortar as peças e comecei a me meter nas máquinas pra aprender a costurar" (TEREZA, 2017, p.2). Esses componentes demonstram um acentuado poder de resiliência dessas trabalhadoras frente às gigantescas adversidades, o que lhes daria força para alcançar uma melhor condição de vida, mas o mais importante: o despertar de suas consciências pelo trabalho associado, na travessia entre degradação e dignidade humana; eis a importância da EcoSol.

Novas relações de trabalho exigem mudanças no nível estrutural; mas, ao mesmo tempo, a mudança estrutural não acontece sem uma nova concepção de trabalho que se constrói na práxis. A construção de uma cultura do trabalho associado assume as contradições, constituindo-se em mediação entre a antiga forma e o novo modo de produzir, a partir de uma compreensão dialética. (ADAMS, 2010 p. 85; *apud*, KUENZER, 1995, p. 14)

As situações que compõem essa conexão entre trabalho e sustento da família pertencem ao campo da superação no início da trajetória de vida das trabalhadoras. Em um dos casos relatados a alimentação da família era quase que exclusivamente de restos de comida encontrados no local de trabalho, pela parca remuneração e informalidade. Em outro caso, o envolvimento com entidades religiosas foi importante para essa organização de vida. Muitas vezes, instabilidades econômicas geram conflitos familiares, seja com mulheres vítimas de violência doméstica ou mesmo a falta da garantia de direitos com criança ou adolescente, então, um trabalho com assistência é preciso: “às vezes [...] tu não entende e ali e as pessoas te explicam [...] Eles ajudam muito, né. Mesmo, que meus filhos tiveram... através dali meus filhos tiveram psicólogo e coisa, né. E eu aprendi muito” (TEREZA, 2017, p.13). A medida que há imersão em dinâmicas como essa, se conhecem outras pessoas, no caso mulheres, com problemas semelhantes, mas principalmente violência do parceiro, por substâncias psicoativas como álcool e drogas, ou até mesmo com questões relativas ao preconceito racial: “tinha uma amiga que precisava de alguém para morar com ela, morava sozinha [...] ali eu fui muito bem tratada, assim, tipo, mas era faxineira, né, limpa chão, limpa a cozinha, limpa não sei o quê, e estudava de noite” (VERA, 2017, p.3). Ou seja, nesse caso já ressentia ao sair de casa se defrontando com preconceitos de gênero, somados ao racismo e o machismo.

As lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho extrapolando a Questão Social para a esfera pública exige na interferência do Estado para o reconhecimento e legalização de direitos e deveres dos agentes sociais envolvidos. (WOLFF, 2010, p.17, apud, IAMAMOTO, 2001)

Com filhos aumentando ano após ano, não havia alternativa senão trabalhar em atividades mais fáceis de serem aceitas, pelo fato de não possuir formação educacional mínima. Essa junção de fatores levou essas trabalhadoras a essa condição, assim como embasa o último senso do IBGE de 2010, onde explica que embora abaixo do nível de reposição da população, que seria de dois filhos em média por mulher, a taxa de fecundidade média das brasileiras (1,94 filho por mulher em 2009) apresenta importantes desigualdades acerca da escolaridade. As mulheres com até 7 anos de estudo relataram ter até 3,19 filhos, quase o dobro do número de filhos (1,68) daquelas com 8 anos ou mais de estudo (ao menos o ensino fundamental completo). Ainda, além de terem menos filhos, as mulheres com mais instrução eram

mães um pouco mais tarde (com 27,8 anos, frente a 25,2 anos para as com até 7 anos de estudo) e evitavam a gravidez quando foram adolescentes.²⁷ Isso representa um fator decisivo, pois essas trabalhadoras acabaram sendo excluídas do trabalho formal, e pela paupérrima condição social, formando um vínculo intrínseco entre sujeito e atividade laboral diária.

[...] e aí começamos a trabalhar de carroça, aí descobrimos o lixão (vínculo de trabalho/vida no lixão). Começamos no lixão a só juntar latinha, e aí como vimos que o lixão dava, ficamos no lixão. Nesse meio tempo eu trabalhei no lixão mais ou menos uns vinte e poucos anos. (JOANA, 2017, p. 10)

Nos casos relatados, a costura, assim como a catação e a educação social se tornaram o principal mote de trabalho das entrevistadas. Todavia, as experiências com diversos públicos e espaços sociais renderam ampliação de saberes de todas essas trabalhadoras, agregando outros processos de trabalho. Esses momentos de troca e escuta são fundamentais para uma melhor organização no trabalho coletivo com atividades que ocorrem através de participação em oficinas, como artesanato, costura e reciclagem. Após treinamento, iniciou em ambos casos o embrionário processo de construção em empreendimentos solidários.

Daí cada uma trouxe a sua máquina, e daí a gente começou. E começou com parceria com o Banco de Alimentos, ganhar retalhos, e daí, dos retalhos, nós fazíamos blusão, alguma coisa assim, sabe?! E [...] também, a gente fez o empréstimo para comprar outra máquina, depois que começou a dar mais... lucro, né, começou a aparecer mais serviço. (TEREZA, 2017, p.1)

O auxílio de terceiros no processo de organização dos setores produtivos do empreendimento também marcaria a vida das trabalhadoras coletivas. Nesse sentido, a cooperação com o terceiro setor foi fundamental para a viabilidade econômica, deixando clara a importância de pequenas ações na vida de qualquer trabalhador que busca protagonismo e dignidade no atual sistema, onde os defeitos específicos do capitalismo “não podem sequer ser observados superficialmente, quanto mais curados genuinamente, sem os referir ao sistema como um todo que necessariamente os produz e constantemente os reproduz” (MESZÁROS, 2005, p. 62). Por esse princípio, do fomento pelo terceiro setor, as formações foram relatadas como fatores

²⁷ Ver mais em <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?busca=1&id=1&idnoticia=1717&t=sis-2010-mulheres-mais-escolarizadas-sao-maes-tarde-tem-menos-filhos&view=noticia>.

cruciais no processo da trajetória de vida. Articulados temas muito vinculados em todos os casos estudados, família e saberes, as trabalhadoras trouxeram alguns aspectos das suas histórias que desaguarão para suas primeiras experiências ao despertar da consciência crítica. Essas experiências de trabalho mostraram ser um processo integrado com suas trajetórias de vida. Conforme relatado, uma das entrevistadas mostrou que, quando resolveu montar um laboratório de reciclagem em sua própria casa, chamou familiares para desenvolver a proposta. Nesse momento, já havia conhecimento da Economia Solidária, então, começou a participar de fóruns e reuniões, como ponto de partida para ampliação de saberes.

As principais características que se assemelham entre os três discursos residem principalmente na relação de cada trabalhadora com sua família e como isso impulsionou cada trajetória de vida para seus processos de trabalho. Ainda, cabe destacar a contradição de sentimentos que esse processo de lembrar o passado trouxe para cada uma delas. Os temas frequentes nesse sentido além da família e do processo de trabalho que cada uma atua hoje, foram as experiências que despertaram desmotivação e possibilidade de transformação da mesma realidade. Essa dicotomia foi marcante em todas os momentos nesta categoria.

Em suma, cabe retomar alguns conceitos de Thompson (1995) que estruturam este trabalho para elucidarmos quanto o que está implícito neste processo de análise. Como este trabalho está balizado pela *estrutura social* através do contexto sócio histórico, identifica-se que pelo alto nível de complexidade encontrado pelas histórias de vidas, principalmente pelas questões subjetivas do sujeito, questões intrínsecas que formam a identidade, desse caso, trabalhadoras do campo social. Por este aspecto, pode ser analisado separadamente, ou seja, a fase do crescimento biológico de cada trabalhadora e sua visão de mundo, a inserção de gravidez e trabalho e após sua consolidação do antes e depois na vida ativa de cada uma. Ainda, em cada fase, foi possível constatar uma progressiva maturação ideológica nelas. Não à toa, foram trabalhar com o coletivo, pelas decorrências dos acontecimentos da vida de cada uma foi sendo formada uma consciência crítica, como por gravidezes precoces, conflitos familiares com mães, abandono da figura paterna, ou mesmo problemas na consolidação da família sendo mãe solteira. Estes são alguns casos que ilustram esta configuração da análise sócio histórica desta categoria.

Por fim, essa primeira categoria, *História de Vida*, tem importância pois traz todo um processo de construção da identidade com fatos e sentimentos que compõem

antes o sujeito que o trabalhador, a sua formação enquanto pessoa. Se analisado por um processo de interpretação social, as histórias de vidas de alguém sempre contam o além desse ou daquele sujeito, pois apresentam suas raízes, o caminho percorrido até se encontrar enquanto trabalhador, ou seja, sua trajetória que muitas vezes é marcada pela superação. Por isso é fundamental a estruturação desta categoria na vida e trabalhadores que estão vinculados a práticas solidárias e ao trabalho coletivo, no campo da educação social.

6.2 PARTICIPAÇÃO NO EMPREENDIMENTO: AÇÃO DO SUJEITO NO SOCIAL

Para o trabalhador associado, a prática de suas atividades no cotidiano é essencial para o seu desenvolvimento. Assim, a participação das trabalhadoras até aqui foi interpretada por ações desempenhadas para a evolução de cada espaço de trabalho a partir dos processos de formação. Alguns fatores que influenciaram esse conhecimento em cada uma foi proporcionado através de ações vinculadas ao Estado, ao terceiro setor e organizações sociais como ONGS e movimentos sociais. Em um dos casos relatados, a visão sobre a organização do movimento que a trabalhadora se organizara são de falhas pontuais de gestão de como deveria ser o ideal, ou seja, de forma independente, e não institucionalizada. Fica claro que os aspectos ligados ao repertório ideológico referente à Economia Solidária foram bastante latentes, mas principalmente quando demonstrados para a importância de um trabalho permanente na sua cooperativa para com a comunidade. Na verdade, esta questão decorre de um processo de disputa interna em espaços que ainda decorrem da influência do machismo e de uma sociedade patriarcal, onde a mulher pouco tem espaço. No caso de uma associação de catadores de materiais recicláveis, por exemplo, essa constatação é mais evidente ainda. Isso explica a importância da tomada da consciência na sociedade para a compressão do seu processo de trabalho, nas práxis.

Entre a teoria e a atividade prática transformadora se insere um trabalho de educação das consciências, de organização dos meios materiais e planos concretos de ação; tudo isso como passagem indispensável para desenvolver ações reais, efetivas. Nesse sentido uma teoria é prática na medida em que materializa, através de uma série de mediações, o que antes só existia idealmente, como conhecimento da realidade ou antecipação ideal de sua transformação. (VASQUEZ, 1977, p. 207)

A medida que a trabalhadora se apropria do seu conhecimento e sua tarefa cotidiana no trabalho coletivo, os referenciais ideológicos são mais evidentes, pois há uma construção da visão de sociedade e, aliado ao processo de formação, esses trabalhadores são capazes de identificar vários preceitos, como justiça social, o papel da mulher, a horizontalidade econômica no empreendimento, entre outros. Nesses diversos momentos de formação em que se adquire base teórica, favorece também a figuração de referência, dentro do conceito coletivo solidário de trabalho, aliado a fatores como experiência de vida e respeito da comunidade, por exemplo, instigando comunidade e espaço de trabalho a evoluírem pluralmente.

[...] mas às vezes eu olho, e hoje a gente vê quando a gente faz as nossas reuniões, que hoje a gente tem lá 54 pessoas, e cada pessoa que chega para conversar com eles ou interagir o que eles fazem: “ah, eu quero agradecer pra Joana, que fez...”, não, quem fez foi tu! Tu mesmo transformou a tua realidade! (JOANA, 2017, p. 11)

Outro ponto importante a se apontar trata do interesse das entrevistadas nas agendas de formações, sendo que elas mesmas desenvolveram atividades dessa natureza em outras cidades para demais trabalhadores, revelando, em um dos casos, que sua formação básica fora através de livros e materiais encontrados no lixo: “eu li a constituinte. Eu lia tudo que era livro que eu achava no lixo. Relações humanas, formação de caráter” (JOANA, 2017, p. 11). Essa ação mostra a força de vontade da trabalhadora em buscar conhecimento, mesmo em situações tão adversas. Sua participação em viabilizar a mudança de sua realidade para buscar uma transformação pessoal proporcionou sua consciência crítica, um dos processos de emancipação do sujeito, sem instrução primária e ainda mais em situação de miséria.

A conscientização implica, pois, que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica. (FREIRE, 1980, p. 26)

Dessa forma, se evidencia a possibilidade em superar as adversidades, organizar e mobilizar seus colegas trabalhadores, havendo diretamente a participação efetiva e integral no empreendimento solidário, demonstrando saber seu papel no processo de trabalho, coletivo e solidário.

Alguns temas foram recorrentes das três análises de trabalhadoras na categoria participação no empreendimento, entre os mais importantes destaca-se a

ampliação de saberes, pois a medida que cada uma imergiu no seu processo de trabalho, seu conhecimento ampliou e evoluiu. No caso de uma das entrevistadas, um dos mais importantes agentes nesse acúmulo de conhecimento foi através de uma entidade religiosa, incentivando as mulheres à oficinas e cursos ofertados.

Eles nos davam os lanches, o irmão sempre nos incentivando [...] dizendo para as pessoas fazer camiseta com nós, né, que nós estávamos começando. E daí vieram as gurias, nos ensinaram a fazer bolsas, também, de retalho, daí cortava o retalho, emendava, fazia tricô, fazia a bolsa. (TEREZA, 2017, p. 6)

Nesse caso, as experiências que estavam dando essa ampliação de saberes não eram suficientes, pela não complementação de renda. Essa é uma situação igual nos três casos analisados, que causou comoções no diálogo e estimulou, segundo elas, uma maior participação no seu empreendimento, ao mesmo tempo, acúmulo de conhecimento para prosperar e evoluir enquanto trabalhadoras associadas. Neste sentido, algumas atividades foram fomentadas para gestar o trabalho associado, como forma de constituir uma organização, a partir de uma complexidade que se desenvolve pela contradição, por um processo de erro e acerto, divergência e convergência.

Eu costuro, às vezes eu ajudo as colegas a fazer serigrafia, mas pesa sobre a organização geral, com muitas discussões entre as colegas. É que às vezes tem gente que não aceita, né, mas já melhorou bastante, do grupo em geral, a gente quer ver se se organiza [...] agora a gente tenta ver onde é que está o erro, tentar melhorar, né. (TEREZA, 2017, p. 19–20)

Aqui onde o trabalhador se envolve em processos de participação para a organização do coletivo, principalmente na Economia Solidária, a prática pesa mais que a teoria: “nem tudo que tu fala tu faz, agora, nem tudo que tu faz, também, tu escreve” (VERA, 2017, p. 28). Esse é um movimento que demanda a compreensão do todo no desenvolvimento do empreendimento, que assoberbado pelas ações cotidianas, se dedicam na intenção de fazer prosperar sua produção, preterindo as questões teóricas que lhe são surgem na vida cotidiana.

Os movimentos sociais prospectavam alternativas diferenciadas de sistematização e organização dos processos de trabalho e/ou de geração de renda. O Cooperativismo se constituiu num desses movimentos. Pode-se referir que estes empreendimentos possivelmente se constituem, também, como formas de contestação e resistência dos sujeitos ao sistema capitalista. (GOERCK, 2006, p.8)

Surge um paradigma aos trabalhadores coletivos no buscar cotidiano por momentos de reflexão que são fundamentais para auxiliar o trabalhador na construção da identidade do empreendimento, não apenas com participação física, mas também com debates e proposições teóricas para essa construção.

Outro tema emerso com bastante intensidade nessa categoria conforme os relatos apresentados é a transformação da realidade, no sentido da ação do trabalho associado no cotidiano. Um dos elementos vinculados sobre esta questão é a emancipação da consciência crítica, resultados da ação solidária das pessoas com que as trabalhadoras interagiram no dia a dia:

[...] tu faz oficina com cinquenta (50), tu quer que os cinquenta (50) saiam empoderados; não é assim; a gente fica frustrado se quarenta e cinco (45). Eu não. Eu, se eu conseguir mexer com a realidade de cinco (5) pessoas e eu passar na vida dela de volta e eu ver que isto foi feito, sim, foi feito. (VERA, 2017, p. 28)

O compartilhamento de saberes das pessoas com que se trabalha e a importância dessa concepção no coletivo mostrou-se fundamental: “não acredito na pessoa sozinha, né, porque, se tu... não adianta tu ter boa vontade, se tu não tem uma ferramenta que empodere, entende, que dê condições de fazer; as coisas precisa caminhar junto” (VERA, 2017, p. 29). Assim, o modo de organização e atuação de um trabalhador solidário também conta com as percepções dos significados no dia a dia. Em um caso relatado, a trabalhadora se vê mais preparada para identificar questões cotidianas relacionadas a preconceitos, por exemplo: “eu tô com o meu olhar bem calibrado pra diagnosticar, alertar e punir, se for o caso, porque as *pintas* se provalecem, abusam” (VERA, 2017, p. 35). Isso quer dizer que todo o trabalhador tem que desenvolver seus referenciais ideológicos a partir da compreensão do todo, principalmente para atuar nos elementos do cotidiano, como a cidade, espaços coletivos formais, entre outros.

Referente aos processos de trabalho desta trabalhadora em questão, ela desenvolve sua prática na ação com o “povo da rua²⁸”, público vulnerável que necessita deste olhar calibrado e diferenciado de forma a buscar formas para a garantia de direitos. Conforme relata, algumas pessoas já eram conhecidas dela de outras experiências, o que revelou um vínculo muito interessante: “todo o coletivo que tinha sido contratada, só eu já tinha ido dar formação pra eles, então, eu já sabia quem

²⁸ Expressão característica de educadores sociais que trabalham com população em situação de rua.

era o público, eles já me conheciam e eu já conhecia eles” (VERA, 2017, p. 40). Isso mostra como ela reconhece e circula nos espaços populares da cidade, mostrando que é de fato uma trabalhadora do coletivo, ou seja, atuante e participante no empreendimento, na sua integralidade.

Este público relatado, muitas vezes tem a presença do público LGBTI²⁹ em ações de formação: “é uma maravilha, porque eu descobri que eles fazem a Economia Solidária na veia [...] de um tirar a blusa pro outro, sabe, do básico do básico do básico do respeito (VERA, 2017, p. 44). Esse é outro ponto que reforça a compreensão global das subjetividades do seu empreendimento e as probabilidades de ação, pelas vulnerabilidades ali encontradas.

Cabe ressaltar a condição de pobreza geral em que estas trabalhadoras se encontravam antes de ingressar no trabalho associado. Aqui reside a condição de pobreza versos ela mesma, como essas trabalhadoras se enxergavam na sociedade. Em um dos casos, a trabalhadora não se reconhecia enquanto pobre. Em seu discurso havia o sentimento de negar a pobreza, onde via no outro com que ela convivia essa condição. Essa percepção está dentro do processo operacional da ideologia, pois representa uma estratégia de *Unificação*, ou seja, uma construção simbólica de identidade coletiva direcionada, relativizando as diferenças entre grupos de convívio, ou seja, a negação da pobreza é a problemática na superação pelo cotidiano. Isso foi entendido quando essa trabalhadora passou a produzir em espaços de caráter assistencial e mais tarde em cooperativas da Economia Solidária, muito pelo trabalho e entendimento da educação social. Outro caso relatado a trabalhadora preferia sempre trabalhar com mulheres, seja qual ocupação fosse. Seu principal fato relatado fora que os homens entediavam que ela deveria servi-los, com faxina, cozinhando, etc. Assim, por esta perspectiva, se integrou em uma ONG que abrigava apenas mulheres, oriundas de violência doméstica. Dessa forma, pode se destacar outra estratégia do modo de operação da ideologia que Thompson (1995) indicou como *Padronização*, pois essa trabalhadora estaria transformando a sociedade em um referencial padrão, proposto como fundamento partilhado, mantendo um isolamento social, contudo, na visão desta trabalhadora, uma ação necessária, pela herança cultural que carrega a sociedade de tempos passados, vide o enquadramento social pelo patriarcalismo.

²⁹ Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e pessoas intersex.

Sendo assim, a categoria *Participação no empreendimento* tem uma importância fundamental conforme apresentado até aqui. Pôde ser observado que a contribuição de cada trabalhadora foi muito além do empreendimento, fazendo um balanço do antes e depois do ingresso. Isso mostra que, mesmo em condições periclitantes, o trabalhador associado tira forças para melhorar seu espaço de trabalho, mesmo que nem sempre possa se dedicar ao mesmo tempo a momentos teóricos, de aprendizado, o que na verdade é fundamental para plena evolução do trabalho solidário. Os três discursos relatados apresentaram algumas características semelhantes, no sentido dos limites que cada trabalhadora tinha em empreendimentos desta natureza. Como todas elas, seus referenciais em seus espaços de trabalho lidam com uma carga muito grande de fragilidades sociais, portanto, não conseguem aliar teoria e prática na mesma intensidade; isso foi demonstrado com frustração em alguns momentos dos diálogos. Ainda, é importante salientar a rica experiência que esses saberes da comunidade lhes deram, pois valorizam muito quanto a ação coletiva no cotidiano. Portanto, essa categoria demonstra ser vital, tanto para a formação do caráter de cada trabalhadora quanto para consolidação como articuladoras em seus empreendimentos solidários.

Além disso, a participação dos sujeitos na Ecosol tem oscilações frente às condições de trabalho, pois trata-se de um universo complexo, onde o lidar com público de vulnerabilidade social (catadores, população de rua e artesões da periferia) foi demonstrado pela perseverança de cada uma das trabalhadoras em aprimorar seus processos de trabalho no cotidiano, o que demonstra referenciais ideológicos bem consolidados por questões como solidariedade, alteridade e resistência, elementos conectados à formação e reprodução das classes sociais e que operam para a redução da desigualdade social, de gênero, cor, opção sexual, entre outros.

Assim, percebe-se que a categoria *Participação no empreendimento* não se trata apenas de uma modesta presença da ação individual, mas sim de uma compreensão maior, que tem na prática cotidiana e sistemática a evolução do trabalho solidário, do seu poder de consciência crítica e das pessoas com elas convivem, ou mesmo o espaço macro de atuação, favorecendo no caso das trabalhadoras da pesquisa a preservação do meio ambiente, o consumo consciente e o cuidado com o próximo.

6.3 PROCESSOS DE FORMAÇÃO: TOMADA DA CONSCIÊNCIA CRÍTICA

Esta categoria *Processos de Formação* mostrou ser fundamental na vida ativa das trabalhadoras associadas, principalmente ao autoconhecimento, pois estando ela por uma perspectiva coletiva, esses momentos de formação contribuem para absorção e transferência de saberes, fortalecendo assim a comunidade que orbita no trabalho cooperado. De forma geral, a Economia Solidária é uma política que instrumentaliza o trabalho associado, pois tem importância quando da formação aos trabalhadores que se desenvolvem no coletivo. Essa política solidária faz a conexão com os elementos que pertencem à ideologia e ao cotidiano no trabalho cooperado. Um dos reflexos do trabalho com a Ecosol é a autogestão, elemento presente em formações e agendas de conscientização aos trabalhadores coletivos.

[...] quando a gente entrou na Economia Solidária, que a gente começou a entender o que era [...] a gente começou a assimilar bem o que era processo de autogestão [...] que era nós que tínhamos que ter o domínio do nosso trabalho. (JOANA, 2017, p. 13)

Neste caso, a Economia Solidária fomentou uma melhor organização da trabalhadora em seu espaço de trabalho através da autogestão, mas nem sempre é possível implementá-la no pleno, pelas características trazidas do trabalho formal ao se integrarem em empreendimentos do trabalho associado. No entanto, é possível perceber alguns aspectos relevantes para o desenvolvimento do sujeito enquanto agente solidário, através das contribuições de entidades do terceiro setor, com cooperação/patrocínio público para a compreensão de questões como o empoderamento das mulheres através das formações. Esse aspecto é profundo, pois um fato que emperra o processo de autogestão é quando se denota um predomínio das figuras masculinas na gestão das organizações ou como perpetuação de lideranças: essa é uma das causas das mulheres não se sentirem fortalecidas o suficiente para ocuparem os espaços de coordenação, mesmo sendo maioria.

Historicamente, identifica-se uma maior apropriação pelos homens do poder político, do poder de escolha de decisão sobre sua vida afetivo-sexual e da visibilidade social no exercício das atividades profissionais. Este é um processo que resulta em diferentes formas opressivas, submetendo as mulheres a relações de dominação, violência e violação dos seus direitos. Poder e visibilidade são construtos históricos, determinados na e pelas relações sociais. (OLIVEIRA; SANTOS, 2010, p. 12)

Conforme as narrativas, para as trabalhadoras associadas a questão de gênero é entendida como um direito a ser garantido. Neste sentido, destacam-se as falas que indicam uma necessidade de imposição enquanto mulheres em todos os espaços, principalmente pelo fato da sociedade contemporânea ainda estar bastante alicerçada no patriarcado. O machismo é o mote de observação que pode ser analisado através dos modos de operação da ideologia de Thompson (1995). É este aspecto da autogestão e o fato da mulher enquanto trabalhadora não ser reconhecida como liderança do processo de gestão dos empreendimentos a ser melhor observado, conforme desenvolvido até então, pois se enquadra no modo de operação chamado de *Dissimulação*, onde há o emprego de construções simbólicas que omitem ou negam aspectos das relações desiguais, mantendo as aparências frente ao senso comum. Dessa forma, a liderança permanente dos homens é justificada pela suposta respeitabilidade que eles têm na comunidade. O processo de dissolência desta teoria é gradual quando a trabalhadora se torna liderança no processo de gestão, principalmente pela estratégia da *Eufemização*, onde nessa relação social há uma valoração positiva negando o fato conflitante. Este processo de assimilação do molde de trabalho em autogestão e de forma associativa demonstra que os elementos ideológicos dessas trabalhadoras são lapidados paulatinamente por jornadas de formação e orientados pelas próprias, através do autoconhecimento por participações em seminários e agenda nos mais diversos movimentos sociais; “no início não teve nada. Era eu dando formação para os mais interessados, e os mais interessados ajudando a fazer formação dos próprios catadores” (JOANA, 2017, p. 12).

Outro elemento de fundamental relevância nesse processo de organização do empreendimento que contribuiu junto a compreensão da autogestão é a educação acessível, para condensar todos os elementos subjetivos próprios do trabalho com a Economia Solidária. No caso das trabalhadoras desta pesquisa, foi destacado como principal elemento de formação a educação popular. Através da educação popular é possível lapidar gradativamente o referencial ideológico de cada um, sua consciência crítica, organizar sua comunidade e transformar sua realidade. Conforme Gohn (2011, p. 336), “ao realizar essas ações, projetam em seus participantes sentimentos de pertencimento social. Aqueles que eram excluídos passam a se sentir incluídos em algum tipo de ação de um grupo ativo”, sobretudo nesse caso com a contribuição da Economia Solidária à compreensão do processo autogestionário.

[...] hoje tem estes 24 empreendimentos, destes 24 eu tô participando em 05 cidades, e tô indo também ajudar a organizar, a gente tá fazendo alguns por conta própria, outros dentro do projeto vão fazer intercâmbio pra ver como é que tá andando o processo, como é que a gente se organizou. (JOANA, 2017, p. 18)

Mesmo que ainda haja muito a conquistar por justiça social pelas adversidades do cotidiano, fica claro que são fundamentais os momentos de formação às trabalhadoras que lidam com a questão humana. A subjetividade de homens e mulheres que vivem no limiar da dignidade, que batalham para resgatar uma cidadania que eles achavam que não existia.

Na categoria processo de formação foi possível identificar também através dos relatos uma grande diferença da oferta via terceiro setor e o autoconhecimento, ou seja, a ampliação de saberes. Em um caso específico, a trabalhadora ligada a costura conta que entende seu aprendizado como gradativo.

Eu fui me metendo nas máquinas de costurar, e daí ela me disse um dia: “não, se tu quiser, pode tentar aprender, e se arrebentar a linha, pode deixar que depois eu arrumo”. E daí eu fui me metendo. E daí, depois daí, ela alugou uma peça comercial, [...] pra trabalhar com ela (TEREZA, 2017, p. 4).

Assim, a chance de aumentar sua renda lhe deu a força de vontade para compreender seu processo de trabalho: a costura. Dessa forma, aumentam muito as demandas de trabalho locais no empreendimento, já que a corrida para complementação de renda é a principal tarefa destas trabalhadoras. Isso acarreta também em ausentar-se de algumas agendas de formação, enfraquecendo o estímulo às referências ideológicas para a luta cotidiana, como a busca pela igualdade de gênero, uma vez que em cooperativas e associações de costura, como este caso, são todas trabalhadoras mulheres: “eu acho que os direitos são iguais, né” (TEREZA, 2017, p. 13); isso só demonstra que o processo cotidiano é duro em empreendimentos que buscam organização e viabilidade econômica, pois ocupam o tempo para ideias.

Além da sustentabilidade econômica em empreendimentos solidários que é essencial, outro elemento que é tema de formações destas entidades é a reforma do espaço físico, que combinado com viabilidade econômica, auxilia o trabalhador a preservar seu empreendimento: “pra arrumar a casa aqui do lado, que daí a gente comprou aqui [...] e aqui também era muito quente...com esse dinheiro, a gente

desmanchou a parede ali e arrumou várias coisas, colocou a calha” (TEREZA, 2017, p. 17); são esses elementos que contribuem para a evolução do trabalho associado.

Os processos de formação para trabalhadores da Ecosol são importantes, mas variam de caso a caso, como pela demanda, fato já ressaltado. Uma das narrativas trouxe o fato da trabalhadora buscar um vasto repertório de formações para a metodologia em educação social com grupos de pessoas de todas as possibilidades.

A questão da geração do trabalho e renda eles achavam que era importante trabalhar ali. Com isso, eu, que já conhecia um pouco dos movimentos sociais, não muito, digo: “bom, então vamos criar essas redes; eu não faço artesanato, não tenho dom pra isso até hoje, mas chamei quem tinha para ajudar nesse processo de educação. (VERA, 2017, p. 1)

A partir de então, neste caso, houve uma preferência em buscar mais informações acerca do seu processo de trabalho para qualificá-lo. Uma das alternativas que a trabalhadora encontrou foi pesquisar espaços na cidade onde pudesse expor sua produção: “aí surge a questão da Economia Solidária, que estava bem no iníciozinho, puxada diretamente por movimentos sociais” (VERA, 2017, p. 1). Em muitos casos, o trabalhador quando amplia seu leque de conhecimentos a partir das formações acaba fazendo interações pertinentes com outros grupos e pessoas: “quando conheci o Levante Popular da Juventude³⁰ [...] eu digo: ‘bah!, é isso aí, nós vamos ter que organizar nossa juventude que é por aí. Usar os instrumentos que a gente tem!’” (VERA, 2017, p. 12). Essa é uma característica da EcoSol, a integração, na grande maioria das vezes através da Educação Popular.

[...] na medida de que a gente ia fazendo rodas, era com outros temas, sobre o da violência, que aí entravam os temas transversais e que aí as coisas iam... se encaixando, né. E aí me apresentaram o tal do Marx, o tal do Lênin. (VERA, 2017, p. 15)

Este caso mostra que além do incremento da prática com a teoria para qualificar seu trabalho, os processos de formação além de organizar a gestão do empreendimento, também proporcionou ao sujeito novas descobertas, como a aproximação com movimentos sociais e ONGS que, da mesma forma, lhe auxiliaram na formação do seu perfil ideológico.

³⁰ O Levante Popular da Juventude é uma organização de jovens militantes voltada para a luta de massas em busca da transformação da sociedade.

Cabe ressaltar que sem os processos de formação os trabalhadores solidários não teriam toda uma estrutura para organização em seus empreendimentos conforme mostrou as narrativas. Graças ao fomento de ações e informações pelo terceiro setor, parceiros e entidades sociais, essas trabalhadoras puderam romper a barreira social da extrema pobreza, da miséria, não pela acumulação de riqueza ou do consumo, mas sim pelo estímulo à consciência e a justiça social, no dia a dia do trabalho associado. Para além destes fatores de extrema importância a categoria também alentou para o fato positivo da interação com grupos de diferentes matizes nestas formações. São ambientes assim que propiciam trocas de experiências que compõem o repertório ideológico de cada trabalhador solidário. Nos discursos apresentados essas questões são visíveis, pois nesses processos de trabalho a interação com diversas pessoas e o compartilhamento de vivências é vasto. No caso dos catadores e catadoras de materiais recicláveis, é significativo o trabalho de formação com educação ambiental pela reciclagem que praticam com colegas e sociedade; na educação popular com população em situação de rua, a ação coletiva e social com este público vulnerável, mas também sociedade civil, alertando para o direito a habitação, assim mesmo como o direito a própria rua e com o consumo consciente, a importância do ser e não do ter, dando lugar para o humano e não o objeto. São nessas trocas que se encontram indícios de possível emancipação do sujeito.

Assim, para esta pesquisa, a categoria processo de formação é sim o momento para tomada da consciência crítica, pois é onde o trabalhador pode começar a ampliar seus saberes, ou fortificar o conhecimento já acumulado. Dessa forma, as formações funcionam como uma estrutura integral de evolução do trabalhador comum para um agente de transformação social, se valendo da bagagem e vivências de sua história de vida, qualificando sua participação no empreendimento de forma efetiva e então a formação do sujeito, lhe empoderando para o trabalho solidário, no cotidiano.

6.4 IMPACTOS DO COTIDIANO: MEDIAÇÕES NECESSÁRIAS NA VIDA ATIVA

As questões ligadas diretamente aos impactos do cotidiano nos trabalhadores associados se remetem às suas atividades diárias, havendo bons ou maus sentimentos. Nos casos analisados, os principais relatos dão conta de uma maior vinculação a cada especialização das trabalhadoras (catação, costura e educação social). Essas ações em que cada trabalhadora desenvolveu mais habilidades e

produziu mais saberes, tem na sensibilidade do sujeito as principais características, como o desestímulo frente à realidade e a vontade de transformação, superando essa realidade de cada uma, estabelecendo-se a dialética do cotidiano.

A dialética do cotidiano é o *locos* do movimento dialético feito de contradições sempre resolvidas e sempre renascentes. Verdadeiro caleidoscópio (...), desenha a paisagem sobre a qual os homens erigem sua existência, seus sonhos e tristezas, grandezas e frustrações. (DIAS, 1982, p. 72)

Se por um lado houve desestímulo ao tratar de elementos cotidianos referentes aos mais profundos vínculos dos seus modos de produção, por outro as trabalhadoras apresentaram assertividade referendando a mobilização social como força motriz do seu caminhar. Alguns elementos foram preponderantes de forma geral nas narrativas, como a crença em um futuro positivo sobre a realidade das pessoas que com elas trabalham, pois mesmo que em situação de pobreza, o trabalho na coletividade seria suficiente para o processo de superação se efetivar: é a consciência crítica. Essa questão da consciência foi ressaltada em vários momentos nesta categoria pois demonstra o que a trabalhadora apreendeu neste processo de acumulação de saberes. Os desafios que se apresentaram no dia a dia de cada uma delas foram importantes por aprimorarem o senso crítico sobre a sociedade. Em um dos casos relatados a trabalhadora foi acumulando aprendizados em espaços como em oficinas, depois, ia replicando à suas colegas: “eu digo: se eu consigo fazer, se eu sei fazer, então por que que eu não vou fazer isso? Então vou ajudar elas, sabe. E aí, dei o curso para as gurias, e logo em seguida entrei no curso de fazer papel artesanal” (VERA, 2017, p. 9). Esse discurso está relacionado com o tema protagonismo na organização do trabalho coletivo, elemento muito forte na vida dessas mulheres batalhadoras.

Nunca é demasiado sublinhar a importância estratégica da concepção mais ampla de educação, expressa na frase: “a aprendizagem é a nossa própria vida”. Pois muito do nosso processo continuado de aprendizagem se situa, felizmente, fora das instituições educacionais formais. (MESZÁROS, 2005, p. 53)

Junto ao sentimento próprio de capacidade de superação em cada uma destas mulheres, também há a um forte aspecto de resiliência, claramente expressado em suas falas, preferindo a perspectiva de transformação social frente às adversidades encontradas. Nos espaços cotidianos, as ações de superação relatadas foram quando

relacionadas ao preconceito que cada uma sentia, principalmente com o sentimento de invisibilidade frente a sociedade, pois “a invisibilidade pública, desaparecimento intersubjetivo de um homem no meio de outros homens, é expressão pontiaguda de dos fenômenos psicossociais que assumem caráter crônico nas sociedades capitalistas: humilhação social e reificação” (COSTA, 2008, p. 15).

No caso do trabalho com catação, esta situação foi mais nítida, pois a resiliência se estabeleceu ao resgate da dignidade enquanto sujeito e da cidadania enquanto trabalhadora frente a esse cenário adverso vivenciado. Catadores e catadoras, através da força de vontade, transformaram essa realidade do lixão com um trabalho coletivo, através da pedagogia de base como a educação popular, fomentada por formações e traduzidos aos trabalhadores e trabalhadoras associados.

Todos os Domingos a gente reunia. Sábado não podia porque tinha que trabalhar [...] oito horas ia lá pra pastoral, uma igreja. A gente conseguia comprar comida, pro café da manhã... aí: “ah, não posso ir porque tem as crianças”, aí levava as crianças, os cachorro, a vó, os tios, ia todo mundo! A gente se reunia até às 14h da tarde. E tudo que era dificuldade carregava tudo de carroça. Mas pelo menos a gente tava conseguindo reunir as pessoas. E começou com 10, 12... daqui a pouco a gente já tinha vinte e tantos. (JOANA, 2017, p. 11)

Sobre os processos de trabalho no cotidiano, em termos gerais, as trabalhadoras expressaram que o sujeito deve obrigatoriamente estar sempre trabalhando por uma perspectiva de dignidade: “se eu quero que tu venha trabalhar, eu quero, minimamente, que tu venha com segurança, que seja um horário que seja coerente. Senão tu detona com o trabalhador [...]” (VERA, 2017, p. 20). É o relato de que a partir dessa base de trabalho, outro ponto deve ser ressaltado para o desenvolvimento com o humano: de escuta, de saber, de receber, de troca.

Essa miscelânea de sentimentos e ações que são relatadas de forma propositiva nesse e outros discursos dão conta de apresentar a transformação dos “sentidos que alguma coisa assume no cotidiano das pessoas através da não regularidade e da diversidade das práticas discursivas” (SPINK, 2004. p. 44); exemplo disso é o entendimento da realidade que outrora era seu lugar de trabalho, “hoje a gente pode dizer que nós não temos mais um lixão dentro da cidade” (JOANA, 2017, p. 12); é o que o sujeito acredita, na proposição efetiva da superação, a partir do processo de contradição, elemento que se retroalimenta de forma cíclica.

Em outro momento foi possível perceber que as passagens que marcaram a vida de cada uma, apresentadas ponto a ponto, tiveram no vínculo com o Estado umas das principais características dos seus trabalhos coletivos. A exemplo, foi citado o não estímulo e à desassistência do Estado com os catadores de materiais recicláveis, porque, segundo o relato, a prefeitura como representação estatal não tinha o devido interesse para aplicação das políticas públicas de melhoria e fomento necessárias a estruturação daqueles empreendimentos. Essas organizações de matriz solidária dependem desse fomento para seu desenvolvimento e superação do caráter compensatório para emancipação “socioeconômica, integrar e universalizar ações, priorizar a ação em bolsões de pobreza e violência, incentivar a cidadania com conceitos de pertencimento, ativação e protagonismo” (SCHWENGBER, 2003, p. 119). Neste caso, a relação com o Estado foi descrita com desacordo, em especial por dois pontos fundamentais. O primeiro ponto versa sobre não terem sido proporcionados ciclos pedagógicos, forçando os próprios trabalhadores a buscarem voluntários para aplicação da educação básica na associação. O segundo está relacionado ao processo de gestão: “a prefeitura, que passa três, quatro meses sem nos pagar, e aí de repente tu já te vê quase que destruindo todos aqueles anos de trabalho que tu teve pra chegar onde chegou” (JOANA, 2017, p. 14); isso deixou claro que houve falta de diálogo entre as “pontas”, além de fundamentalmente um maior desinteresse de investimento nesta parcela de trabalhadores, porém, é importante a percepção do sujeito que não se vê representado, e então busca na comunidade local sua organização.

Outra questão que corresponde ao cotidiano desses sujeitos está relacionada com o apoio do terceiro setor às ações que colaboraram para a estruturação do trabalho associado, principalmente na garantia de direitos, como INSS e salário fixo. Em casos específicos, como da catação, incluem-se aparatos de proteção, como uniforme, luvas, etc. Ainda, destaca-se a importância da intermediação do terceiro setor para a aquisição e montagem do espaço físico onde os trabalhadores operam. Pode ser feita uma interpretação a partir do que elas entendem como ausência do Estado. É um caso em que se impõem a dominação através do modo de operação *Legitimação*, ou seja, se constituiu uma narrativa própria pelo sujeito como justa e válida dentro de um sistema tradicional pela autoridade máxima, estabelecendo um paralelo: Estado x trabalhadoras marginalizadas. Nesse caso, algumas questões são interessantes pois demarcaram esse ponto de vista, como o não investimento em

melhorias em espaços físicos ou equipamentos e maquinários para poderem trabalhar. Outro exemplo é quando disseram que não havia interesse das prefeituras em apoiarem seus empreendimentos, separando a ideia de política de Estado (o que se almeja com a EcoSol) da política de governo. Conforme Thompson (1995), as afirmações de legitimação são sustentadas em argumentos racionais, assim, a justificativa apresentada nas narrativas era: ou falta de verba ou tempo hábil para cumprimento das metas. Assim, como base integrante deste modo macro de operação da ideologia, a pesquisa entende que pode se enquadrar na estratégia de *Racionalização*, quando o modo de operação esteve presente, pois houve uma tentativa de persuadir através de um raciocínio ou justificativa o ponto de vista do Estado incapaz e não ineficaz. Ainda, neste ponto, destaca-se a falha de comunicação entre as trabalhadoras associadas e o Estado como um fragmento do modo de operação relativizado por Thompson (1995) como uma estratégia de *Particularização*, onde questões gerais são apresentadas como problemas específicos, individualizados. A falta de diálogo é apresentada como fator de não continuidade do trabalho desenvolvido em todos os casos, ou seja, existe o ressentimento por cada narrativa apresentada: a negação do Estado por serem catadores, costureiras de periferia e pela população em situação de rua. Levando ainda em conta a construção histórica de cada processo de trabalho apresentado, essa falta de comunicação entre as pontas levaria essas trabalhadoras a contar com sua comunidade para se desenvolverem. Por outro lado, a percepção de transformação da realidade foi positiva, nos pontos em que entenderam o Estado como financiador de garantias básicas aos trabalhadores, bem como a intervenção do terceiro setor em formação e assessoria para a consolidação destes direitos. Assim, a questão do Estado e do Terceiro Setor na vida destas trabalhadoras foi envolta de elementos pela relação direta com trabalhador/empreendimento, tornando uma maior dependência destas organizações solidárias.

De uma forma geral, outro ponto recorrente apresentado nas narrativas dentro da categoria sobre efeitos do cotidiano foi a instabilidade econômico/empregatícia pelas trabalhadoras. Sobre o medo do desemprego, os relatos mostraram que no início do desenvolvimento dos processos de trabalho de cada empreendimento a instabilidade era sobre o fluxo de demanda e a conseqüente falta de renda.

O dinheiro também era um problema: no início não tinha de onde sair o dinheiro, e as pessoas... que nem eu mesmo [...] eu disse pra gurias tem que tirar de algum lugar, então, vou fazer faxina ou coisas assim, né. Tu tem filho, tu tá no grupo, não tá saindo dinheiro, tu vai ficar ali fazendo o quê? (TEREZA, 2017, p. 11)

De certa maneira, esta instabilidade também afetou a personalidade de cada uma. As narrativas apresentadas sobre estes aspectos foram majoritariamente com tom negativo pelo desestímulo com a realidade conectada. Para a emergência do trabalho, um dos relatos apresentou seu incremento familiar muito jovem, inserido em um contexto cotidiano complexo: “arrumei um namorado, engravidei, aí, já com dezenove anos ganhei, desempregada” (VERA, 2017, p. 8). Ou seja, a instabilidade aqui além da ocupação no mercado de trabalho, também foi acrescida pelo fato de uma gravidez precoce, uma transformação de vida abrupta. Além disso, nesse caso, a trabalhadora, negra, sentia duplamente esse desequilíbrio em sua vida. Dessa forma, a medida que a realidade lhe cobrava maturidade e resistência, começava a entender como operava o racismo no seu cotidiano, principalmente na busca por estabilidade no mercado de trabalho.

Nesse período, a negra era eu, [...] essa minha amiga. A gente sugeria alguma coisa e não passava, sugeria outra coisa e não passava, aí a gente reclamava: “Ah!, lá vem as nega reclamar de novo! Ah, *nega!* *Pô, nega,* que tanto, *nega!*” Eu digo: “Não, só um pouquinho: se não vier acompanhado de ‘*negra compa*, tu não me chama mais de *nega*, porque ‘*nega*’ não é minha identidade. (VERA, 2017, p.16).

Também a estes elementos que fazem parte da categoria *História de Vida*, outros são pertencentes aos efeitos do cotidiano, pois se fundem, em uma malha complexa de vivências e emoções. Como um efeito do cotidiano, as relações interpessoais no espaço de trabalho e os conflitos surgidos foram ressaltados. Sobre os problemas de relacionamento com colegas, fora relatado em um dos casos que ocorreu pelo fato de uma querer ajudar a outra e haver disputa de egos, demonstrando que essa situação pode afetar muito o andamento do processo de trabalho e em outras áreas do empreendimento, como apresentação e organização.

Que tenha mais organização, mais... que a gente se una mais, que nem, né, eu falo sempre pras colegas, que a gente... como a gente fica mais tempo junto do que com a família da gente, aqui é, bem dizer, a nossa casa, né. Então, a gente tem que procurar sempre ver o que tá errado e tentar... acertar, né. (TEREZA, 2017, p.24)

Como forma de aprendizado pelo processo de superação da contradição, todas as narrativas apresentaram que, ao fim e ao cabo, a ampliação de saberes foi o ponto alto e o resultado positivo, a esperança para o trabalhador associado da Economia Solidária deve ser perseverante sempre: “eu aprendi muito aqui dentro. Que nem: eu sabia várias coisas, né, eu sabia costurar, [...] como conviver com outras pessoas, né” (TEREZA, 2017, p.14).

Em termos de organização, as trabalhadoras desta pesquisa apresentaram fatos que comprovaram o percorrer de um percurso, da instabilidade à organização e seus conflitos. Mesmo que já mencionado, a autogestão cabe ser novamente referendada pois é parte essencial da organização do trabalho associado nos empreendimentos: “ainda é muito complicado de fazer essa transição por causa do capitalismo na sociedade, infelizmente. A pressão do capitalismo ainda prejudica os menos favorecidos, para fazer o processo de organização” (JOANA, 2017, p. 13). Essa questão foi fundamental para a análise, pois se identificou nas trabalhadoras os principais elementos de contradição no momento em que o sujeito se deparara com a realidade social esculpida pelo capitalismo, ou seja, os elementos em que a autogestão ficou sobressaída pela heterogestão em contraponto.

Por fim, a categoria *Impactos do Cotidiano* se trata na verdade de uma síntese de todas as primeiras categorias elencadas. O importante nesta categoria foi mostrar de que forma o sujeito, ou no caso, as trabalhadoras associadas da pesquisa conseguiram, no cotidiano, desenvolver sua participação em cada empreendimento, com as experiências de suas histórias de vida na prática evoluir em seus processos de trabalho através das formações, dando qualidade e sentido ao seu trabalho diário. Fundamentalmente, esta categoria apresentou o fato do sujeito, no desenvolvimento do seu trabalho de forma satisfatória, depender das políticas públicas fomentadas pelo Estado e efetuadas pelo terceiro setor. Como já foi dito, esta categoria demonstrou ser uma composição principalmente por ser o momento onde o trabalhador desenvolve seus saberes e os aplica no cotidiano. Essa mecânica demanda conscientização, pois é a maturação das ideias associativas que necessitam da cooperação e solidariedade, sempre levando em conta a Economia Solidária como núcleo central de todo este processo.

Analisando sua conjuntura sócio histórica, a categoria é relevante, pois concentra na vida ativa do sujeito suas ações, ideias e sentimentos. Não à toa, nesta categoria final as narrativas apresentaram os momentos de mais sensibilidade, pois

faziam o encontro da história de vida com o trabalho do antes e do agora. Ideologicamente também é importante, pois é um processo de amadurecimento da ideologia de cada uma das trabalhadoras, é o momento da práxis. Além disso, considera-se essencial pois além de consolidados os aspectos ideológicos, as entrevistadas mostraram saber seu lugar na sociedade e como estão inseridas na desigualdade social, principalmente por se perceberem como trabalhadoras invisibilizadas, além de contraporem a ideia de estarem no trabalho associado para servir o indivíduo, mas na verdade o coletivo. A principal característica que marca esta categoria foi a resiliência, como forma de superação, mostrando que têm a compreensão do mundo social na construção de saberes por cada uma, com potencial crítico enquanto trabalhadoras associadas.

Em suma, as categorias que compõem a base estrutural da pesquisa foram pensadas junto aos processos de trabalho da Economia Solidária, ou seja, o processo que permeia o trabalhador associado. Com um forte apelo histórico, as categorias apresentadas operam como uma linha do tempo de cada narrativa analisada, estando vinculadas uma a outra, se retroalimentando, de forma cíclica.

Na primeira categoria: *História de Vida: trajetória de superação*, as narrativas ofereceram elementos intrínsecos do sujeito, o ponto de partida definidor de cada uma das trabalhadoras, ou seja, suas relações familiares, suas condições sociais e sua visão de mundo incipiente. Sobre isso, caracterizou-se por momentos mais emocionais, que relembrou o passado. Muitas características se assemelharam nesse primeiro momento, como a profissão de faxineira relegada a cada uma delas em consequência à baixa escolaridade, além de gravidezes precoces, fragilização dos laços maternos e ausência da figura paterna.

Essa primeira impressão é fundamental para se compreender a conexão com a segunda categoria analisada: *Participação no Empreendimento: ação do sujeito no social*, pois com o passar do tempo, as primeiras experiências de cada trabalhadora foram levando cada uma para experiências de trabalho diversas, até então culminar com os princípios do trabalho associado. Nesse ponto também se assemelharam algumas características, como a busca pelo trabalho coletivo, onde na condição de pobreza e extrema pobreza, pode existir maior solidariedade e cooperação. Até a inserção em cada processo de trabalho, a diante, cada uma desempenhou movimentos diferentes dentro do trabalho associado, até chegar na Economia Solidária como núcleo organizador desse trabalho. Dessa forma, unem-se a primeira

com a segunda categoria, aliando experiência com as práticas iniciais de trabalho associado, já demarcando um limite consciente de cada trabalhadora, calibrando suas visões de mundo e percepções da realidade, principalmente pelo viés da resiliência.

Em seguida, a categoria *Processos de Formação: tomada da consciência crítica* é momento de reflexão do sujeito enquanto trabalhador. Através dos aspectos de formação, foram proporcionados cursos e agendas de conscientização de várias formas, fortalecendo o poder de crítica, além de realçar os saberes de cada trabalhadora associada, pela perspectiva coletiva, através da educação popular. Nessa categoria, se condensaram as experiências de vida com práticas iniciais de participação, que no caso das trabalhadoras da pesquisa, empoderou-as em vários aspectos, tendo como a questão de gênero, a mais importante.

Assim, o processo cíclico do trabalho associado chegou na etapa final através das ações empregadas pelas trabalhadoras no dia a dia, no cotidiano, vendo a causa-efeito da prática do trabalho associado. Na categoria *Impactos do Cotidiano: mediações necessárias na vida ativa*, as narrativas foram imbuídas de sentimentos viscerais das trabalhadoras, pois ao perceberem os efeitos do seu trabalho no cotidiano, além de lembrar suas vivências passadas, conseguindo hoje imprimir um olhar dialético acerca da realidade em que estão inseridas, ou seja, se enxergam enquanto instrumentos de ação no social, aliando teoria e práxis na vida ativa.

As inserções que articularam teoricamente os resultados das análises com o esquema de estratégias com os modos de operação de Thompson (1995) foram através dos macros teóricos da vida das narrativas, como educação, gênero, raça e Estado. Foram entendidos nesta pesquisa como os mais latentes, segundo análise geral e final das práticas discursivas. Além de estarem implícitos em todo o processo de análise, os modos de operação foram importantes principalmente pelo entendimento que a ideologia é elemento central para a consciência crítica de trabalhadores associados e indissociável no campo social. Por fim, conclui-se uma demarcação temporal, pela interpretação e reinterpretação das categorias da pesquisa, exemplificas ponto a ponto através das trajetórias de cada trabalhadora associada, onde aproximou práticas discursivas ao aporte teórico.

07 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao pensarmos trabalho no mundo contemporâneo, nos deparamos com um cenário de desigualdade que acompanha a fragmentação de classes da sociedade. O tema *Economia Solidária: Ideologia no Cotidiano do Trabalho Associado*, proposto por este estudo, revelou resultados importantes na relação sujeito-trabalho. Um destes resultados foi demonstrar formas que o sujeito se integra em ações emancipatórias a partir de processos de trabalho onde estão envolvidos elementos que os remetem aos modos de produção primários, como o comunismo primitivo, onde a cooperação e a horizontalidade são características de um organismo social. A articulação sujeito-consciência no trabalho está de acordo com o reordenamento produtivo, reflexo do modo capitalista, onde em meados do século XIX surgiram os primeiros núcleos associativos da Europa, mais precisamente na Inglaterra Industrial.

A Economia Solidária como um fenômeno recente, instrumentalizaria esta organização social para o trabalho de forma decisiva a sujeitos de formas diversas, como excluídos do mercado formal de trabalho, a partir de inclusão produtiva ou mesmo os interessados na composição de renda combinativa. Além disso, a Economia Solidária auxiliaria no processo de conscientização, através de agendas de formação, contribuindo como ferramenta de crítica do sujeito no campo do trabalho. Assim, foi uma das tarefas do estudo buscar o sentido e significado do trabalho econômico solidário que hoje sofre pela falta de incentivo de políticas públicas continuadas, como outrora se firmara no resto do mundo, como Europa e África na metade do século XX e no Brasil, em meados da década de 70.

De forma a contribuir no desenvolvimento desta pesquisa, foi pensada uma estrutura que apresentasse uma historicidade, uma construção que aliasse um fluxo temporal do tema com base teórica sólida para a aplicação das técnicas de análise propostas. Assim, em um primeiro momento, buscou-se, a partir do desenvolvimento inicial até o segundo capítulo, uma revisão histórica do trabalho, relativizando a condição do sujeito enquanto provedor do seu sustento como trabalhador até o mundo moderno, quando surgem as primeiras organizações de trabalho associado, como a Economia Solidária, enquanto instrumento edificante. Nesse sentido, buscou-se apresentar a EcoSol como política social e pública no campo do trabalho coletivo, porém, o desafio aqui residiu no tratamento de dados defasados enquanto Brasil, pela repaginação do governo federal e o desmonte da EcoSol enquanto política no cenário

nacional. Essa questão, contudo, propiciou que fosse melhor exemplificado no texto a relação da sociedade brasileira com a Questão Social, pelo desemprego principalmente, resultado de políticas neoliberais próprias do atual cenário político.

A partir do terceiro capítulo, o trabalho deu centralidade a Economia Solidária como janela à consciência crítica, pelos seus campos de ação junto ao trabalhador associado, de resistência contra-hegemônica ao capitalismo. Com John B. Thompson (1995) neste momento, foi possível descortinar toda a sua ideia de ideologia, além de articular a educação neste processo, como possíveis formas de emancipação e conhecimento da realidade, o que se percebeu necessária aproximação de elementos, pois é onde se encontra o trabalhador associado movido pelos preceitos de educação popular e instigado pelo estímulo a ampliação de saberes.

Nos capítulos seguintes, a pesquisa se deteve em apresentar a importância do cotidiano na produção efetiva na vida do trabalhador associado, o que foi confirmado através das narrativas, principalmente pelo processo de superação na dualidade entre conflitos e aprendizados, onde essa contradição gerou resultados importantes como desenvolvimento do ideário de luta das trabalhadoras solidárias. Através de Agnes Heller (2008) foi possível dar relevância a elementos de conexão entre sujeito e cotidiano pelo seu aporte teórico de significação do homem na vida ativa. O cotidiano de Heller mostrou ser um elemento legítimo na vida das trabalhadoras associadas, pois é nele que esses processos de trabalho se desenvolvem, assim como na cidade, lugar de disputa dentre o individualismo e coletivismo. As narrativas das trabalhadoras mostraram que as questões de gênero, educação ambiental e cidadã, resistência a luta diária por justiça social são todos processos autênticos do cotidiano, onde mora a contradição, necessária para o crescimento e amadurecimento da consciência crítica do sujeito. Ainda, cabe falar sobre o entendimento através de Heller dos pressupostos necessários para o enfrentamento aos contrastes neste processo dialético do cotidiano, como o sentimento de invisibilidade dos trabalhadores marginalizados. Com este aporte foi possível demonstrar através das narrativas que as trabalhadoras objetos de estudo da pesquisa superaram estas adversidades pelo fortalecimento do poder coletivo, e ainda hoje travam uma batalha diária pela sobrevivência e pelo respeito na sociedade contemporânea do consumo desmedido.

De certa maneira, essa pesquisa demonstrou também ser mais complexa do que idealizado a priori, pois apresentou alguns desafios. O mais relevante deles foi tratar as informações das narrativas com coerência e honestidade, principalmente

com o aporte teórico sobre ideologia de Thompson (1995). As técnicas de análise a partir dos modos de operação foram importantes para a compreensão das práticas discursivas das trabalhadoras e pelas informações subjetivas contida em cada discurso, porém, o entendimento e aplicação de cada elemento da Teoria Social Crítica (1995) a partir dos discursos demonstrou ser uma tarefa minuciosa e detalhista. Além disso, pode-se dizer que a travessia encontrada na pesquisa para análise e desenvolvimento das linhas narrativas de Spink (2004) também gerou anseios, de satisfação pelo universo de elementos que surgiram, mas também de incertezas, pela aplicação de uma técnica de análise oriunda da Psicologia, em uma estrutura de observação e compreensão do sujeito própria do Serviço Social.

Sobre os procedimentos legais do programa ao qual a pesquisa esteve submetida, é essencial referendar que durante o processo foi estabelecido todo o necessário para observância dos preceitos da ética, assim como a norma garantida aos participantes da pesquisa de descrição, indiferente quais fossem os sujeitos e a Comissão Científica do PPGSS, e o Comitê de ética através da Plataforma Brasil, atendendo a resolução nº 510 de 07 de abril de 2016, bem como mediante a assinatura do Termo de consentimento livre e esclarecido (Apêndice A); agora, a devolução dos resultados será feita a cada trabalhadora objeto deste estudo.

Por uma perspectiva geral, toda a metodologia estruturada para o desenvolvimento da pesquisa colaborou para pensar as práticas associativas em função das inflexões da economia em crise, e nela o lugar das ações de resistência no campo do trabalho ao modo de produção dominante. Um dos resultados alcançados na pesquisa foi poder ter evidenciado nos sujeitos seus campos de interação e articulação, como nos movimentos sociais, ONGS e estruturas coletivas de trabalho, na convivência significativa em um espaço-tempo de proximidade, cujo vínculo foi fundamental para a compreensão do processo de trabalho associado.

Ainda sobre os aspectos metodológicos, a pesquisa teve como pano de fundo o constructo dos modos de operação da ideologia (1995), pois articulou as questões teórico-metodológicos das trabalhadoras associadas a partir do processo de formação no cotidiano. As contradições encontradas na interpretação e reinterpretação através das narrativas surgiram na ação de aproximar as estratégias de análise da ideologia com os discursos apresentados, uma vez que o marco conceitual de ideologia em Thompson (1995) é moldado a referências ideológicas em discursos públicos, por instituições e políticos, por exemplo. Não foram esgotados todos os modos de

operação propostos, assim como toda a técnica apresentada pelo autor, pois o intuito desta pesquisa não era se apoiar integralmente em seu esquema conceitual e sim aproximar seu marco teórico às práticas discursivas das narrativas, buscando uma mediação possível e plausível. Assim, como outro resultado o estudo se balizou por categorias sociais centrais que aproximasse os elementos da pesquisa com os apresentados pelos três estudos de casos, como educação, Estado e classe, articulando com as estruturas analíticas marxianas: ideologia, trabalho, alienação e contradição, resultando em uma construção conceitual de teoria-ação significativa.

Como complementação ao processo de análise destacaram-se cada categoria definida: a história do sujeito; a participação do sujeito no empreendimento, os processos de formação e os impactos do cotidiano às trabalhadoras associadas alguns resultados interessantes. Um deles respondeu as expectativas iniciais da pesquisa, pois os discursos dessas trabalhadoras mostraram que o cotidiano tem relação intrínseca com a Economia Solidária e de suas experiências, pois compreenderam através das narrativas que a passagem do trabalho formal para o informal e a adaptação da estrutura de trabalho de hetero para autogestão por trabalhadores da Ecosol são mecanismos intrínsecos nestes locais coletivos, e, em determinados momentos, conseguiu-se modificar o *status quo*. Ainda, as relações de mercado pela perspectiva do capitalismo são reproduzidas nestes espaços com conflitos e tensionamentos alheios ao ímpeto de organização cooperativa, com impactos próprios desse sistema na vida ativa destes trabalhadores, como o machismo, no impedimento das mulheres na gestão do empreendimento. Todavia, o trabalho coletivo solidário deu o poder da consciência crítica necessária e o devido lugar a cada trabalhadora em seus empreendimentos.

As trabalhadoras associadas desta pesquisa, mulheres que guardam mais semelhanças que diferenças, demonstraram que muitos elementos as une através da Economia Solidária. Os pontos mais importantes surgidos das narrativas são os que remetem a luta cotidiana, como o poder de resiliência frente às adversidades surgidas pela miséria, ou pelo enfrentamento ao racismo. Também foi citado como fator decisivo na travessia do trabalho formal ao informal a baixa escolaridade, levando a espaços de trabalho precários. O fator família também foi demarcado, pois todas se mostraram mobilizadas no trabalho cotidiano, desempenhadas atividades efêmeras para sustentar seus filhos e filhas ou ainda o núcleo familiar, para obtenção de renda imediata. Os processos temáticos de cada uma (lixão, mulheres e costura)

demonstraram que sem o protagonismo em cada atividade específica não haveria a consciência que hoje elas têm, além da militância em instâncias que contribuíram nesta ação, definindo a importância das suas raízes, pela cultura local e vontade de transformação da realidade local, conforme apresentado nas narrativas.

Ainda, é necessário referendar a importância dos processos de formação como método combinado da educação popular na vida destas mulheres, principalmente pela causa-efeito com a ampliação de saberes. Através de cursos pelo terceiro setor ou de fomento estatal, as trabalhadoras puderam aprimorar seus referenciais ideológicos como a questão de gênero e o empoderamento a mulher, temas mais recorrentes das narrativas. Ainda, as formações estimularam em todas elas o percebimento do sujeito na sociedade através da responsabilidade cidadã e ambiental, a partir da emancipação da consciência, para a superação da degradação humana enquanto trabalhadoras invisibilizadas e pelo resgate da dignidade após desenvolvimento e crescimento através do trabalho associado e da EcoSol. Este processo promoveu a transferência de conhecimento e saberes entre suas colegas e comunidade local, imprimindo uma pauta muito atual no Brasil: o combate ao patriarcado, o machismo, a misoginia e o sexismo. Essas expressões da Questão Social geraram uma dicotomia, na desmotivação pela realidade no não reconhecimento do trabalho cotidiano de cada uma, ao lado das ações propositivas pela transformação da realidade local.

Em síntese, a Economia Solidária enquanto política desenvolveu uma consciência crítica incipiente, colaborando de muitas maneiras para o crescimento dessas trabalhadoras. Fortaleceu a relação de troca e solidariedade na comunidade e parceiros, com mais dignidade para todas e uma maior confiança em seu trabalho e respeito em suas relações, além do compromisso e responsabilidade com a natureza e ao próximo. Os temas transversais da pesquisa foram essenciais para a compreensão de como esses processos de trabalho foram e são desenvolvidos por estas mulheres, como o protagonismo no trabalho coletivo, crucial para uma estabilidade na vida ativa.

Consideraram-se satisfatórios os resultados alcançados, pois a partir deles, este estudo poderá contribuir para que haja mais pesquisas e debates sobre o tema do trabalho associado na Economia Solidária, tanto na esfera pública, quanto no meio acadêmico e nos próprios empreendimentos solidários, levando em conta que existem

fontes com diferentes abordagens³² sobre esses elementos que ainda carecem de mais amplitude e incentivo para a compressão desses temas. Além disso, com as narrativas destas trabalhadoras pela atuação na Economia Solidária, poderão ser geradas outras interpretações e entendimentos, desvelando a utopia nela impregnada, defendida por alguns trabalhadores que entendem o trabalho econômico solidário capaz de romper com os laços enraizados do capitalismo a partir da prática e do seu desenvolvimento. De outro lado, como não determinismo biológico ou histórico, a utopia não deixará de dar perseverança aos trabalhadores por acreditar nos processos dialéticos entre os sujeitos individuais e coletivos, na interação com as realidades objetivas, na intencionalidade de transformá-las.

Por fim, este estudo terá propósito se servir de inspiração a trabalhadores e trabalhadoras associados, fundamentalmente desacomodando os incrédulos pela ação da Economia Solidária na sociedade. Ainda, terá sucesso se contribuir ao despertar ideológico de trabalhadores e trabalhadoras de todas as origens, para que haja o desafiar, o se pôr a prova, buscando no cotidiano alternativas de resistência e enfrentamento à pujança econômica do capital pelo trabalho justo, com respeito e democracia, resgatando minimamente formas de relações sociais mais iguais.

Talvez pelo trabalho solidário exista uma nova forma do socialismo coabitar nesse mundo cada vez mais individualista, assim como essa nova economia que cada vez mais precisa de mãos e braços coletivizados, a Economia Solidária.

³² No portal da CAPES, existem trabalhos que cruzam este tema, particularmente os que correspondem ao eixo “trabalho associado e ideologia”. Sobre isso, foram encontrados não mais que 50 títulos de pesquisas relacionadas, num total de 1.400 resultados encontrados. Sobre “trabalho associado e cotidiano”, foram encontradas aproximadamente 70 pesquisas com temas correlacionados, em um total de quase 4.000 ocorrências. No portal da PUCRS, foi possível fazer uma pesquisa mais pulverizada. Sobre “ideologia e cotidiano”, o tema central deste trabalho, destacaram-se 03 títulos. De forma mais abrangente, sobre “ideologia”, estima-se que haja em torno de 120 de trabalhos, num universo de 600. Sobre o tema do “cotidiano”, em um total de 1.050, estima-se que um pouco mais de 160 trabalhos estejam de acordo com o tema. Quando procurado por “Economia Solidária”, 70 títulos foram percebidos como próximos ao tema, a grande maioria relacionada ao tema trabalho. Sobre “Economia Solidária e educação”, foram encontrados 08 títulos relacionados. Por fim, sobre “trabalho associado”, apenas 02 trabalhos tiveram relevância.

REFERÊNCIAS

ADAMS, T. **Educação e economia popular solidária**. São Paulo: Ideias e Letras, 2010.

ALTHUSSER, L. **A transformação da filosofia**. In: A transformação da filosofia seguido de Marx e Lênin perante Hegel. São Paulo: Edições Mandacaru, 1989.

_____. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. Lisboa: Editorial Presença, 1974.

ARENDT, H. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2007.

BENSAÏD, D.; LÖWY, M. **Marxismo, modernidade e utopia**. São Paulo: Xamã, 2000.

BEZERRA, A; KRAYCHETE, G; AGUIAR, K; COSTA, R. **Sustentabilidade dos empreendimentos populares: uma metodologia de formação**. FONSECA, M; LOBATO, R (org). Porto Alegre: Catarse – Coletivo de Comunicação, 2010.

BRASIL. MNCR – MOVIMENTO NACIONAL DE CATADORES(AS) DE MATERIAL RECICLÁVEL. **Carta de Brasília**. Brasília, junho de 2001. Disponível em: <http://www.mncr.org.br/sobre-o-mncr/principios-e-objetivos/carta-de-brasilia> Acesso em: 21/05/2017.

BROCKEIMER, J; HARRÉ, R. **Narrativa: problemas e promessas de um paradigma alternativo**. Psicologia, Reflexão e Crítica. 2003, vol.16, n.3, pp.525-535. Disponível em:s. Acesso: 25/10/2017.

CARITAS BRASILEIRA. **Economia Popular Solidária** Disponível em: <http://caritas.org.br/projetos/programas-caritas/economia-popular-solidaria>. Acesso em: 10/09/2017.

CHAUI, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

COSTA, A. B. **Exclusões Sociais**. Lisboa: Gradiva, 1998.

COTERA, A; ORTIZ, H. Comércio Justo. In: CATTANI, A.D. et al. (coord.) **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

DIAS, M. E. B. **A Dialética do Cotidiano**. São Paulo: Cortez, 1982.

FERNANDES, I. O lugar da identidade e das diferenças nas relações sociais. **Revista virtual textos e contextos**, nº 6 – 2006. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/1032> >. Acesso em 28 de mai. 2017.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação, uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Moraes, 1980.

____ **Pedagogia da Autonomia** - Saberes Necessários À Prática Educativa. São Paulo. Paz e Terra, 2011.

____ **Política e Educação**. São Paulo. Cortez, 2001.

FROSINI, F. Ideologia em Marx e em Gramsci. **Revista Educação e Filosofia - UFU**, v. 28, n. 56, p. 559-582. Julho de 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/viewFile/25032/15310>: Acesso: 22/10/2016.

GENTILI, P; FRIGOTTO, G. **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**. São Paulo: Cortez, 2001.

____. Movimentos Sociais na Contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação, Minas Gerais**, v.16, n. 47, p. 333-351, maio/ago. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>: Acesso em 01/09/2017.

GOERCK, C. Serviço Social e experiências de Economia Popular Solidária: um novo espaço de trabalho aos assistentes sociais. **Revista Virtual Textos & Contextos**, nº 5, nov. 2006. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/1025> Acesso: 22/11/2017.

GUIMARÃES, G. T. D. **Aspectos da teoria do cotidiano: Agnes Heller em perspectiva**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HALL, S. **Da Ideologia**; Althusser. Gramsci. Lukács. Poulantzas (Org). Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

HELLER, A. Para mudar a vida: felicidade, liberdade e democracia. **Entrevista a Ferdinando Adornato**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

____. **O Cotidiano e a História**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

____ **Sociología de la vida cotidiana**. 3. ed. Barcelona: Ediciones Peninsula, 1991.

HOBBSBAWM, E J. Introdução. In: MARX, K. **Formações Econômicas Pré-Capitalistas**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

____ **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

____ **Mundos do Trabalho**: novos estudos sobre a história operária. 3ªed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2011.

LANE, S, T, M. **O que é psicologia social?** 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991a.

_____. **Lógica formal/lógica dialética**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991b.

LOWY, M. **Ideologia e Ciência Social**. São Paulo: Cortez, 1985.

LUKÁCS, G. **Existencialismo ou marxismo**. São Paulo: Senzala, 1967.

MARTINELLI, M, L. **Identidade e Alienação**. São Paulo: Cortez, 2003.

MARX, K. **A Questão Judaica**. In Manuscritos Econômico Filosóficos. Lisboa: Edições 70, 1989a.

_____. **O Capital: Crítica da economia política. Livro I. Volume I**. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1989b.

_____. **O Trabalho Alienado**, in Manuscritos Económico Filosóficos. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MARX, K e ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **O manifesto comunista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

MENDONÇA, H. **Comércio Justo e Economia Solidária no Brasil e o papel da política pública na sua promoção**. Bol Mercado de Trabalho: conjuntura e análise. Brasília, v.16, n. 49, 2011.

MÉSZÁROS, I. **A Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MINAYO, M.C.de S. (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. I **Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua: relatório**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2006. 96 p. Disponível em: Acesso em: 03 nov.2017.

NASCIMENTO, C. Experimentação/ autogestionária: autogestão da pedagogia/pedagogia da autogestão. In: BATISTA, Eraldo Leme; NOVAES, Henrique (Orgs.). **Trabalho, educação e reprodução social: as contradições do capital no século XXI**. Bauru, SP: Canal 6, 2011. p. 107-132.

OLIVEIRA, L; SANTOS, S. M. M. Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços. **Revista Katálisis**. Florianópolis v. 13 n. 1 p. 11-19 jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v13n1/02.pdf>>. Acesso em 10 de set. 2017.

RAZETO, L. et al (1990). **Las organizaciones económicas populares 1973-1990**. 3. ed. atual. Santiago: S.R.V. Impresos, 1990.

ROLNIK, R. **O que é a cidade**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SINGER, P. **Economia solidária**: um modo de produção e distribuição. Em Paul Singer e André Ricardo de Souza (ongs.), *A economia solidária no Brasil: Autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. & SOUZA, A. R. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

SPINK, M. J. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. 72 p. E-Book. ISBN: 978-85-7982-046-5. Disponível em: < <http://books.scielo.org/id/w9q43/pdf/spink-9788579820465-00.pdf>>. Acesso em: 18/05/2017.

_____. **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **O sentido da doença**: construção dos métodos qualitativos na pesquisa sobre o câncer. In: Gimenez, M (org.) *A Mulher e o Câncer*. São Paulo: Psy, p, 1997.

SPOSATI, A. O. **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras**: uma questão em análise. 9º. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

TONET, I. **Trabalho associado e revolução proletária**. Maceió, 2010. Disponível em: < http://ivotonet.xp3.biz/arquivos/TRABALHO_ASSOCIADO_REVOLUCAO_PROLETA_RIA.pdf>. Acesso em: 18/12/2017.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 1995.

VASQUEZ, A S. **Filosofia da práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VIEIRA, M. A. C. (Org.) **População de rua: quem é, como é vista**. Secretaria Municipal do Bem-Estar Social, Prefeitura de São Paulo. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

WOLFF, M, P. **Direitos Sociais**. São Paulo: Editores.com, 2015.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada **Economia Solidária: Ideologia no Cotidiano do Trabalho Associado** que tem como objetivo compreender como se desenvolvem os processos de trabalho associado por meio dos referenciais ideológicos que emergem no cotidiano da Economia Solidária. Procedimentos: a coleta de dados será feita através de aplicação entrevista aberta. A entrevista será gravada para posterior análise. Duração: a aplicação da entrevista terá duração de aproximadamente uma hora. Riscos: a participação nessa pesquisa poderá ter um risco mínimo, na medida em que o entrevistado poderá se sentir cansado ou com algum tipo de desconforto no momento de participar da entrevista. Benefícios: essa pesquisa não oportuniza nenhum benefício direto ao entrevistado, e de forma indireta poderá ampliar o conhecimento sobre o tema e não haverá nenhum tipo de benefício financeiro ou de outra natureza. Tem a garantia de privacidade, não sendo mencionada em hipótese alguma, a identidade do (a) participante, seja em apresentações orais ou escritas, que venham a ser publicadas. A garantia de respostas a qualquer pergunta está sob a responsabilidade de Alexander Chagas Leitão, mestrando e Professora Doutora Gleny Terezinha Duro Guimarães, coordenadora do grupo de pesquisa em Trabalho, Território e Cotidiano da PUCRS e orientadora. A qualquer momento podemos oferecer esclarecimentos através do telefone (51) 9812 0938, (51) 3353 4115 ou do Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS pelo telefone (51) 3320 3345, de segundas a sexta-feira, das 08h às 12h e das 13h30minh às 18h. Consentimento: Tendo em vista os itens acima apresentados, eu _____, de forma livre e esclarecida manifesto meu consentimento em participar da pesquisa e declaro que fui informado do objeto da mesma, tendo recebido uma cópia do presente Termo de Consentimento.

Assinatura do Participante

Porto Alegre, _____ de _____ de 2017.

APÊNDICE B - INSTRUMENTO DE COLETA: ROTEIRO DA ENTREVISTA ABERTA

1. História do sujeito na cooperativa/associação.
2. Participação do sujeito no empreendimento.
3. Processos de formação no trabalho associado.
4. Impactos do cotidiano ao trabalhar em um empreendimento econômico solidário.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br